Estados Unidos: Sindicalismo em tempos soturnos págs. 14 e 15 • **Cooperativas de habitação** págs. 16 e 17 • **Monocultura de Startups** págs. 30 e 31

mapa: Jornal de Informação Crítica

Assina o Jornal Mapa
descobre como em
jornalmapa.pt/assinatura-do-jornal

NÚMERO 41
ABRIL-JUNHO 2024
TRIMESTRAL / ANO XI
3000 EXEMPLARES
PVP: 2€
WWW.JORNALMAPA.PT

DIRECTORA: ANA GUERRA

EMMA ANDREETTI

OUTROS 50 ANOS

— A urgência de habitação condigna e o SAAL **págs. 18 e 19**

— Memória da Coimbra radical dos anos 1970 **págs. 23 a 25**, da Revolução Impossível **págs. 26 e 27** e do 25 de Abril em Leiria **págs. 28 e 29**

— Mulheres: o 25 de Abril começou em África **pág. 40**

Crise Ecológica

Entrevistas ao Climáximo e à Greve Climática Estudantil **págs. 5 a 7**

Vandana Shiva **págs. 8 e 9**

A Cabeça do Avesso **pág. 32**

A especulação contra o associativismo

A fúria especulativa não ataca apenas o direito à habitação, mas os espaços que mantêm vivo o pensamento crítico. **págs. 20 a 22**

Construir até sufocar

Segunda parte da reportagem sobre o processo de gentrificação da zona oriental do Porto. **págs. 10 e 11**

Antes que um novo Novembro dê cabo da gente, um outro 25 de Abril é urgente

Cinquenta anos depois de um Abril que se abriu a um Maio que iluminou vidas até bastante depois do Novembro que os tentou apagar, o Parlamento português tem 50 deputados que defendem que um outro antigamente é possível. Essa coincidência de números, apresentada como espantosa, não nos espanta. Mais não é que a expressão de modos estruturais que Abril não apagou - do racismo à misoginia -, de uma visão masculina do mundo - da história e da própria revolução – que se manteve e de um fatalismo que se democratizou de viver mandado por quem pode, obedecendo quem deve. Mais não é, enfim, do que a resposta habitual, expectável e repetitiva do capitalismo em tempos de aprofundamento de crises sistémicas e planetárias.

O quotidiano à nossa volta, esse do capitalismo triunfante, promove a infantilização das populações de forma a prolongar os seus ciclos de consumo, pintando de verde o extrair cada vez mais de cada vez mais coisas e alienando um número crescente de pessoas da possibilidade de acção concreta nas questões que afectam as suas vidas à margem dos freios do Estado e do poder. No fio da navalha, o capitalismo tem momentos em que precisa de libertar tensões, de deitar mão da extrema-direita, acolhendo-a ao mesmo tempo que a ostraciza, acabando a pôr em prática as suas políticas sob a justificação de não lhe deixar espaço.

> Apresentamo-nos, aqui, no Jornal MAPA, como eternas anti--fascistas, exactamente por sermos, acima de tudo, anti-capitalistas

O capitalismo está (de novo) numa encruzilhada que aparenta ser final. Já várias vezes se disse o mesmo com a mesma certeza e, em todas, se falhou. No entanto, a união de várias crises, das que afectam directamente o funcionamento do sistema às que colocam em causa a viabilidade do próprio planeta para humanos e muitas outras espécies, parece tornar este momento histórico especialmente explosivo. O aumento da miséria e da repressão são o presente de muitas geografias e, num futuro próximo, poderão sê-lo de muitas mais. O crescimento da extrema-direita é apenas a antecâmara desse futuro projectado e distópico.

As melodias da História vão variando conforme os gostos culturais da época, as letras vão-se adaptando ao inimigo preferido de cada momento, mas as notas--base são sempre as mesmas, tal como o são as ideias veiculadas.

> Continuamos a partilhar o querer a terra a quem a trabalha, a casa a quem nela habita, a cidade a quem nela vive

A dissonância custa a romper na monotonia dos nossos ouvidos. Há, no entanto, alturas em que a gente se intromete e, ainda que por breves instantes, conseguimos vislumbrar que há outra música a tocar e eis-nos a dançar juntos. O 25 de Abril de 1974 foi um desses momentos.

E, se os fascistas de antanho se transformaram em populistas modernos, nós, as que ainda não tinham idade para fazer Abril acontecer, apresentamo-nos, aqui, no Jornal MAPA, como eternas anti-fascistas, exactamente por sermos, acima de tudo, anti-capitalistas querendo reinventar novas formas de viver em comum e horizontalmente. Trazendo, por isso, neste número, um conjunto de memórias e reflexões acerca do que despertou nessa manhã de 1974. Olhando para a vida de forma diferente de quem viveu aqueles dias, continuamos, ainda assim, a partilhar o querer a terra a quem a trabalha, a casa a quem nela habita, a cidade a quem nela vive. E um planeta onde fazer a festa da vida. Outros 50 são possíveis.

Assina o Jornal Mapa contribuindo para a continuidade deste projecto!

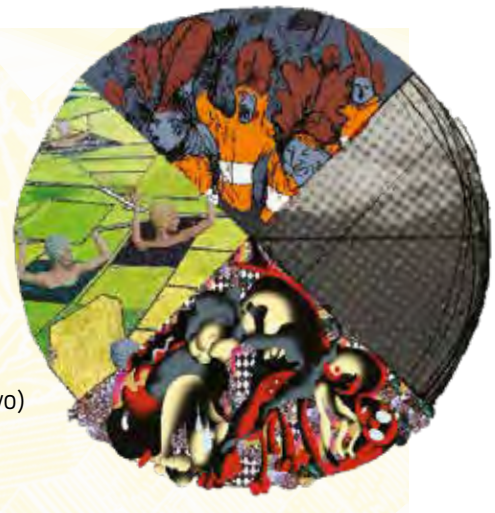
Assinatura normal:
Portugal | 6 números | 20 neuros
Europa | 6 números | 25 neuros
Resto do mundo | 6 números | 30 neuros

Assinatura Solidária:
Portugal | 6 números | 25 neuros
Europa | 6 números | 35 neuros
Resto do mundo | 6 números | 40 neuros

2012-2024 Doze anos de Informação Critica!

Preenche o formulário em jornalmapa.pt ou envia os teus dados (nome; email; morada e NIF) e comprovativo da transferência para assinaturas@jornalmapa.pt

NIB 0035 0774 00143959530 98
IBAN PT50 0035 0774 00143959530 98
MBWAY: +351933291635
PAYPAL: vaquinha@jornalmapa.pt (enviar como donativo)



A liberdade (não) está a passar por aqui

Cinquenta anos após o fim do fascismo, a Amnistia Internacional (AI) denuncia um cenário confrangedor do direito à manifestação em Portugal. A investigação e inquérito *A liberdade como bandeira*, apresentada no final de março, revela que, das pessoas inquiridas, apenas 10% participou em qualquer tipo de reunião ou manifestação pública nos últimos cinco anos - seja um desfile, uma greve ou uma assembleia de freguesia. Metade acha que os atos de desobediência civil são ilegítimos. 60% defende uma punição mais severa para ativistas que fazem ações de desobediência civil. E, apesar de termos conquistado há meio século o direito à liberdade de expressão, reunião e manifestação, quase metade (47%) ainda acha que é preciso uma autorização para se fazer um protesto.

Para a AI, parte da explicação para este número está na lei que regula a forma como os organizadores de reuniões e manifestações devem avisar por escrito a câmara municipal, que vem de 1974 e nunca foi mudada.

A investigação denuncia diversos exemplos recentes de abuso e repressão do protesto, como identificações, apreensões e revistas abusivas, por parte da polícia, como forma de humilhação dos ativistas. A investigação refere ainda a repressão das ações de desobediência civil de ativistas pelo clima, comparada com a tolerância para com ações dos agricultores ou da polícia.

Já o Relator Especial das Nações Unidas para os Defensores do Ambiente, em visita a Portugal, recomendara o fim de medidas e práticas que possam ter um efeito inibidor sobre o ativismo e os protestos ambientais, tais como controlos de identidade indiscriminados ou abusivos e a prisão, detenção e acusação de manifestantes pacíficos e jornalistas.

A AI faz dez recomendações urgentes para assegurar o respeito deste exercício individual e coletivo. Entre elas, rever o decreto-lei 406/74 e garantir que o processo de notificação de manifestações seja transparente, gratuito, coerente, não burocrático e não discriminatório, que seja tratado apenas como um aviso e não como um pedido de autorização, e que não possa ser usado como fundamento para ilegalizar ou dispersar um protesto.

E recorda: «As manifestações de hoje são os nossos direitos de amanhã».

AMNISTIA.PT/A-LIBERDADE-COMO-BANDEIRA

Rosia Montana: vitória histórica para a população romena

Na Roménia, celebra-se o final de uma saga de 25 anos de resistência contra o megaprojeto de mineração de Rosia Montana. Foi em 1999 que a empresa canadiana Gabriel Resources obteve direitos de concessão para abrir quatro pedreiras, destruir quatro montanhas e eliminar três aldeias, naquela que seria a maior mina de ouro a céu aberto da Europa.

A comunidade local previu a devastação que o projeto traria à sua forma de vida e, desde então, resiste, enfrentando a pressão da Gabriel Resources e anos de batalhas judiciais. Com o apoio de ativistas de todo o país e de todo o mundo, os habitantes de Rosia Montana conquistaram uma vitória em 2014, quando um tribunal romeno decidiu a seu favor. Após terem sido descobertos vários casos de corrupção entre governantes e investidores, e após meses de protestos em todo o país, o governo romeno retirou a sua participação de 20% e o seu apoio ao projeto. A UNESCO adicionou Rosia Montana à lista de Sítios do Património Mundial protegidos.

Só que, em 2015, a Gabriel Resources recorreu ao mecanismo de Resolução de Disputas entre Investidores e Estados (ISDS), um sistema de justiça paralelo exclusivo para multinacionais estrangeiras, através do qual estas podem contornar os tribunais nacionais e exigir compensações exorbitantes aos governos. A empresa reivindicava dos contribuintes romenos mais de 4 mil milhões de euros, pelos supostos lucros perdidos.

No passado mês de março, volvidos mais de oito anos, o governo romeno saiu enfim vencedor. A multinacional foi obrigada a reembolsar a Roménia pelos custos do longo processo de arbitragem.

Para a TROCA - Plataforma por um Comércio Internacional Justo, esta vitória demonstra «a resiliência e determinação do povo de Rosia Montana na sua rejeição à exploração da terra e dos seus recursos, em benefício de ganhos corporativos. Rosia Montana serve como alerta para a importância de proteger comunidades, preservar o património cultural e responsabilizar empresas pelas suas ações. É um testemunho do poder do ativismo de base e da resiliência daqueles que se atrevem a enfrentar a injustiça».

PLATAFORMA-TROCA.ORG

Árvores da Liberdade

No passado dia 2 de março, em Gouveia, na Serra da Estrela, um grupo de pessoas juntou-se para uma plantação comemorativa dos 50 anos do 25 de abril. No Bosque Centenário da República, foram plantadas dezenas de árvores autóctones, pelas mãos de pessoas de todas as idades. A iniciativa foi da URZE - Associação Florestal da Encosta da Serra da Estrela e do Movimento Estrela Viva, com o apoio do município e da freguesia de Gouveia. «Nem a chuva que caiu, forte e abundante, nos demoveu do nosso propósito - plantar árvores e comemorar assim, e com orgulho, as memórias e os 50 anos do 25 de Abril! Obrigada todos os que não desistem, e resistem. Seguimos junt@s por uma Estrela Viva e Resiliente!», escreveu o Movimento Estrela Viva.

Agroecologias do mundo unidas em Viseu

Este verão, de 2 a 7 de setembro, o Instituto Politécnico de Viseu será palco do X Congresso Internacional de Agroecologia. Com o tema *Agroecologias do mundo, unidas para enfrentar as crises globais*, visa a promoção de sistemas alimentares sustentáveis, a partilha de conhecimentos e experiências, abordando temas como práticas agroecológicas, políticas públicas e alterações climáticas.

Será «uma oportunidade única para impulsionar a agricultura sustentável e a transição para sistemas alimentares mais equitativos e resilientes». A participação será exclusivamente presencial, favorecendo o contacto direto entre os participantes e a criação de redes colaborativas. Até 30 de abril, podem ser submetidos trabalhos científicos, relatos de experiências e intervenções artísticas.

EVENTS.IPV.PT/XCIA

Democracia energética para responder à crise ecológica

É já nos dias 11 e 12 de maio que Lisboa recebe as Jornadas pela Democracia Energética, por um modelo energético público, comunitário e sem fósseis. «Durante dois dias tornaremos o Liceu Camões num espaço livre e aberto, onde diferentes pessoas, coletivos, associações, cooperativas, movimentos e lutas sociais e ambientais se podem encontrar, conhecer e debater sobre o futuro e a transição energética que queremos».

O desafio é deixar para trás o atual modelo energético «centralizado, opaco, fóssil e capitalista», e imaginar um novo modelo «100% renovável, comunitário, público, socialmente justo e democrático, assente na ideia de energia como bem comum e direito universal« – e começar a construi-lo a partir dos cidadãos, das comunidades e dos municípios. A participação é gratuita, a inscrição pode ser feita *online* e o manifesto está aberto a subscrições, coletivas e individuais.

DEMOCRACIA-ENERGETICA.PT

Lisboa recebe a Aliança Ibérica pela Ferrovia

No mesmo fim de semana e na mesma cidade: a Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa acolhe as segundas Jornadas Ibéricas pela Ferrovia. Organizadas pela ZERO e pela Alianza Iberica por el Ferrocaril, pretendem discutir o papel da rede ferroviária para superar os desafios estruturais na mobilidade da Península Ibérica.

Numa «Ibéria esvaziada», associações, sindicatos e indivíduos de vários cantos da península juntaram-se nesta Aliança por uma política ferroviária com participação da cidadania, para reduzir drasticamente o consumo energético do setor dos transportes, impedir qualquer encerramento de linhas, superar «a mono proposta da alta velocidade conectada com Madrid» e permitir «um modelo ferroviário integral, para todas as cidades e povos dos nossos países, com uma governança social participativa».

ALIANZAFERROCARRIL.ORG
ZERO.ONG

SOS Quinta dos Ingleses defende último espaço verde junto à praia de Carcavelos

Na manhã de domingo, 7 de abril, teve lugar a manifestação Salvem Carcavelos, em defesa da Quinta dos Ingleses, um dos últimos espaços verdes da linha de Cascais. O protesto teve lugar dias depois de a Alves Ribeiro Construções iniciar a vedação do precioso espaço verde, preparando-se para começar a sua destruição. Numa zona que se prevê ficar alagada pelos fenómenos climáticos extremos e a subida do nível do mar, a Alves Ribeiro, a Câmara Municipal de Cascais e a escola privada St. Julian pretendem erguer um mega empreendimento: 850 apartamentos, três hotéis e zonas comerciais.

O movimento sos Quinta dos Ingleses está determinado a proteger a Praia de Carcavelos e defender o pinhal centenário e a biodiversidade do bosque da Quinta, que é atravessada pela Ribeira de Sassoeiros. Para preservar e regenerar o local, propõe a criação de um parque urbano. Durante os últimos três anos, dinamizou dezenas de iniciativas, como um cordão humano, uma petição pública, atividades de limpeza e de convívio na quinta, uma audição com os partidos políticos, a edição de um livro infantil, ou o apelo à participação na consulta pública em 2021 - que contou com quase 9000 participações contra o projeto.

SOSQUINTADOSINGLESES.COM

Alviela no Prémio Europeu de Remoção de Barragens

A remoção de um açude do rio Alviela, em Alcanena, foi um dos três projetos escolhidos para o Prémio Europeu de Remoção de Barragens (*Dam Removal Award*). Naquela que foi a primeira remoção pública de uma barragem para reparar um ecossistema, o projeto Rios Livres, do GEOTA, ajudou a restaurar um troço de 100m do Alviela, em Vaqueiros, distrito de Santarém. Foi em abril de 2023 que o açude obsoleto foi retirado e o rio passou a circular livremente, sem barreiras, ao longo de 3,3 quilómetros. A remoção de barragens permite espécies de peixes, como a truta, o salmão e a enguia, migrarem rio acima para se reproduzirem, tal como o lento descer dos sedimentos rumo ao mar, onde alimentam o areal das praias.

O prémio, anunciado a 15 de abril na conferência internacional *Free Flow*, nos Países Baixos, serve a financiar novos projetos de remoção de barragens, num continente onde ainda existe quase um obstáculo por quilómetro de rio.

RIOSLIVRES.GEOTA.PT
DAMREMOVAL.EU

Associações da Serra da Estrela juntam-se para denunciar «Programa de Revitalização» do Parque Natural

Vinte e oito associações da Serra da Estrela e de âmbito nacional uniram-se, no final de fevereiro, para denunciar a falta de participação e transparência em torno do Programa de Revitalização do Parque Natural da Serra da Estrela (PRPNSE).

Em resposta aos incêndios que, em 2022, devastaram mais de 30 mil hectares deste Parque Natural, um quarto de toda a sua área, o governo anunciara um programa que partiria do território, envolvendo entidades e populações locais.

Esperando poder participar na elaboração de um «plano resiliente, partindo de uma visão de longo prazo», as associações foram surpreendidas quando, no início de fevereiro, o governo e os Municípios da Guarda e da Covilhã revelaram um programa já aprovado de €155M, com um conjunto avulso de grande obras – infraestruturas que, a serem concretizadas, prejudicariam a própria a conservação do parque natural. Entre elas estão duas barragens, Zonas Económicas Especiais e área de acolhimento empresarial, ou uma «Zona Livre Tecnológica para desenvolver produtos e serviços inovadores no setor da energia, agroalimentar e turismo».

Para Manuel Franco, da associação Guardiões da Serra da Estrela, criada após os incêndios de 2017, é «um comunicado que fala em grandes obras sem uma palavra dirigida à conservação ou resiliência, completamente desligado das verdadeiras origens das catástrofes cíclicas que assolam este parque natural.» Numa carta aberta, as associações sublinham que o programa deveria ter como principal preocupação a regeneração do ecossistema, ao nível da água, dos solos, do carbono e da biodiversidade, e denunciam a falta de transparência que impossibilitou a discussão pública e a elaboração de uma estratégia conjunta para a Serra da Estrela.

Para o movimento associativo, que tem crescido desde 2017, refletindo a crescente preocupação cívica com o futuro da Serra da Estrela, esta é uma oportunidade única para reverter o processo de degradação da maior área protegida do país, e solicitam uma audiência urgente ao Ministério da Coesão Territorial.

«Somos a última geração que pode travar a crise climática»

Climáximo

GUILHERME LUZ
GUILHERMELUZ@JORNALMAPA.PT
CATARINA LEAL
CATARINALEAL@JORNALMAMAP.PT
EDIÇÃO TEÓFILO FAGUNDES E SANDRA FAUSTINO

A convite da Casa da Achada – Centro Mário Dionísio, o Jornal MAPA sentou-se com activistas da Climáximo e da Greve Climática Estudantil (GCE), no dia 25 de janeiro de 2024, para uma conversa aberta ao público. Depois de termos noticiado algumas das acções da Climáximo e da GCE em edições passadas do Jornal, interessava agora promover uma conversa aprofundada sobre o que essa acções representam, sobre o que se imagina como futuro desejável e sobre as estratégias a adoptar para chegar a esse futuro.

Martim Bernardes começou por apresentar a GCE como um «colectivo horizontal, criado em 2018 pelo movimento *Fridays for Future* de Greta Thunberg e que, nesse ano e no seguinte, organizou várias marchas com centenas de milhar de pessoas um pouco por todo o mundo». Beatriz Xavier, também da GCE, acrescentou que este é um «colectivo de estudantes para estudantes, para o qual a escola é o espaço de organização». Sobre essas primeira marchas, Beatriz recorda que não eram suficientes – «percebemos entretanto que isso não estava a resultar – que continuávamos a caminhar cada vez mais para o colapso. É aí que surgem novas campanhas e outras acções, como o *End Fossil Ocuppy*, que lançámos em 2022. Desde então, tem havido várias – muitas – ocupações de escolas secundárias e faculdades, em Portugal como em todo o mundo».

Sobre o Climáximo, Inês Teles, diz ser um «colectivo que existe desde 2015, aberto, horizontal e anti-capitalista, que esteve muito envolvido nas lutas para parar os furos de petróleo na costa alentejana e a prospecção de gás na Bajouca, lançou a campanha Empregos para o Clima e tem vindo, ao longo dos anos, a praticar todo um leque de possibilidade de acções de protesto». Inês acrescenta que o Climáximo «se tem focado muito na acção directa e na desobediência civil» e que teve «um impulso importante, em 2019, com o surgimento da GCE, ou melhor do *Fridays for Future*, e da *Extinction Rebellion*, a nível global, o que, obviamente, criou um ambiente bastante diferente dentro da luta climática e que também afectou a acção do Climáximo».

«No ano passado», prossegue, «tivemos uma grande acção – Parar o Gás, um bloqueio do terminal de gás liquefeito em Sines. Foi também no ano passado que percebemos que o que estávamos a fazer há tanto tempo não estava a resultar, que as coisas estavam a ficar piores, não só a nível climático mas também a nível social e político. Decidimos mudar radicalmente a forma como nos estávamos a relacionar com a luta e inaugurámos, mais ou menos em Setembro do ano passado, esta fase em que afirmamos que as empresas e os Estados nos declararam guerra, no sentido em que as emissões continuam a aumentar, e os governos, um pouco por todo o mundo, continuam a procurar novas possibilidades de exploração de gás, de petróleo, de combustíveis fósseis, e continuam a construir novas infraestruturas que irão causar mais emissões. Decidimos, então, que temos de colocar a crise climática no centro do debate político e, nesse sentido, mudar as nossas tácticas e as nossas estratégias. Já nesta fase, fizemos 21 acções nos últimos meses do ano passado».

Descarbonizar

O que entendem estes colectivos por «descarbonização» e o que é necessário fazer para chegar a uma «descarbonização» efectiva? Para Beatriz Xavier «é preciso o fim do fóssil até 2030, um prazo ditado pela ciência», ainda que reconheça que «neste sistema económico, a descarbonização é impossível, uma vez que os governos irão sempre proteger o lucro fóssil das empresas».

Para Inês Teles, «esta questão vem de encontro ao programa político que o Climáximo apresentou, o Plano de Desarmamento e Plano de Paz, que começa exactamente por parar todos os projectos que estão em processo de aprovação ou execução e que vão aumentar emissões – por exemplo, novos aeroportos, a expansão de terminais de gás, etc. – e também parar com todo o consumo que é completamente supérfluo, como jactos privados ou iates». Para Inês, descarbonizar é «parar imediatamente a queima de combustíveis fósseis. Isso é a base de tudo». Uma segunda fase do plano «é desactivar todas as infraestruturas emissoras que existem. E isso passa pelo sector agrícola, pelo da aviação, e passa, naturalmente, pelo sector da energia e dos transportes. Para isso, avançámos com uma série de medidas que visam uma transição justa e que não deixa ninguém para trás». O Plano de Paz proposto pela Climáximo «é uma coisa que tem de ser construída com outros actores da sociedade. Estamos a falar com outros grupos, a pedir *feedback*, de forma a podermos desenhar algo em conjunto dentro das ideias feministas, de cuidados, anti-racistas, anti-coloniais».

Que futuro?

Quisemos perceber melhor como é que a implementação de um «programa político» como o Plano de Paz evita a concentração de poder – algumas das propostas são tão complexas que parecem impraticáveis sem Estados e outras instituições. Poderá a transição ser feita de cima para baixo? Inês Teles considera que «temos de admitir a posição em que estamos. E estamos a perder redondamente. É verdade que, mesmo dentro da esquerda, existem tensões, nomeadamente esta questão do Estado. Muitas das nossas medidas são de base e descentralizadas. A "democracia energética" visa precisamente um controlo democrático sobre o sector da energia

que esta esteja ao serviço das comunidades e gerido pelas próprias comunidades. Depois existem questões que são tão grandes que, de facto, quase inevitavelmente, têm de ter um certo grau de centralização. Temos muito pouco tempo para fazer essas mudanças. A abordagem é uma espécie de mistura entre medidas que permitam democratizar ao máximo todos estes processos e algum controlo que acaba por ter de ser centralizado». Movida pelo sentido de urgência, Inês acrescenta que «é por isso que, enquanto não houver garantia de futuro, vamos continuar a perturbar a paz e a chatear toda a gente. Porque não fazer nada é que não pode ser, inviabiliza vida. As emissões continuarão, com milhares de pessoas mortas ou deslocadas (até 2050, prevêem-se mais de mil milhões migrantes climáticos, ou seja uma em cada nove pessoas no mundo)».

Inaugurámos, mais ou menos em Setembro do ano passado, esta fase em que afirmamos que as empresas e os Estados nos declararam guerra.

Lutas próximas que andam longe

Globalmente, a «transição energética» é uma estratégia fracturante. Movimentos como o dos agricultores que cortam estradas por toda a Europa, ou como o dos coletes amarelos, em França, são instrutivos – as populações que mais sofrem com as alterações climáticas são também as que mais parecem sofrer com a transição. Se não questionarmos a transição verde como uma nova concentração de poder e de capital, como uma mera transferência dos lucros que eram dos combustíveis fósseis para outros sectores, não irão estas pessoas continuar a ver qualquer transição como um ataque directo às suas vidas?

Beatriz Xavier concorda que a «transição» é «uma palavra de moda a que as empresas se agarram para tentar conservar os seus lucros e privilégios. Quando falamos para fora, dizemos que esta "transição energética" não pode ser feita no quadro do sistema económico actual, porque, para acontecer, o lucro não pode estar acima da vida. Em Portugal, por exemplo, vemos trabalhadores a serem despedidos de refinarias sem outra opção de emprego…».

Inês Teles acrescenta que «a ideia de capitalismo verde é uma falácia total. Nós opomo-nos a todo esse *greenwashing* que as empresas fazem para dar a entender que é possível fazer uma transição positiva e, ao mesmo tempo, continuar com o seu modelo de negócio. Na verdade, mais do que uma transferência de lucros, há uma tentativa de expansão das várias oportunidades de negócio. As empresas não estão sequer a abandonar os combustíveis fósseis. Tiveram, aliás, nos últimos dois anos, os maiores lucros da história das empresas de combustíveis fósseis. Empresas como a GALP tentam passar a ilusão de que estão preocupadas e que são líderes da transição, enquanto continuam a explorar combustíveis fósseis, nomeadamente no Sul Global. Obviamente que isto é uma farsa total. Coisas como impostos sobre o carbono fazem parte desta farsa, uma outra forma de *greenwashing*. São coisas que tentamos transmitir quando comunicamos. Fazemos o mesmo com a injustiça: o 1% mais rico do planeta tem mais emissões do que os dois terços mais pobres da população mundial. Tornar muito claras estas discrepâncias e estas injustiças é uma das pontes eventuais com as pessoas de baixo que se sentem ameaçadas por esta transição». Beatriz Xavier (GCE) lembra que «a campanha Empregos para o Clima, que tanto o Climáximo como a GCE apoiam, pretende ajudar a que esta transição, desde que posta dentro dos moldes da vida acima do lucro, crie 200 mil novos postos de trabalho».

Climáximo

Estratégia

Foi em 2018 que a GCE começou com a organizar manifestações com milhares de jovens. Na altura, grande parte das pessoas simpatizava com essas mobilizações mas, de repente, as formas de luta tornaram-se mais aguerridas, passou a haver mais acção directa e um discurso de guerra – de estado de excepção. Como diz Beatriz Xavier, «tínhamos muito mais apoio institucional em 2018/19, porque não tínhamos reivindicações concretas. Dizíamos "não há planeta b", e achavam-nos fofinhos. E fomos percebendo que, apesar de termos visto centenas de milhar de pessoas nas ruas, as coisas estavam a piorar. Estavamos a ser vistas como jovens que iam para as ruas mas que não metiam medo a ninguém. As emissões continuavam a aumentar, as COP [Conferências das Partes]– que existem há mais tempo do que eu existo – continuavam a prometer-nos coisas que nunca aconteciam ou a decidir coisas que não estavam em consonância com os relatórios do IPCC [Painel Intergovernamental sobre Alterações Climáticas]. E chegámos à conclusão de que era preciso ser disruptivo, porque nunca qualquer movimento social teve vitórias apenas através de manifestações, procurando consensos com o poder. Tínhamos de romper a normalidade. Sermos a geração que já nasceu em crise climática e também termos a consciência de que somos a última que a pode travar, é algo muito forte».

No caso do Climáximo, a alteração de estratégia não foi tão profunda. Inês Teles confirma-o: «Já fomos mais fofinhos, mas nunca fomos tão fofinhos como a GCE e já estamos a fazer este tipo de acção directa e desobediência civil há muito mais tempo. Esta mudança de que falei há pouco, em que dizemos que estamos em guerra, foi precisamente por reconhecermos que as formas de luta normais não estavam a resultar. Isso não significa que temos a resposta mágica sobre o que é preciso fazer. Não! Sabemos apenas que temos de fazer outras coisas. É nesse sentido que fazemos estas acções de disrupção pública, em que vamos perturbar a circulação, bloquear ruas. Ao mesmo tempo, estamos a tentar desafiar o resto do movimento social a pensar da mesma forma, a olhar à sua volta e tentar perceber se o que anda a fazer está a resultar. E claramente não está. Temos de tentar de formas diferentes. E avaliar. E tentar de novo de formas diferentes».

Para Beatriz Xavier, «isto não é uma questão de consciência, é mesmo uma questão de poder. E quem o tem está a enviar-nos directamente para o colapso. Olhando para os governos e instituições, apesar de se dizerem democráticos, não são democráticos quando não defendem o direito à vida. Se é uma questão de poder, temos de ganhar o poder pelas nossas próprias mãos. Se a vida da maioria de nós não está a ser garantida por quem a deveria proteger, temos de o fazer nós mesmos».

Exigir mudanças a governos que têm de agradar a liberais e negacionistas não pode, de facto, ser uma estratégia vitoriosa. Para além disso, como lembra Beatriz, «a crise climática está a apertar cada vez mais os seus prazos» e a rapidez da transição é um factor fundamental para que se cumpram alguns dos objectivos da GCE e do Climáximo, o que, neste ambiente político que se vai fechando, se torna cada vez mais difícil. A certa altura, a ciência poderá dizer que já passámos determinado ponto de não retorno - paradoxos que nos fazem perder o sono? Inês Teles prefere dormir bem e utilizar as hora acordadas a «construir a ideia de que é possível lutar para fazer a transição – em oposição a essa ideia de que já não é possível, que é, de facto comum a muitas pessoas. Temos de mostrar que o poder popular existe e que é possível denunciar e desafiar o sistema em que vivemos. Obviamente que não é fácil e é por isso que desfiamos toda a gente a fazer o mesmo. Temos de adoptar novas formas de luta, operar em solidariedade e tentar, por vários lados, atingir o capitalismo onde dói. Demonstrar-lhes que temos força e fazer o medo passar para o lado deles. A questão é que não vale a pena fingir. As coisas estão más e só vão ficar piores. Não resistir não é sequer uma opção».

Ligações

Que existem pontes entre os dois colectivos presentes não é difícil de adivinhar. O Climáximo foi, nas palavras de Beatriz, «um dos grandes auxílios para a criação do movimento climático estudantil» e andaram sempre bastante ligados, até porque «são colectivos que partilham uma visão política». Mas quisemos também saber como é a ligação com outros colectivos, com outras geografias, mesmo com outras lutas.

Beatriz lembra que a GCE actua sobretudo nas escolas, mas que as conversas que organizam lembram sempre que as lutas não se travam isoladamente. Nos tempos mais recentes, a GCE tem, aliás, andado bastante activa também na denúncia do genocídio israelita. «Temos feito várias acções com o Colectivo pela Libertação da Palestina, e também fazemos parte da marcha Casas para Viver, Planeta para Habitar. Acreditamos que todas estas lutas têm uma causa comum - o capitalismo – e, portanto, sabemos que a justiça climática não vem dissociada da justiça social».

Inês conta-nos que, «durante muito tempo, o Climáximo apostou muito na construção de plataformas e na articulação com outros colectivos. Nesta transformação recente, desinvestimos um pouco de colocar muita energia na criação de

Climáximo

Climáximo

plataformas e de alianças, nomeadamente com colectivos que não colocam as coisas das forma que nós colocamos. Os nossos esforços de alianças estão mais virados para colectivos nos quais nos reconhecemos, como acontece com a Habita ou a Stop Despejos, exactamente por considerarmos – todos – que estamos perante uma emergência e que é preciso alterar as formas de luta tradicionais».

Quanto às relações com lutas mais distantes, como a que está viva no Barroso contra a exploração mineira, Inês explica que «houve várias tensões com o movimento contra a prospecção de lítio, mas acho que resultaram de mal-entendidos e de falta de comunicação entre os dois lados. Acho que eles têm a ideia de que nós queremos uma espécie de capitalismo verde, o que é completamente errado. Há algum tipo de tensão ainda, sim, mas temos toda a vontade de a desfazer, até porque consideramos que todos estes contratos de exploração de lítio são completamente inaceitáveis».

Decrescer, acrescer e desenergizar

Da assistência de cerca de três dezenas de pessoas saltaram também algumas questões. As primeiras assinalaram a ausência de um discurso que ponha em causa os níveis de consumo de energia e que problematize a transição digital como forma de manter ou aumentar esse consumo de forma exponencial. Mais à frente, alguém diria que «a questão não é apenas a descarbonização, é a "desenergização"», enquanto outras pessoas falariam em «decrescimento». Para Inês Teles, não há dúvida de que o descrescimento faz parte das propostas do Climáximo, mas confessa que «a ideia de descrescimento não é muito mobilizadora, porque se queremos falar com as pessoas que estão na mó de baixo e lhes falamos de decrescimento, elas podem pensar que lhes queremos tirar ainda mais. Ou seja, duma perspectiva teórica faz todo o sentido, mas utilizar o conceito para mobilizar, parece-me uma coisa de classe média».

Coincidência ou não, havia pelo menos uma pessoa da Rede para o Decrescimento entre a assistência que lembrou que «Serge Latouche, no último livro, que está traduzido nas Edições 70, introduz a palavra "acrescimento", que, se calhar, ainda é mais complexa. Mas, de facto, o decrescimento não vende. Dito isto, acho que se notou alguma falta de imaginação sobre o complexo futuro que queremos. Porque a economia e a sociedade… isso não existe. Não há "uma" sociedade, nem nós queremos "uma" sociedade. A sociedade é um complexo de estruturas. Eu resido numa vila no concelho de Santarém e não me revejo – entendo, claro, mas não me revejo – no que aqui ouvi. O que eu ali vivo não é igual ao que vocês vivem nos contextos onde habitam. Não há crise de habitação na minha vila, por exemplo. Nem em grande parte do mundo rural. A falta de imaginação para imaginarmos mais colectivamente os futuros - e as bitolas, as traves mestras do futuro que queremos mais justo e mais equilibrado – é uma conversa na qual vale sempre a pena insistir».

> Isto não é uma questão de consciência, é mesmo uma questão de poder. E quem o tem está a enviar-nos directamente para o colapso.

Beatriz coloca a urgência em primeiro lugar. Para ela, «antes de se construir um futuro, temos de ter um presente garantido. Se não travarmos a crise climática, estes agricultores, as pessoas que vivem no meio rural, não vão ter processos democráticos de escolha sobre o futuro». Inês segue uma linha semelhante e refere que «a campanha Empregos para o Clima implica exactamente isso de ir conversar com os trabalhadores directamente afectados pela transição. Mas, de facto, é um processo que se tem demonstrado extraordinariamente lento. Não abandonámos a ideia, claro, mas se tivermos de convencer toda a gente antes de travarmos a crise climática, as coisas vão correr muito mal».

Linguagem

«Romper a normalidade», «intensificar o conflito», um discurso estrategicamente pensado como pertencendo a um «tempo de guerra», é algo que na plateia alguém classificou como assustador. «O que é que vem a seguir? Se não resultar, o que vem a seguir à guerra?», questionava-se. «A extinção», foi a resposta imediata de Inês Teles. Ao que Beatriz Xavier acrescentou: «a questão é que a actualidade é mesmo assustadora. A ciência di-lo há anos e as petrolíferas sabem há muito mais tempo do que todos nós: temos prazos. E têm estado a ocultar factos e a causar, coordenadamente, a nossa destruição. Isto, sim, é guerra». Para Inês, o discurso bélico é útil também para «percebermos o nosso papel e o que devemos fazer. A minha bisavó lutou contra o fascismo. É uma inspiração quase todos os dias, pensar que, na altura, ela decidiu que aquilo era o que a vida dela tinha de ser, porque não havia opção senão resistir».

Ainda na plateia, continuaram as queixas sobre o discurso ambientalista, «sobrecarregado de expressões que confundem muito. Há palavras que, no seio do movimento, não querem dizer a mesma coisa que para outras pessoas. Fala-se cada vez mais de transição energética quando, empiricamente, não há nenhuma transição a acontecer. Não há transição, há expansão. O que o mito da transição possibilita não é um planeta melhor, é mais lucros fósseis, agora pintados de verde». «Os grandes responsáveis pelos caos climático são exactamente quem nos propõe as soluções. É o capitalismo a fazer o seu trabalho», ouviu-se. Mais à frente, outra pessoa retomaria esta ideia: «o capitalismo está, de facto a fazer o seu trabalho quando nos diz que, desde que todos tenhamos um Tesla, acabam as emissões de carbono».

Beatriz assegura que «a nossa noção de transição energética é bastante diferente da dos governos ou das empresas». Inês afirma que, no Climáximo, «colocamos sempre muito ênfase no carácter sistémico, na questão da acção colectiva e no facto de que a individualização destes problemas não vai mudar nada de substancial. Temos de operar em várias frentes. Desmistificar e insistir. Constantemente. Insistir. Insistir. Insistir. Dizer a mesma coisa vezes sem conta. O que a GCE fez, ao atirar tinta aos ministros, calculo, foi exactamente isso de dizer, de forma muito clara e mediática, que isto não é transição nenhuma».

Repressão

Se, no início, alguns actos de desobediência ou bloqueio eram vistos com condescendência paternalista, agora, com o desenvolvimento de acções mais incomodativas e com a perda de simpatia por parte de mais camadas populacionais, a reacção das autoridades também tem escalado. O Estado parece, também ele, ter assumido a existência duma guerra e iniciou o afã de identificações, detenções e abusos com que historicamente persegue os movimentos sociais inorgânicos mais activos.

Inês afirma que «a nossa determinação não é abalável por essa repressão, que já existe há muito no Sul global e nos bairros marginalizados. A resposta do Estado é natural. Eles irão sempre tentar defender o seu próprio sistema e irão sempre atacar-nos e colocar-nos como se fossemos criminosos, quando os criminosos são eles. E a nossa resposta tem de ser a solidariedade e o apoio mútuo para fazer frente a esta repressão, às multas que nos impõem como resultado disto». Solidariedade e apoio mútuo, sim, principalmente, porque, como alguém disse: «A Terra tem apenas 12 mil quilómetros de diâmetro e somos todos seus filhos. O planeta é uma criança, é muito pequenino, devia provocar sentimentos de ternura. Agora eles andam a fazer furos até ao útero do planeta».

Reclamar o verde, entrevista com Vandana Shiva

A guardiã de sementes e activista ecofeminista aponta a exploração de lítio como potenciadora de novos desastres ambientais estão a ser cometidos em nome da economia verde.

TEXTO E FOTOS **MARGARIDA MENDES**

Sentada à tarde na cabana, encontrei Vandana Shiva na sua quinta Navdanya, enquanto o sol envolvia as árvores em Uttarakhand, no Norte da Índia. Nesta quinta à porta dos Himalaias, participávamos em atividades agrícolas diárias, cavando, semeando e cozinhando em sintonia com os ciclos de mudança da estação. Navdanya – nove sementes – é «um movimento centrado na Terra e nas mulheres, liderado por agricultores para a proteção da diversidade biológica e cultural.» Juntos conservam o património de sementes de alimentos nutritivos e resistentes ao clima, em mais de 150 bancos de sementes comunitários, guardando, partilhando e cultivando livremente variedades de sementes nativas. Fundado há mais de trinta e cinco anos, o movimento que se espalha agora por 22 estados da Índia, tem na sua origem valores anti-globalização, e práticas como a agroecologia e a agricultura orgânica regenerativa. Celebrando a diversidade da vida e as múltiplas formas de intervenção na biosfera como um ato político de regeneração da Terra, Navdanya é também um importante centro internacional para a reflexão crítica nos moldes do Ecofeminismo e das Ecofilosofias mais amplas, acolhendo cursos regulares.

Foi neste local de encontro restaurativo que conheci Vandana Shiva e tive a oportunidade de conversar com ela sobre como o seu trabalho como ativista cresceu ao longo das décadas. Mas também como a região da sua quinta enfrentou desafios semelhantes aos da Península Ibérica, e se transformou ao longo dos tempos pelas mãos de comunidades activas que continuam a reclamar a vida.

Margarida Mendes (MM): Como mudou o papel das mulheres na soberania alimentar e ecológica desde que escreveu o seu livro *Staying Alive: Women, Ecology, and Development* em 1988? Como viu essa transformação?

Vandana Shiva (VS): Quando escrevi *Staying Alive* a grande ameaça era a desflorestação. Desde então, é claro que a alimentação e a agricultura são o ataque central ao planeta, às pessoas, às comunidades e às mulheres. Deste modo, o papel das mulheres na defesa da soberania alimentar está muito mais articulado agora, sim. Isto é o que sabemos em Navdanya. Não havia Navdanya quando escrevi *Staying Alive* e, com o tempo, a evolução de Navdanya concluiu que são as mulheres que realmente se preocupam com as sementes e que realmente conhecem a Agricultura e por isso estão na liderança.

MM: E sente uma grande transformação nos últimos trinta anos?

VS: Porque o mundo se transformou. Não acho que as mulheres fizeram isso, acho que as mulheres continuam a fazer o que estavam a fazer. Só que há mais espaço para elas serem ouvidas. A transformação está no sistema dominante e, portanto, na relevância do conhecimento e das competências das mulheres.

MM: Estou interessada na sua perspectiva sobre equidade e abundância. Quais foram as principais ações e passos que testemunhou, ou tomou, para a recuperação dos bens comuns?

VS: Sementes. Começando pelas sementes, é claro que a razão pela qual formei a Navdanya foi porque as corporações queriam possuir a semente, e patenteá-la, privatizá-la, e torná-la num monopólio. Eu sabia não só que a semente é um bem comum, mas que defender este bem comum requer novas formas criativas, coisas que não tinham sido antes feitas. As pessoas estavam a guardar as suas sementes ao nível doméstico, mas agora tínhamos que criar bancos comunitários de sementes para defender os bens comuns. Tivemos que nos começar a organizar a um nível diferente, tanto em termos da própria comunidade, como em termos de lidar com o poder corporativo, a ganância e o cerco às sementes. Esse tem sido o trabalho de Navdanya nos últimos 35 anos.

MM: Também fez algum ativismo contra a mineração na região do Doon Valley, certo?

VS: AQUI MEsmo. Nós salvamos estas montanhas. Na verdade, fui solicitada a fazer um estudo pelo Ministério do Meio Ambiente. Naquela época éramos muito poucos os que falávamos e escrevíamos sobre ecologia. E porque tinha trabalhado com Chipko (movimento ambiental), o Ministério encontrou-me e pediu-me para fazer o estudo. O nosso estudo levou ao encerramento da mina, o que foi uma decisão muito importante do Supremo Tribunal em 1983. Demonstrámos que o calcário deixado nas montanhas é água que sustenta toda a economia do vale. O calcário retirado da montanha é matéria-prima e sustenta as grandes indústrias de cimento. Conseguimos demonstrar que o impacto da economia extractiva estava a gerar lucros para alguns, mas a deixar todo o vale vulnerável. Aldeias estavam a ser destruídas, os rios estavam a desaparecer, literalmente. E tudo isto documentamos de uma forma científica muito profunda. Foi isso que levou o Supremo Tribunal a dizer que, porque a água é vida e a vida deve continuar, a mineração deve parar porque está a minar a vida. Esse foi um caso muito importante.

> As corporações queriam possuir a semente, e patenteá-la, privatizá-la, e torná-la num monopólio.

MM: Identifico-me com isso, porque neste momento em Portugal, onde não ocorreram incêndios florestais, há mineração de lítio em planeamento. Existem inúmeras concessões em disputa e também existem debates prementes em torno da mineração no mar profundo. Conseguimos travar os progressos em torno da mineração no mar profundo e impor uma moratória, mas tem havido uma enorme batalha entre os pequenos agricultores, as pessoas das montanhas e o governo sobre o lítio, governo que acaba de cair por corrupção neste preciso momento. Na verdade, corrupção ambiental.

VS: Infelizmente o lítio é um caso claro pelo qual estes novos desastres ambientais estão a ser cometidos em nome da economia verde. É por isso uma dupla tragédia. Toda a gente sabe que se se convertessem todos os carros que hoje funcionam com diesel e gasolina em veículos elétricos a lítio, não haveria lítio suficiente no planeta. Mesmo se destruirmos o planeta, não conseguiremos realizar este projeto. Portanto, não se precipite. Esta é basicamente uma forma de, não apenas continuar as actividades extractivas que são agora trabalho verde, mas pior, criar um novo sistema de exclusão total das pessoas das decisões sobre os seus recursos e os ecossistemas. Isso é o que chamo de «Democracia da Terra», quando as pessoas, como parte da terra, tendo a Terra em conta e defendendo os seus direitos, também defendem os seus direitos. Esta é a ditadura definitiva sobre o planeta, com uma garra verde: a apropriação das terras.

MM: O que vivemos é uma apropriação de terras a um nível sem precedentes. Em Portugal estão a expropriar enormes quantidades de terra e a derrubar árvores para construirem parques solares, ao mesmo tempo que se dividem ecossistemas.

VS: O verde tornou-se o novo chapéu. Infelizmente, quando fiz o estudo da

«Revolução Verde», mesmo nessa altura o verde tinha sido mal utilizado. Porque era o nome da agricultura industrial com produtos químicos e chamavam-lhe «A Revolução Verde». Portanto, a própria integridade do verde está em risco.

MM: Como podemos lutar contra os dragões do greenwashing?

VS: Continuando as lutas que vimos a travar e construindo alianças mais amplas. Reclamando o verde. Não deixando que os nossos oponentes afirmem ser verdes, chamemos-lhe antes indústrias extractivas em aceleração.

São as mulheres que realmente se preocupam com as sementes e que realmente conhecem a Agricultura.

MM: já agora que fala destas montanhas... As bacias hidrográficas da Índia, mas também de outras partes do mundo, têm mudado exponencialmente. Quais poderiam ser os passos presentes e futuros para a recuperação dos recursos hídricos?

VS: Aqui mesmo nesta quinta, esta era uma quinta desertificada, uma plantação de eucaliptos. Estive recentemente em Portugal e, sabe, lutei contra o eucalipto em 1981 no estado de Karnataka, no sul do país. Fiz um estudo de auditoria ecológica do cultivo de eucalipto em áreas secas, que estão a ser levadas à desertificação. Mas mesmo em zonas húmidas, não é uma árvore boa para os ecossistemas. Porque, introduzida pelo homem, tem uma absorção de água muito elevada e não cria solo. Esta era uma terra desertificada, uma plantação de eucaliptos. Se pegasse o solo, ele simplesmente escorregava das mãos. Quando irrigávamos, tínhamos que irrigar a cada segundo ou terceiro dia. E desde que começámos a trabalhar na quinta e iniciamos a produção orgânica e a biodiversidade, os níveis de água aumentaram 21 metros. Porque a infiltração está a aumentar e o escoamento de águas é menor. Estamos a utilizar 70% menos irrigação do que quando começámos porque agora o solo está a reter humidade.

De modo que, para qualquer bacia hidrográfica, os três passos necessários para regenerar o sistema hídrico são: em primeiro lugar, parar de tratar o rio como um depósito de poluição e como um receptor de descargas dos sistemas industriais. É aí que a água está a morrer. Portanto, o nosso *slogan* para o Ganges é «deixem-no fluir ininterruptamente». Parem com as barragens que estão a causar enormes desastres, e deixem-no fluir puramente, pois afinal ele é a nossa mãe sagrada. A segunda coisa que precisamos de fazer é acabar com as práticas da Revolução Verde. Essa é a razão do excesso e do *dumping* excesivo de tóxicos. Pesticidas e fertilizantes estão a destruir os corpos d'água. E a terceira coisa que temos de fazer é investir na agricultura orgânica regenerativa, que traz água de volta aos ecossistemas. Porque a agricultura biológica regenerativa é a regeneração da água.

MM**: Pode falar sobre os projetos de Navdanya, aqui no Vale Doon e nas montanhas em seu redor? Eu sei que a algumas horas de distância vocês têm vários projetos comunitários em curso nos Himalaias.**

VS: Nasci nesta região e trabalho aqui desde os tempos do Chipko. Cresci aqui, a partir dos anos 70 entrei em comunidades e quando comecei a guardar sementes, claro que comecei aqui. Fui às comunidades que conheço e incentivei-as a guardar sementes. E à medida que Navdanya assumiu formas mais organizadas nos quatro vales — porque nos sistemas montanhosos pensamos sempre em vales — basicamente encorajámos os agricultores a conservar e guardar as suas sementes e a criar bancos comunitários de sementes. Nós treinamo-los em agricultura biológica, pois tinham-se esquecido, visto que a formação da Revolução Verde chegou até à última aldeia. Então tivemos que desviá-los disso e ajudá-los a lembrarem-se dos seus sistemas agrícolas. E terceiro, porque me disseram: «agora que conservamos toda esta diversidade, tem que nos ajudar, porque a nossa diversidade de mercados acaba de ser destruída». Foi então que ajudei a criar sistemas de distribuição para eles. Porque crescem as montanhas, crescem as raias, e os alimentos esquecidos, o milhete ou milho-miúdo, etc… Nós ajudamo-los, e dissemos que esse alimento esquecido deveria ser o alimento do futuro. E estou muito feliz porque, quando fiz o estudo da Revolução Verde, o milho-miúdo estava a ser chamado de cultura primitiva, que deveria ser eliminado da agricultura, mas este ano é o ano do milho-miúdo! Apesar de todo o poder do agronegócio, os pequenos esforços das comunidades não só salvaram as sementes, para que haja milho para crescer, mas também lhe trouxeram respeito.

MM: Qual é a mensagem que gostaria de deixar aos jovens activistas que estão agora a surgir e às gerações futuras?

VS: A primeira coisa que lhes diria é que a colonização da natureza, a colonização das mulheres, e a colonização do futuro, que são as gerações futuras, é uma só colonização. E a descolonização nos nossos tempos precisa de uma aliança entre os "três". Entre os direitos da natureza, os direitos das mulheres, os direitos da juventude. Há uma tentativa de colocar os humanos contra a Terra, de colocar constantemente os idosos contra os jovens, mas vocês sabem que diferentes fases da vida são diferentes fases da vida. E eu diria aos jovens: bem, juntem-se a nós, aqui! Aqui fora, faço nesta cabana a Universidade dos avós, para aprender com os mais velhos. No próximo ano vou fazer muitas Universidades de avós, para que os jovens não se esqueçam da cultura. Porque as mulheres ainda conhecem as suas canções, mas os jovens ouvem Bollywood. Portanto, transferir as artes, transferir a cultura é muito importante.

Apesar de todo o poder do agronegócio, os pequenos esforços das comunidades não só salvaram as sementes, para que haja milho para crescer, mas também lhe trouxeram respeito.

A última coisa que gostaria de dizer aos jovens é: sim, estamos numa situação terrível e o colapso não é apenas algo que está a ser testemunhado, mas sobre o qual se fala constantemente. Por essa razão, muitos jovens pensam que não há nada que possamos fazer. Mas acho que esse é o último passo que devemos dar, porque pode fazer-se tudo. Como membros da comunidade terrestre, trabalhando com a Terra, podemos regenerar-nos. Vejo isso através da humilde experiência aqui em Navdanya, vi milagres nesta quinta! Bem, se isso estivesse a acontecer em todos os lugares! Então, como disse à Greta quando ela me encontrou em Paris, ótimo, protesta às sextas-feiras, faz greve às sextas-feiras, mas os restantes seis dias regenera a Terra. Faz algo para trazer de volta o seu solo, para trazer de volta a sua água, para trazer de volta a sua biodiversidade, para trazer de volta os seus insectos. E há tantas maneiras de fazer isso! Considera isso como a tua atividade a 90% e isso te trará esperança. Isso te dará a tua identidade e será a resposta para o teu futuro e para o futuro da Terra.

Construir até sufocar

Para a área menos povoada de Contumil, a Câmara Municipal do Porto tem planos para a substituição de vegetação semi-selvagem por placas ajardinadas, de pomares por prédios de sete andares, de recursos hídricos comuns por espelhos de água para ornamento.

TEÓFILO FAGUNDES
TEOFILOFAGUNDES@JORNALMAPA.PT

Na edição de Janeiro-Março de 2024 do jornal MAPA falámos da zona de Contumil que é mais povoada, uma área onde, sob palavras belas de «reabilitação», se vai desenvolvendo um plano de substituição populacional que desvia os mais pobres para outras zonas, abrindo espaço a carteiras mais recheadas: à classe média, enfim, essa abstracção alienante onde cabe a professora, o enfermeiro, o trolha, a empregada doméstica, o funcionário e o pequeno e médio patrão, o polícia e o pequeno e médio ladrão. A elite política, oriunda dessa classe que é média, parece ter perdido a capacidade – se alguma vez a teve – de pensar abaixo desse limiar. Talvez por isso os planos para esta zona da cidade nunca tenham sido vistos através da lente de quem menos tem e seguem o seu caminho sem qualquer tipo de contestação.

O mesmo caminho, aliás, do Plano Director Municipal (PDM) portuense em vigor. Se é verdade que partes deste documento levantaram vozes críticas, a respeitante à zona oriental do Porto foi sempre alvo de uma análise benevolente, quando não laudatória, como se a «nova centralidade» do antigo matadouro transformado em *hub* criativo-artístico-comercial não fosse tornar a vida impossível para as camadas populares da área da Corujeira; como se o exemplo do Bonfim, onde a classe média expulsa do centro ou à procura da maior proximidade possível com ele pressionou as rendas para níveis que já nem esta consegue comportar, não existisse; como se aquela região fosse, na verdade, aquilo a que, na reportagem anterior, se chamava «zona de sacrifício urbano».

Contumil verde

Estamos na estação de metro Nicolau Nasoni e caminhamos lentamente em direcção à estação seguinte, Nau Vitória. «Há duas décadas, tudo isto eram lameiros e campos agrícolas, matas, bouças e pastos», conta-nos Eduardo Silva. Nos seus «caminhos estreitos e murados a granito ou a silvas», a circulação só era possível a pé ou em veículos de tracção animal. As crianças, indiferentes à sujidade, também se aventuravam de bicicleta. A linha de comboio, que agora se vê com pouca dificuldade à nossa direita, estava, nessa altura, escondida. E longe. Antes de lá chegar, «e para quê lá ir?», havia tanques, campos que davam na perfeição para um jogo de futebol, sombras de primeiros romances ao pé de uma árvore. Àquela zona aparentemente enorme dava-se o nome de Beirão.

> «Já se foram terrenos enormes - e bem - para bairros sociais. Agora substituem pomares por bairros chiques».

Quando, em Janeiro de 2011, abriu a Linha Laranja (F) do Metro do Porto, o Beirão era afinal uma avenida de quatro faixas de rodagem, mais estacionamento, no meio da qual circulam composições ferroviárias nos dois sentidos. Se é verdade que a necessidade de infra-estruturas rodoviárias perto de estações de transportes públicos é uma ideia lógica, ao tamanho dessas infra-estruturas já lhe faltava essa característica. Na verdade, em mais de uma década, nunca semelhante avenida foi necessária. Nunca os estacionamentos estiveram perto de lotados. Em tempos de confinamento e afastamento pessoal, «esse ir e vir entre as estações de Nicolau Nasoni e Nau Vitória era o passeio higiénico do dia para várias pessoas e, ainda assim, raramente se encontrava gente por lá».

Do Beirão, rasgado pelo interior, sobraram as parte de fora: alguns campos agrícolas, a encosta que dá para o caminho de ferro, o terreno que subia para o Bairro S. João de Deus, umas quintas e outras tantas bouças. Uma mancha verde que, mesmo assim, sobretudo se unida a outras partes de Contumil ainda não edificadas, é das maiores da cidade.

A estação de Nau Vitória fica numa espécie de cave de uma rotunda rodoviária, mas a céu aberto. Se nos aproximarmos do centro dessa rotunda, podemos ver a estação, lá em baixo. Se preferirmos o varandim exterior, à frente de um fundo constituído por um edifício futurista azul-estrondo, um rebanho de ovelhas pasta num campo onde nos poderia apetecer deitar. De volta à estação Nicolau Nasoni, um faval está inundado de abelhas gulosas e, pelo que nos diz o nosso interlocutor, ao fim da tarde e pela noite dentro, inúmeros sapos-parteiros farão a sua serenata metálica de acasalamento.

«Sustentabilidade ambiental»

O terceiro objectivo da estratégia territorial vertida no PDM parece em consonância com estas realidades ecológicas e é de uma nobreza e de uma actualidade intocáveis. Trata-se de «garantir a qualidade ambiental, promovendo um modelo de desenvolvimento urbano sustentável». Para atingir este objectivo, o ás de trunfo de Rui Moreira é a criação do chamado Parque de Contumil, uma área verde, ajardinada, com linhas de água, muitos arruamentos, tudo de uso público, ainda que, pelos planos de pormenor, se assemelhe mais ao jardim particular dos futuros moradores das muitas habitações previstas para a zona. A narrativa camarária diz que a edilidade transformará vários terrenos privados num espaço verde de uso público e que esse novo espaço, o Parque de Contumil, será a afirmação concreta da aposta na sustentabilidade ambiental da cidade e do planeta. A realidade poderá ser bastante diferente.

Se é verdade que há uma quantidade considerável de terrenos privados que passará para mãos públicas, não o é menos que se vai perder um pedaço não menos considerável de espaço actualmente verde, para além de se pretender concentrar uma quantidade de pessoas também ela considerável a pressionar o território, com os seus carros e os seus consumos. A Câmara Municipal do Porto (CMP) não fala dessa pressão, mas acaba por se tentar defender pela excessiva construção de novos arruamentos afirmando, no PDM, que «os investimentos na via pública têm, necessariamente, uma componente ambiental, expressa na atenção dada aos "modos suaves", à arborização e, frequentemente, ao transporte público». Em suma, destruir-se-á uma área enorme de arvoredo para fazer estradas alcatroadas mas arborizadas, haverá talvez uma ciclovia para que se possa andar de bicicleta onde agora se pode fazê-lo tranquilamente ainda que sem ciclovia, e, menos provavelmente, haverá corredores *bus*.

Na reportagem anterior, vimos que, para o executivo de Rui Moreira, em pleno século XXI e perante um consenso alargado quanto à existência de alterações climáticas induzidas pela acção humana, «garantir a qualidade ambiental, promovendo um modelo de desenvolvimento urbano sustentável», passa por alcatroar ruas empedradas e construir novas estradas onde existem árvores e campos. Nesta edição, detendo-nos na documentação do PDM, veremos como este significa trocar a natureza pela construção civil, a biodiversidade pela higienização. Poder-se-ia passar os terrenos para a propriedade da Câmara e manter os espaços no seu estado semi-selvagem. Seria a opção de uma cidade preocupada com o futuro. A escolha é política, ideológica, e não é inocente. Perder capacidade de resistência ecológica da cidade em prol da criação de novos focos de pressão poluidora é a preferência de quem vê a vida como um negócio e a especulação como um jogo justo.

Pertíssimo das Antas, que, como o nome indica, foi local de construções megalíticas pré-históricas, muito perto também das sepulturas antropomórficas descobertas por acaso em 1943, situada na encosta sobranceira ao vale de Campanhã (a romana *Villa Campaniana*), com uma toponímia que remonta às invasões suevas ou visigóticas, recheada de lendas e corruptelas históricas que vão da conquista cristã às invasões francesas, provável primeiro assento da igreja matriz da freguesia, com existência oficial desde que, em 1120, foi integrada na área do Couto do Porto e com registos de ter sido um forte miguelista durante o cerco do Porto, Contumil é legitimamente considerada uma «área com potencial arqueológico». «Se fosse como na questão das minas, o discurso ia ser o de que é preciso fazer prospecção para sabermos a riqueza arqueológica no terreno. Mas não é. Aqui é mais a visão do "vamos contruir e logo se vê se se encontra alguma coisa no processo"», ironiza Eduardo Silva.

Furacão imobiliário

O primeiro objectivo fundamental da estratégia territorial assumida para o período 2020-2030 (detalhada no relatório do PDM do Porto) é límpido e traz imediatamente a questão imobiliária para o seu cerne. Vejamos: «promover as condições de vida e de bem-estar da população, reforçando a atractividade residencial e criando as condições para a recuperação demográfica da cidade». Não se trata de pensar o problema habitacional que assola o Porto. Trata-se de «reforça[r] a atractividade», ou seja, «atrair» pessoas. Não «alojar».

Transformar uma área verde enorme (praticamente toda a parte colorida), ainda que privada, num pequeno parque público (a parte verde) cercado por construções e novos arruamentos (os tracejados) está em contraciclo com as necessidades das cidades do futuro.

«Atrair». Pessoas que, incapazes de alugar uma casa numa localização mais próxima do Património da Unesco, querem, ainda assim, poder dizer que vivem «no Porto». E que, nesse processo, pressionam preços e rendas na zona para onde se deslocam, acabando por obrigar a que outras camadas de gente, as de baixo, se tenham de mover para um outro lado qualquer.

Há uma classe média *cool* que, no Porto, nunca chegou a conhecer os prazeres secretos de viver no centro da cidade. Netos ou filhos de pessoas que tinham fugido, décadas antes, dos arredores da Baixa para as vivendas dos arredores, estes novos citadinos viram o turismo de massas expulsá-los ainda mal se instalavam, surgindo, em consequência, ainda que momentaneamente, uma união com as classes populares que, por aquela altura, ainda não pressionadas pela procura da classe média, eram já postas na rua para darem lugar a alojamentos locais. A expressão «recuperação demográfica da cidade» que o PDM apresenta não é, assim, mais do que a relocalização da classe média expulsa pelos vários processos de especulação imobiliária, sempre à custa das camadas mais abaixo.

À custa também dos poucos espaços que ajudam a cidade a comer e a respirar. Ao caminharmos da estação Nau Vitória para a Nasoni, Eduardo Silva faz-nos reparar, à direita, num pomar extenso. «Os planos para aqui prevêem prédios até sete pisos. Já se foram os terrenos enormes – e bem – para bairros sociais. Agora substituem pomares por bairros chiques», conclui. É um terreno que serve de moeda de troca para outros, situados um pouco mais acima, que servirão para moradias e também para o Parque de Contumil. Entre estes dois espaços fica a Presa de Contumil, um reservatório de retenção de água e biodiversidade que também serve de lavadouro público. «A presa fazia parte de uma linha de água. Agora faz parte do seu fim. A água atravessava o que agora são estradas e linha de metro. A solução foi encaminhá-la, logo a seguir à presa, para a rede de águas pluviais, cortando o seu percurso. E agora parece que vai passar uma estrada por cima da presa», entristece-se o nosso interlocutor.

Aliás, o PDM vê o ciclo urbano de água apenas como uma forma de «afirmação da história e cultura da Cidade» e, sobretudo, como mecanismo de «descentralização das actividades económicas, criando um pólo de atracção fora dos circuitos turísticos habituais». A «bacia de retenção» que se prevê para o terreno onde, há pouco, vimos o rebanho no seu pasto retrofuturista não deve, afinal, passar de um espelho de água, talvez um lago artificial, amigo dos passeantes, provavelmente inútil para os locais, ao contrário da presa.

A «capacidade construtiva» como moeda-padrão

Também para os proprietários dos terrenos que irão ser afectados, esta história tem o seu quê de logro. A CMP, pelo menos nos casos de que tivemos conhecimento, não compra terrenos. Prefere um sistema de trocas: o proprietário cede determinada área e a Câmara «paga-lhe» com uma área equivalente. Dito desta forma, soa a justo, quase a pré-capitalista. No entanto, um olhar para um caso particular mostra que a justiça tem costas largas e definições que variam dramaticamente em função das premissas em que assentam. A expressão-chave é «capacidade construtiva», uma vez que é desse conceito, desse princípio, que nascem as propostas de troca de terrenos.

> Destruir-se-á uma área enorme de arvoredo para fazer estradas alcatroadas mas arborizadas.

Num caso concreto a que tivemos acesso, o proprietário abrirá mão de uma área bastante maior do que aquela que receberá em troca, mantendo a capacidade construtiva. Quer isto dizer que se nos campos que tinha podia construir quatro prédios com dois pisos, agora, apesar de o novo terreno ser consideravelmente mais pequeno, pode construir o mesmo número de habitações, ou seja um edifício com sete ou oito andares. Desde que os proprietários aceitem que a moeda-padrão é a «capacidade construtiva», este é um óptimo mecanismo para a CMP ganhar hectares de terreno de borla, ao mesmo tempo que os proprietários se sentem devidamente ressarcidos.

Mais do que uma manobra socialista de tirar a privados para dar ao Estado, trata-se da *muy* capitalista valorização de territórios unicamente em função das possibilidades de lá construir e é, de facto, a marca de água da CMP. Uma visão cada vez mais perigosa para as cidades de que o futuro necessita, que olha os espaços naturais como oportunidades imobiliárias e que organiza um jogo aparentemente justo que, na verdade, esconde que quem define as capacidades construtivas de cada um dos terrenos é a própria CMP, o que se afigura, e não apenas filosoficamente, como um conflito de interesses em que é o próprio comprador quem estabelece o preço do produto.

Fosse diferente o critério de valorização dos terrenos, focando-se, por exemplo, na qualidade do ar que potencia, na biodiversidade que alberga ou na paisagem que proporciona, e outro seria o resultado das permutas. Outra seria também a mensagem que a CMP passaria para a cidade: de não crescimento, de protecção do que resta de natural, de preparação para os efeitos das alterações climáticas, de diminuição do tráfego e da pressão urbanística sobre o território. A opção de expulsar gentes locais é política, disse-se anteriormente, e a de ordenar e destruir a natureza em prol da construção civil também o é, acrescenta-se agora.

Opacidade e especulação

De qualquer forma, os proprietários são, ainda assim, os únicos a saberem, se bem que muito parcelarmente, o que se vai passar. Ninguém foi contactado, nem as pessoas comuns nem as chamadas forças vivas, a sociedade civil ou sequer a comercial. Sim, houve consulta pública para o PDM, mas quem soube? Quem quis que se soubesse? Ou foi, como sempre, por aqui ou por terras ameaçadas de mineração, um mero expediente de branqueamento democrático? Para o bem e para o mal – e estas consequências serão diferentes conforme a classe social a que se pertence –, a esmagadora maioria dos habitantes de Contumil será confrontada com uma mudança radical do seu ambiente social, paisagístico e ecológico sem que lhe tenha sido perguntado o que quer que seja.

Por outro lado, a especulação que se movimenta perto dos corredores dos Paços do Concelho sabe das coisas com a antecedência necessária para se colocar no terreno de forma privilegiada, como é o caso do recentemente interessado na zona Nuno Cardoso, presidente da CMP entre 1999 e 2002, em substituição de Fernando Gomes, que saíra, entretanto, para o governo. Este engenheiro, que esteve envolvido em várias polémicas relacionadas com peculato, abuso de poder e participação económica em negócio e que chegou a ser condenado pelo crime de prevaricação por causa de um despacho que perdoou uma coima ao Boavista quando o clube portuense se encontrava a construir sem licença, tem andado bastante activo em Contumil, tanto na aquisição de terrenos como na contratação de mão-de-obra local de construção civil.

UOPG

No PDM, Contumil é considerado um «espaço em consolidação», isto é, uma zona que «não se encontra estabilizada em termos funcionais, morfológicos e de infra-estruturação», para a qual é necessária a criação de uma Unidade Operativa de Planeamento e Gestão (UOPG). No caso em análise, essa UOPG, ou melhor, essas, uma vez que se trata de duas (Contumil e Currais). É quase exclusivamente constituída por zonas verdes, entre matas, bouças, quintas e campos agrícolas, e pretende-se agora que passe a ser uma área urbanizada. A CMP considera, então, que fazem falta «infra-estruturas de carácter geral» e que a urbanização deve estar a cargo da iniciativa privada, sendo que a CMP fica responsável por essas tais infra-estruturas. Uma forma de aumentar a atractividade do território para a construção civil às custas do erário público.

Para além de novas estradas e do reperfilamento de algumas antigas, cabe ao município construir outras infra-estruturas, nomeadamente uma «área verde de fruição colectiva», a «renaturalização da ribeira de Currais» e um «jardim frontal à Escola Nicolau Nasoni». Tudo isto de forma a cumprir o seu objectivo de «valorizar os sistemas de espaços colectivos», o que é verdade, uma vez que se trata de terrenos quase exclusivamente privados que passarão para o usufruto de por quem lá passe. À volta deste aparente paraíso, haverá casas, que não serão de «custo controlado», muito menos de habitação social, e ruas, e carros e tudo o que uma urbanização arrasta consigo.

> Afirmar que uma feira «qualificada» mantém as mesmas características da Feira da Vandoma é pouco mais do que fake news.

Um parque maior, que se estendesse pela maioria do território não construído, com construção limitada, senão residual, com partes mantidas em estado semi-selvagem, amigo das pessoas, sim, mas sobretudo da qualidade do ar e da biodiversidade não é, para já, uma impossibilidade. Sê-lo-á mal o betão e o alcatrão passarem a dominar a zona. Não é tarde para o evitar, mas não será Rui Moreira a fazê-lo. Nem sequer a oposição camarária, que encara estes processos de forma benévola e paternalista. A escolha política de construir uma cidade apenas aparentemente «sustentável» mas sobretudo preocupada com o crescimento económico não é monopólio do presidente da CMP. Está presente em todos os corpos institucionais da cidade.

O feiródromo

Estamos ainda na estação Nasoni. A cor verde, da erva entre os carris, dos campos agrícolas, dos pomares, dos jardins e das matas, abunda. No meio de um intricado pouco explicável de ruas que foram construídas por alturas da abertura da Linha F, sobraram áreas consideráveis, demasiado perdidas entre bocados de alcatrão para serem campos agrícolas e deixadas, assim, à mercê dos ventos naturais e da obrigatoriedade de «limpeza» que a CMP todos os anos impõe. São terrenos com vegetação rasteira, uma ou outra árvore, silvas, arbustos vários, pasto de seres rastejantes e voadores. São também bolsas importantes de escoamento de água, numa área que é rica nesse recurso e que deveria ter o mínimo de impermeabilização do solo possível.

Para um desses terrenos, que nos dizem ter cerca de dois hectares, está prevista a construção de um «feiródromo», cujo nome é, por si só, uma ode à visão utilitária de um *marketeer* sobre a cidade. Trata-se, de acordo com o *site* da CMP, de «uma estrutura polivalente com capacidade para receber 152 feirantes, disponibilizando locais de venda de 3x2 metros, o mesmo número de pessoas e as mesmas características da Feira da Vandoma».

A Feira da Vandoma, que ao longo dos tempos foi sendo amputada do seu carácter informal, cada vez mais afastada de um local central na cidade, é agora enviada para a fronteira leste, devidamente regulamentada, colocada em bancas com medidas certas, de forma a que se transforme, agora nas palavras do vereador das Finanças, Actividades Económicas e Fiscalização, Ricardo Valente, numa feira «qualificada». De novo, é uma opção política, que até vem embrulhada com um desejo de ajudar a que a cidade conheça aquela zona. Mas afirmar que uma feira «qualificada» mantém as mesmas características da Feira da Vandoma é pouco mais do que *fake news*.

Para esse feiródromo está, então, prevista a Feira da Vandoma e uma Feira 25 de Abril de que ninguém com quem contactámos alguma vez ouviu falar. «Talvez se trate da extinta feira do Cerco que não poderá voltar a ter esse nome se passar a acontecer no Feiródromo e não no Cerco», lembra Eduardo Silva. Em Dezembro de 2023, Ricardo Valente afirmava que previa que, «em Abril de 2024, [existiria] o equipamento municipal». Neste momento, a CMP ainda nem sequer tratou de finalizar a compra dos terrenos.

De qualquer forma, talvez ainda este ano, mais dois hectares de solo serão impermeabilizados em troca de um feiródromo que parece ter como objectivo servir para apresentar esta área da cidade como mais apetitosa para as empresas imobiliárias e que «vai destruir a pacatez rural, aqui mesmo ao lado destes campos todos», diz-nos Eduardo Silva, apontando para uma vasta área cultivada. «Vem muita gente ao mesmo tempo e há algum receio de roubos e destruição de culturas... esperemos que não haja problemas», conclui.

Perseguição judicial europeia ao antifascismo

Ilaria Salis, uma anarquista italiana encontra-se detida em Budapeste desde fevereiro de 2023, junto a Tobias, um companheiro alemão, ambos acusados de agressão a neo-nazis que participavam no "Dia da Honra", uma efeméride celebrada em Budapeste por fascistas de toda a Europa.

FILIPE NUNES
FILIPENUNES@JORNALMAPA.PT

Em fevereiro de 2023, no contexto das manifestações do Dia da Honra, evento que junta todos os anos na capital húngara milhares de militantes de extrema-direita vindos de toda a Europa, os protestos antifascistas levaram à detenção de Ilaria Salis, professora de 39 anos, natural de Milão, e do alemão Tobias, por instigação a ataques a neonazis.

A acusação dos procuradores húngaros não se limita aos acontecimentos ocorridos em Budapeste, nem aos dias da comemoração anual da revolta germano-húngara contra o cerco soviético, em 1945. No contexto de uma cooperação cada vez mais estreita entre os Estados e as polícias europeias, há a intenção de ligar as ações ocorridas na Hungria a um caso judicial muito mais vasto aberto na Alemanha a partir de 2018. Na chamada investigação "AntifaOst", diversas antifascistas são acusadas de ataques contra membros proeminentes do espectro neonazi alemão, pretendendo-se agora afirmar a existência de uma associação criminosa fictícia que alegadamente organizou os ataques que ocorreram na Hungria. Por esta razão, além da detenção em Budapeste de Ilaria e Tobias, o Ministério Público húngaro emitiu 14 mandatos de detenção europeus contra outras pessoas de diversas nacionalidades: alemãs, italianas, albanesas e sírias. Na noite de 11 de dezembro, a antifascista Maja (nome fictício) foi detida em Berlim e permanece detida em Dresden. Gabrielle, de Milão, foi detido a 22 de novembro e colocado em prisão domiciliária.

> Numa carta à sua advogada Ilaria descreveu as celas infestadas de ratos e insectos, a falta de higiene e de cuidados médicos urgentes.

A 29 de janeiro de 2024, teve lugar a primeira audiência na Hungria, na qual a acusação de Ilaria pediu 11 anos de prisão sem possibilidade de penas alternativas. Para Tobias, foi pedida uma pena de 3 anos e 6 meses. Em 28 de março, teve lugar a audiência de extradição de Gabriele, resultando na sua libertação e recusa da extraditação. Para Ilaria, o juiz considerou que havia "risco de fuga" e recusou a prisão domiciliária, mantendo-a em prisão na Hungria, apesar dos protestos desencadeados em Itália contra as condições de detenção. Ilaria, voltou a surgir em Tribunal com as mãos algemadas e os pés acorrentados, imagens que em janeiro causaram indignação nas primeiras páginas dos principais jornais italianos, embaraçando Giorgia Meloni, a primeira-ministra italiana, que, juntamente com o vice-primeiro-ministro, Matteo Salvini, tem laços estreitos com Viktor Orbán, o primeiro-ministro nacionalista da Hungria.

Numa carta à sua advogada Ilaria descreveu as celas infestadas de ratos e insectos, a falta de higiene e de cuidados médicos urgentes. O seu pai Roberto Salis, em entrevista ao The Guardian frisou ainda os perigos que a sua filha corre. «Já sabemos que, nos canais Telegram, os militantes de extrema-direita diziam que queriam colocar Ilaria numa cadeira de rodas».

Solidariedade desde Portugal

Nas ações internacionais de solidariedade que tem vindo a ter lugar, várias companheiras organizaram um evento de apoio de fundos para o caso de Ilaria. No comunicado difundido inserem este caso no quadro «da cada vez mais evidente intensificação das políticas securitárias, das medidas de segregação e exclusão, dos mecanismos de controlo populacional, que nas últimas décadas têm vindo a caraterizar a gestão do território definido como "Europa"», resultando na proliferação de «grupos neonazis e neofascistas, organizados e com amplas margens de manobra, dentro e fora das instituições».

> Quem se organiza para resistir e lutar contra a violência dos Estados, do capital e dos seus cães de guarda de extrema-direita é confrontada com uma repressão cada vez mais extensa e agressiva.

As solidárias alertam também para o facto de «em tempos sombrios como estes, nos quais os ventos de guerra assobiam cada vez mais alto aos nossos ouvidos, a repressão do inimigo interno e a pacificação social manifestam-se como prioridades de todos os governos nacionais». É neste enquadramento «que ocorre a perseguição judicial a Ilaria e demais companheiras», enquanto «a União Europeia estuda a possibilidade de incluir grupos antifascistas em listas designadas para terroristas».

«Décadas de profundas crises económicas e sociais, criaram um terreno fértil para a propaganda de ideias populistas, identitárias e fortemente reacionárias». A ascensão do Chega congrega-se no crescimento da direita europeia «como o Rassemblement National, a Lega e o Fratelli d'Italia, a AfD, Vox, até ao sucesso das manifestações de rua fomentadas pelos fascistas que atuam fora da esfera institucional. O movimento de independência da Macedónia na Grécia, a infiltração de fascistas em várias praças contra as restrições impostas pelo Covid-19, os recentes distúrbios em Espanha contra a amnistia dos separatistas catalães ou os confrontos racistas que eclodiram em Dublin são apenas alguns dos exemplos que nos vêm à cabeça.»

Aqui chegados, concluem, «quem se organiza para resistir e lutar contra a violência dos Estados, do capital e dos seus cães de guarda de extrema-direita é confrontada com uma repressão cada vez mais extensa e agressiva», perante o qual torna-se essencial «que os fascistas sejam combatidos diretamente.»

Barragem do Pisão: últimos meses para salvar o Alentejo de mais um mega-projeto

FRANCISCO COLAÇO PEDRO

A Ribeira de Seda brota na Serra de São Mamede e está ameaçada por um novo paredão de 54m de altura - Comunidade Intermunicipal do Alto Alentejo

Em meados de maio, deverá conhecer-se a empresa escolhida pela Comunidade Intermunicipal do Alto Alentejo para a construção da Barragem do Pisão, no Crato, Portalegre. A Ribeira de Seda, que nasce do encontro de vários ribeiros na Serra de São Mamede e serpenteia por freixos e amieiros, represas e pontes de xisto, seria interrompida por um paredão de betão de 54 metros de altura.

Também conhecido como Empreendimento de Aproveitamento Hidráulico de Fins Múltiplos do Crato, o projeto inclui uma central fotovoltaica, uma mini-hídrica e uma vasta rede de canais de regadio. Nas palavras do governo cessante, é «uma grande oportunidade para o Alto Alentejo, à semelhança do que aconteceu com o Alqueva no Baixo Alentejo.» «Dos 160 mil projetos previstos no Plano de Recuperação e Resiliência», confessou em janeiro deste ano o então primeiro-ministro António Costa, «nenhum deu mais dores de cabeça, nenhum exigiu maiores discussões e maior ginástica».

E não é fácil perceber que ginástica terá permitido à Barragem do Pisão obter financiamento do Mecanismo de Recuperação e Resiliência. Estes fundos europeus implicam que os projetos respeitem o princípio de «não prejudicar significativamente» (*do no significant harm*), quanto a impactos no clima, água, economia circular, poluição e biodiversidade.

O principal argumento é que a barragem servirá para o abastecimento público de água de cerca de 55 mil pessoas, em oito concelhos. Mas a população é abastecida pela barragem de Póvoa e Meadas, que tem capacidade para servir o triplo da população atual.

A ZERO, uma das organizações que, nos últimos anos, procuram denunciar os impactos e os interesses associados ao projeto, revela que o uso previsto de água para abastecimento público seria cerca de 1% do volume de afluências anuais. O uso para rega? 65%. Números que clarificam a natureza do projeto: apoiar a expansão da agro-indústria intensiva e das monoculturas de regadio pelos campos do Alentejo.

«Para quê e para quem?»

Cerca de 40 quilómetros a jusante, esta mesma Ribeira de Seda perde-se já numa enorme barragem: a barragem do Maranhão, construída nos anos 50. Também ela previa o abastecimento de água potável à população, mas nunca tal aconteceu..

Nos últimos anos, as margens da sua albufeira foram cobertas com milhares de hectares de olival intensivo. Na primavera do ano passado, o Maranhão estava nas notícias: manchas de espuma azul, lodo, pasta branca, denunciavam uma perigosa albufeira poluída com cianobactérias. Segundo a autarquia de Avis, isto era resultado da enorme quantidade de agro-químicos, que, com a chuva, acabam na água.

Entretanto, os agricultores que beneficiam deste regadio mais a sul alertam que a barragem do Pisão pode deixar a do Maranhão à míngua de água. Numa região onde já existem 12 grandes barragens, Pedro Horta, da ZERO, deixa a questão: «Para quê e para quem mais uma?»

> A consulta pública decorreu no pico do verão. Contou com 181 participações. Quinze dias úteis depois, a APA emitia declaração ambiental favorável. Para a Quercus, "a decisão final já estava tomada".

«Por mais que a dúvida seja de alguns, a vontade é de todos», assevera o presidente da Comunidade Intermunicipal do Alto Alentejo, Hugo Hilário, que é autarca de Ponte de Sôr há mais de uma década e antigo quadro da corticeira Amorim. Afirma que a Barragem do Pisão é «uma das mais importantes páginas da história do Alto Alentejo, que transformará o nosso território e lhe garantirá mais sustentabilidade económica e ambiental futura».

Na verdade, 50 anos após o 25 de abril, continua a concretizar-se a visão do regime fascista para o Alentejo: subvenções estatais a apoiar grandes proprietários e empresários agrícolas e disseminação de monoculturas intensivas. A Barragem do Pisão é uma proposta de 1957, do Plano de Rega do Alentejo – o projeto do Estado Novo para suceder à Campanha do Trigo que, nos anos 30 e 40, provocara o desaparecimento quase total das florestas naturais e o esgotamento dos solos alentejanos.

Os fundos europeus do PRR permitiram desenterrar o velho projeto, mas escondem o verdadeiro custo para as contribuintes. «Omitido das notícias empurradas pelo promotor e pelo anterior governo está o facto de os 140 milhões do PRR virem a título de empréstimo», explica ao MAPA Pedro Horta. E, no entanto, «não conseguem cobrir talvez nem metade dos custos totais.» De facto, se o projeto avançar, os custos poderão superar os 300 milhões de euros.

«Segundo as aferições referidas pelo próprio promotor», revela, «vão ser cerca de 50 grandes proprietários a beneficiar com o investimento público». E interroga-se: «Não existem formas mais sensatas de investir nesta região?»

Monoculturas ou montado

A consulta pública da Barragem do Pisão decorreu em 2022. Como é frequente em projetos polémicos, foi lançada no pico do verão. Contou com 181 participações. À exceção das autarquias locais e de duas associações de empresários agrícolas, todas as participações, de associações, empresários e cidadãos, declararam e fundamentaram a sua oposição ao projeto. Quinze dias úteis depois, a Agência Portuguesa de Ambiente (liderada por Nuno Lacasta, antes de se tornar arguido na Operação Influencer) emitia declaração ambiental favorável condicionada. Para a Quercus, «a brevidade inédita deste processo mostra que a decisão final já estava tomada». Em setembro, o governo classifica a barragem como «empreendimento de interesse público nacional», para permitir «maior flexibilidade e celeridade ao nível dos procedimentos administrativos», nomeadamente para o abate de espécies protegidas.

A concretizar-se, a nova albufeira implicará o desmatamento de 540 hectares de montado. Este resiliente sistema agro-silvo-pastoril é um aliado na mitigação e adaptação às alterações climáticas e proteção da biodiversidade. Travar o seu declínio e apoiar a sua regeneração permite que o solo retenha grandes quantidades de carbono – e de água.

Os 725 hectares de águas paradas submergiriam ainda a aldeia do Pisão, onde vivem 70 pessoas. Em fevereiro passado, esta população foi convidada a preencher um questionário sobre preferências para a nova aldeia onde seria realojada.

«Há um misto de frustração, já que é um projeto antigo que tem mantido a população na incerteza do futuro há anos, de expectativa, pelas promessas de "desenvolvimento" e "reversão do despovoamento" que tipicamente se vendem nestes mega-projetos, e de resignação».

«Os custos públicos são evidentes: uma povoação inteira desenraizada; mais de 58 mil azinheiras e sobreiros, a maioria saudável e em povoamentos, arrancada; e a previsível artificialização de um território pelas monoculturas da moda. Não se espera emprego digno que justifique o investimento, nem tão pouco um estancamento da compressão demográfica da região», resume Pedro Horta.

Na ausência de crítica e resistência por parte das populações, a ação tem passado pelo foro judicial, «para procurar restabelecer sanidade no investimento público.» Atualmente, decorre um processo de impugnação da Declaração de Impacte Ambiental, iniciado pelo GEOTA, com adesão de outras organizações de ambiente.

Decorre ainda um diferendo entre duas APA. A Associação Portuguesa de Antropologia emitiu três pareceres negativos à Agência Portuguesa do Ambiente, criticando a pobreza do processo de desalojamento da aldeia do Pisão, notando a ausência de um plano de monitorização e de profissionais de antropologia. A associação afirma que continuará «a participar ativamente na defesa do território, da sua população e da sua imensa riqueza cultural e natural contra uma lógica de desenvolvimento puramente extrativista.»

Na edição de dezembro de 2022 do Jornal MAPA, o presidente da Quercus de Portalegre, José Janela, afirmava que, para a obra não avançar, é necessária «uma tomada de consciência do que está em causa» e que esta leve a «ações diretas em defesa das árvores e de todo o ecossistema ameaçado.»

Álbum Americano

Acerca do sindicalismo em tempos soturnos

JORGE VALADAS
ILUSTRAÇÃO ANDRÉ LEMOS

Andamos às voltas em Somerville, um subúrbio de Boston, à procura da rua onde há um restaurante português que nos haviam recomendado. Chove a cântaros. Num terminal de autocarros, abordo um motorista, um jovem afro-americano com um sorriso simpático. – «Mano, não faço a mínima ideia. Nem sequer sei onde estamos! Vou começar o meu turno, mas deixámos de estar fixos numa carreira. Estamos entregues ao acaso. De manhã, não sei onde me põem e, à noite, quando acabo o meu turno, não sei onde estou. É tudo uma questão de flexibilidade, pá! Já não sabemos os nossos percursos, já não vemos os clientes habituais desta ou daquela linha. É muito cansativo, dia após dia, uma tensão constante. Não vou aguentar muito tempo. Já estou farto. Destruíram o serviço. E depois põem um cartaz a dizer: *Help wanted* (Estamos a contratar).» Um discurso bem conhecido, que reflecte a generalização das formas de exploração no capitalismo global.

Sim, o *Help wanted* está visível em todo o lado. Mas nunca se fala dos salários ou das condições de trabalho. Ao mesmo tempo, vêem-se pessoas a vaguear pela rua, a mendigar, pessoas que não trabalham, que nunca vão trabalhar, dessocializadas, perdidas. Visto de fora, o mundo do trabalho surpreende pela sua despreocupação, com uma abundância de empregados nos estaleiros, nos serviços, nas lojas e na rede de transportes. Salários baixos, claro! Depois da «Grande Demissão», veio a grande desilusão. Em Nova Iorque, os controlos no metro são mais do que raros; em Boston, também no metro, os trabalhadores precários vagueiam sem entusiasmo nas plataformas, com coletes vermelhos onde se lê: «Embaixadores do serviço de transportes ao vosso serviço». Ainda em Boston, quando nos preparávamos, já atrasados, para apanhar o comboio para um encontro em Salem com uma bruxa conhecida, foi o próprio controlador de bilhetes que nos abriu as portas da plataforma – que se lixe o bilhete, pagam da próxima vez. Num restaurante em Greenfield Massachussets, algumas palavras em espanhol e o rapaz da Guatemala muda a sua atitude distante: «Este é um país de loucos e eles querem tornar-nos a todos loucos. Por isso, *amigo, tranquilo, tranquilo*». Alguns dias depois, em Manhattan, ao balcão de um bar em frente ao Hudson, em Battery Park, onde nos refugiámos para encontrar um café barato por 5 dólares (!), o empregado argentino fala-nos da batalha perdida pela reforma aos 62 anos (!): «Que pena, teria sido um bom exemplo para nós. Aqui, vou ter de trabalhar até morrer!» Um cliente sentado ao nosso lado interpela-nos: «Somos o país mais rico do mundo, devíamos deixar de trabalhar aos 40 anos e é exactamente o contrário». E oferece-nos o café.

Não vamos generalizar, mas o facto é que, cinco anos após a nossa última visita, sentimos uma falta de motivação entre as pessoas que trabalham, não respeitam as regras, adaptam-se sem acreditar nelas. Assistimos ao fim de uma era, está tudo a ir por água abaixo, é um salve-se quem puder. As violentas disparidades de rendimentos e a coexistência da pobreza e da riqueza parecem ser o único horizonte prometido. E a questão social está de novo na ordem do dia.

Um amigo meu observou que, nos últimos anos, voltámos a utilizar a linguagem de classe. Falar de capitalismo, exploração e classe já não choca muita gente. Agora, os trabalhadores do sector automóvel entraram no debate. A sua greve está nas primeiras páginas do *Wall Street Journal* e do *New York Times*. E a fotografia de Shawn Fain, o novo presidente do sindicato, com uma t-shirt com o slogan de Occupy, «Comam os ricos», chocou as pessoas respeitáveis. Depois da greve de Hollywood, num contexto de sucessivos conflitos muito duros – como, em Outubro, a greve de 75 000 trabalhadores do grupo privado de saúde Kayser – a greve do sector automóvel adquiriu uma importância considerável. Reflecte, sobretudo, a radicalização da atitude de alguns trabalhadores face às forças capitalistas, num contexto de empobrecimento generalizado e de aumento violento das desigualdades sociais.

Existe um fosso entre a força colectiva e a capacidade de auto-organização.

Como em toda a parte nas sociedades do velho capitalismo, o sindicalismo está em crise na América do Norte. Após anos de concessões e de sacrifícios à custa de promessas nunca cumpridas pelos capitalistas, as forças sindicais enfraqueceram. O espaço de negociação diminuiu: negociar o quê? O empobrecimento? Burocracias gigantescas revelaram-se máquinas de corrupção, cada vez mais separadas da base sindical. Actualmente, a taxa média de sindicalização é de cerca de 10%, dos quais 6% no sector privado. A indústria automóvel é um bom exemplo. Apesar da tendência permanente para a desindustrialização, este sector tinha mantido uma mão-de-obra estável em relação ao conjunto dos operários da indústria, tendo mesmo o número de empregos no sector automóvel aumentado 40%. A taxa de sindicalização, por sua vez, registou uma queda vertiginosa, passando de 59% em 1983 para 16% em 2022. Tudo isto reflecte a reestruturação da indústria e a deslocalização de novas fábricas (com capitais alemães, chineses e coreanos) de produção de automóveis eléctricos para os Estados do Sul, onde os salários são baixos e a mão-de-obra menos combativa. Os sindicatos são raros e as convenções colectivas não se aplicam. Actualmente, apenas 50% dos automóveis produzidos nos Estados Unidos são fabricados por trabalhadores abrangidos pelo acordo colectivo do UAW (United Auto Workers). Os salários baixaram 20% nas últimas duas décadas e as condições de trabalho estão a piorar, com uma percentagem significativa da mão-de-obra em empregos precários, recebendo salários 50% inferiores aos dos trabalhadores sindicalizados. A longo prazo, esta é uma evolução mortal para o sindicato. A corrupção, alimentada pela cultura da negociação, corroeu a máquina. Em 2021, o governo federal foi obrigado a intervir juridicamente para limitar a corrupção. A facção da oposição dentro do sindicato, o UAWD (D de democrático), ganhou o direito a uma votação directa para eleger a nova liderança. Até então, a nova direcção tinha sido eleita dentro da própria máquina, por delegados e funcionários apoiantes da direcção. Foi assim que Shawn Fain, o homem que nos encoraja a comer os ricos, foi eleito presidente do UAW em Março de 2023. Antigo electricista da Chrysler (hoje Stellantis) e opositor ferrenho da política de concessões, Fain tornou-se uma figura nacional popular. Oriundo de um meio protestante de esquerda, utilizou um discurso de classe combativo, de influência bíblica, centrado no igualitarismo e na crítica aos ricos e poderosos. Os patrões, preocupados com esta mudança de atitude, estão a tentar reposicionar-se e contra-atacar. Os patrões das três grandes empresas (Ford, GM e Stellantis) recorreram à chantagem,

Nos Estados Unidos, na indústria automóvel como noutros sectores, as greves são hoje mais duras e a determinação é mais forte, face ao empobrecimento geral, à violência das condições de vida das classes trabalhadoras e à arrogância indecente da riqueza que cresce a olhos vistos.

acusando os grevistas de estarem a fazer o jogo dos seus concorrentes, Toyota e Tesla, ao mesmo tempo que minimizavam o carácter radical da retórica de Fain. Para o patrão, William Clay Ford Jr., «uma parte desta retórica é teatro, ou seja, uma forma de a nova direcção manter uma base descontente». E acrescentou: «Fazemos todos parte da mesma equipa. Conheço pessoalmente alguns dos negociadores do sindicato. Jogamos hóquei juntos e considero-os amigos chegados» (*New York Times*, 22/10/23). Basicamente, o que é importante e novo, de contornos incertos, é o estado de espírito sobreexcitado da base da classe trabalhadora. O próprio Trump, durante uma rápida visita eleitoral a uma pequena fábrica – não sindicalizada, claro –sentiu-se obrigado a elogiar Fain de forma paternalista: «O vosso novo chefe é um bom tipo.» E acrescentou: «Tudo o que os vossos líderes sindicais têm de fazer é apoiar-me e, assim que for eleito, tratarei do resto!» (*NYT*, 29/09/23). Ao mesmo tempo, voltou a bater na tecla absurda de que os carros eléctricos (e, portanto, os defensores do clima...) são responsáveis pela crise da indústria automóvel americana e pelo desemprego dos trabalhadores. Biden e os democratas, por outro lado, apresentaram o argumento oposto para justificar políticas proteccionistas.

Esta greve, que durou mais de um mês, pode ser vista como um sinal forte da renovação do sindicalismo americano (Entrevista com Clément Petitjean, por Romaric Godin, no *Mediapart*, 30/09/23). Mais do que uma renovação, trata-se de uma primeira consolidação face a um declínio contínuo. No final da greve, no início de Novembro, temos de reconhecer que os ganhos obtidos foram substanciais e raros, tendo em conta as relações de classe em geral. Incluíam um aumento salarial de 25% em 4 anos, o regresso à indexação dos salários à inflação, a conversão de contratos a prazo em contratos por tempo indeterminado, com aumentos salariais substanciais no espaço de alguns anos, e o controlo sindical sobre o encerramento de fábricas e os investimentos futuros. Este é o preço que os empregadores, sob pressão da concorrência, estão dispostos a pagar para travar o movimento. Para o sindicato, a vitória tem de ser consolidada. Para que a situação penda a favor dos trabalhadores, a adesão ao sindicato deve aumentar e, sobretudo, estender-se às outras empresas que dominam o mercado dos novos automóveis eléctricos, da Mercedes à Tesla. Os trabalhadores dos Estados do Sul devem aceitar a presença sindical do UAW. Isto está longe de ser um dado adquirido. É claro que a vitória desta greve é estimulante, mostra que a luta colectiva pode dar frutos. Alguns construtores já estão a aumentar os salários para minar o apelo da sindicalização. Coisa que não desagrada aos três grandes.

Nos Estados Unidos, na indústria automóvel como noutros sectores, as greves são hoje mais duras e a determinação é mais forte, face ao empobrecimento geral, à violência das condições de vida das classes trabalhadoras e à arrogância indecente da riqueza que cresce a olhos vistos. A inflação galopante está constantemente a corroer o nível de vida. Os dirigentes sindicais corruptos estão a dar lugar a outros mais empenhados, e as tendências de esquerda nos sindicatos estão muito presentes e são ouvidas.

Do ponto de vista da força colectiva dos trabalhadores, da sua capacidade de autonomia, o quadro é mais obscuro. Nos Estados Unidos, o empenhamento dos trabalhadores nas lutas, a sua participação nos piquetes de greve e, inversamente, o seu respeito pelos piquetes de greve dos outros trabalhadores, são evidentes. Em contrapartida, esta energia quase nunca se encontra nas formas de auto-organização, continuando a ser regra o respeito pelo modo de funcionamento do sindicato. Existe um fosso entre a força colectiva e a capacidade de auto-organização. Ocasionalmente, a actividade autónoma ou independente pode ser vista nas redes de apoio logístico aos grevistas. Foi o que aconteceu durante as greves dos professores, em que se assistiu muitas vezes à solidariedade dos colectivos de pais. A submissão aos aparelhos e aos seus funcionários, os «*organizers*», como são chamados, continua a ser um facto marcante. Por altura desta greve no sector automóvel, falou-se nas grandes greves de 1936-37 em Flint, no Michigan, que se caracterizaram pela ocupação (*Sit-Down Strikes*) das fábricas da General Motors. Este movimento tinha permitido que o UAW conseguisse uma implantação forte no sector. No espaço de um ano, o número de membros do UAW passou de 30 000 para meio milhão. Desta vez, a greve não apelou à auto-organização, nem sequer à acção dos grevistas, para além da formação dos piquetes. O modo de acção manteve-se burocrático. As decisões de fazer greve de surpresa, nesta ou naquela fábrica – inegavelmente muito eficazes – foram tomadas pelo aparelho sindical sem consultar os trabalhadores. Estes eram informados (por SMS), por vezes apenas algumas horas antes da greve. O sindicato continua a ser o horizonte último, e as lutas permanecem dentro dos limites do mundo tal como ele é e tal como se reproduz. A ausência de actividade colectiva de base não permite o desenvolvimento de novas relações sociais. A esquerda sindical, a esquerda socialista – que está a fazer «entrismo» na velha máquina do Partido Democrata, com Bernie Sanders à cabeça – estão a colocar todo o seu empenho no reforço das tendências reformistas dos sindicatos. Dão mais vida à actividade sindical de base, mas continuam a funcionar de acordo com princípios políticos hierárquicos, com a energia da comunidade em luta canalizada para o aparecimento de novos líderes. É este, de momento, o estado de consciência dos trabalhadores, tal como está expresso na vaga de greves nos EUA.

***

Num restaurante tibetano em Courtelyou Rd, em Brooklyn, uma jovem está a conversar com uma amiga. Tem vestida uma T-shirt que diz «*No more Police*». Olhares cúmplices. Poderíamos levar uma mensagem como esta para as ruas e restaurantes de uma cidade francesa ou europeia? A afirmação de ideias no espaço público é comum. Não são raros os cartazes «*Black Lives Matter*». Por vezes também «*Support the Police*»… Estes estão certamente mais difundidos no Sul e no Centro-Oeste conservadores do que nas ruas das cidades da Costa Leste. Mais arrepiante é o cartaz afixado à entrada de uma quinta no norte rural do Vermont: «A melhor maneira de encontrar Deus é através da oração, a maneira mais rápida é tentar invadir a nossa propriedade!» Para bom entendedor… Um amigo que nos acompanha assinala um segundo cartaz que exalta a qualidade biológica da carne produzida. *Nobody is perfect*!

Apesar de tudo, são tempos difíceis para a polícia! Vejam-se as perigosas condições de trabalho dos agentes dos serviços secretos que protegem o Presidente da maior democracia do mundo. Mordidos gravemente, em duas ocasiões, por um cão descontrolado, o cão do Sr. Biden! Perante o perigo, a administração afastou o animal da Casa Branca. A polícia de Nova Iorque, um dos maiores exércitos do mundo, pensa ter encontrado uma solução. Eis o K5, um robô policial «totalmente autónomo» que em breve estará de serviço na estação de Times Square. Dotado de quatro câmaras e repleto de dispositivos de segurança de alta tecnologia, o robô, já em serviço em hospitais e casinos, é o queridinho de Adams, o presidente democrata da Câmara Municipal, ele próprio um antigo polícia. Este elogia o desempenho e o baixo custo do espécime: «O K5 custa-nos 9 dólares por hora. É menos do que o salário mínimo, não vai à casa de banho, não faz pausas para comer» (*NYT*, 23 de Setembro). Mas nem todos partilham do seu entusiasmo. Há quem se preocupe em saber se o K5 tem bons travões, se pode impedir ser empurrado para os carris.

Estamos a viver uma época «fantástica», mas, nestes tempos sombrios, o futuro não está garantido.

Habitação contra a Especulação, parte II: Cooperativas

Na habitação fala-se de uma «nova geração de cooperativismo» (1). Ao contrário daquela que proliferou nos pós-25 de Abril, baseadas num regime de propriedade individual que permitiu a especulação imobiliária, estas novas iniciativas fazem da propriedade colectiva um dos seus pilares[2]. O cooperador detém o direito de uso, a cooperativa mantém a sua propriedade.

FILIPE OLIVAL
FILIPEOLIVAL@JORNALMAPA.PT
ILUSTRAÇÃO SAMUEL JARIMBA

Pioneiras Catalãs

Na Catalunha as experiências de habitação cooperativa em propriedade colectiva não param de multiplicar-se. A mais famosa será provavelmente La Borda, localizada no bairro barcelonês de Sants. Esta cooperativa é filha dos movimentos bairristas que, em 2011, reivindicaram a cedência de Can Batlló, um antigo complexo industrial de 26.000 m2, para uso e gestão comunitários. No seguimento da cedência do armazém Bloc 11 à plataforma Can Batlló, o colectivo que viria a constituir a cooperativa La Borda conseguiu acesso a um terreno para construção, em regime de direito de superfície, por 75 anos. O edifício residencial, projectado pelo atelier Lacol, foi concluído em 2018. Além de 28 casas de diferentes tipologias (40, 50 e 76 m2), o edifício conta com vários recursos partilhados como lavandaria, cozinha, espaço polivalente, arrecadação, estacionamento para bicicletas, painéis solares fotovoltaicos e ferramentas. O modelo de propriedade colectiva em regime de cessão de uso – em que as pessoas não se tornam proprietárias, mas obtêm acesso à habitação – evita que as casas sejam vendidas ao preço de mercado e resulta em mensalidades muito inferiores à média das rendas practicadas naquele bairro (3). Além disso, as habitantes não arriscam ser expulsas por senhorios – «não são arrendatárias nem proprietárias, mas inquilinas de si mesmas».

Outro caso exemplar de habitação cooperativa em regime de cessão de uso, também nascido na Catalunha, é a Sostre Cívic («Telhado Cívico», em catalão), que funciona como «organização guarda-chuva» de diversos projectos habitacionais autónomos. Fundada em 2004, integra já mais de 1400 associados e 22 projectos (com um total de 175 casas) espalhados por todo o território catalão – 13 dos quais já habitados. Por vezes, os projectos surgem como proposta de um grupo de futuros habitantes; outras vezes, é a própria organização que detecta potencial numa propriedade e promove a formação de um grupo habitacional. Em alguns casos, os projectos concretizam-se através da cedência de terrenos por municípios; noutros, a Sostre Cívic procede à sua compra. A aquisição de propriedade pela cooperativa implica um maior custo para os membros mas, em contrapartida, não existe o risco de as autoridades decidirem vendê-la após o período de concessão.

À semelhança de La Borda, os residentes comprometem-se a pagar uma contribuição inicial, que lhes é devolvida se decidirem abandonar o projecto, e uma quota mensal semelhante a uma renda. O valor da quota reflecte os custos do projecto e não os preços do mercado imobiliário, e a venda de uma casa passa obrigatoriamente pela assembleia geral. Cada projeto é gerido de forma independente pelas suas habitantes através de assembleias onde são tomadas todas as decisões. A existência de uma «cooperativa-mãe» facilita também o nascimento de outros projectos habitacionais, que podem integrar-se na mesma estrutura burocrática e evitar os custos de criação de novas cooperativas. Não menos importantes são as redes de apoio mútuo formadas pelos vários projectos, assim como o eco-sistema intercooperativo em que a Sostre Cívic se insere, representado, em grande medida, pela Rede de Economia Solidária da Catalunha (Xarxa d'Economia Solidària). A Sostre Cívic, por exemplo, trabalha regularmente com outras organizações como cooperativas de construção (La Constructiva) e bancos éticos (Fiare).

Tecer Redes em Portugal

Em 2022 surge em Portugal a Rede Co-Habitar, reunindo vários colectivos empenhados em concretizar projectos de habitação cooperativa em propriedade colectiva. Enquanto alguns grupos já se formalizaram para adquirir propriedade, outros ainda estão à procura de vias de financiamento. Os seus membros acreditam que formar uma rede resultará em maior poder negocial, tanto para conseguir a cedência de património público como para aceder a mecanismos de financiamento.

Brejos Faria

Na freguesia de Alhos Vedros (Moita) surgiu a cooperativa Brejos Faria, junto ao bairro homónimo marcado por uma história de migração proletária. Adquirido em Dezembro de 2022, o terreno de 12.000 m2, ainda sem edifícios, já permite tecer laços com os habitantes do bairro, sobretudo com quem lavrou aquela terra e agora encontra os recém-chegados a plantar uma agrofloresta. Augusto Sousa, cooperante de Brejos Faria, evoca as palavras do vizinho Sr. Pereirinha: «Quando era mais novo, cultivava esse terreno de uma ponta à outra». Além de actividades agrícolas e de almoços abertos à comunidade envolvente, Augusto prevê que a troca de hortícolas se torne um meio de aproximação à vizinhança. Até porque, segundo o mesmo vizinho, «[aquele] terreno dá tudo menos petróleo».

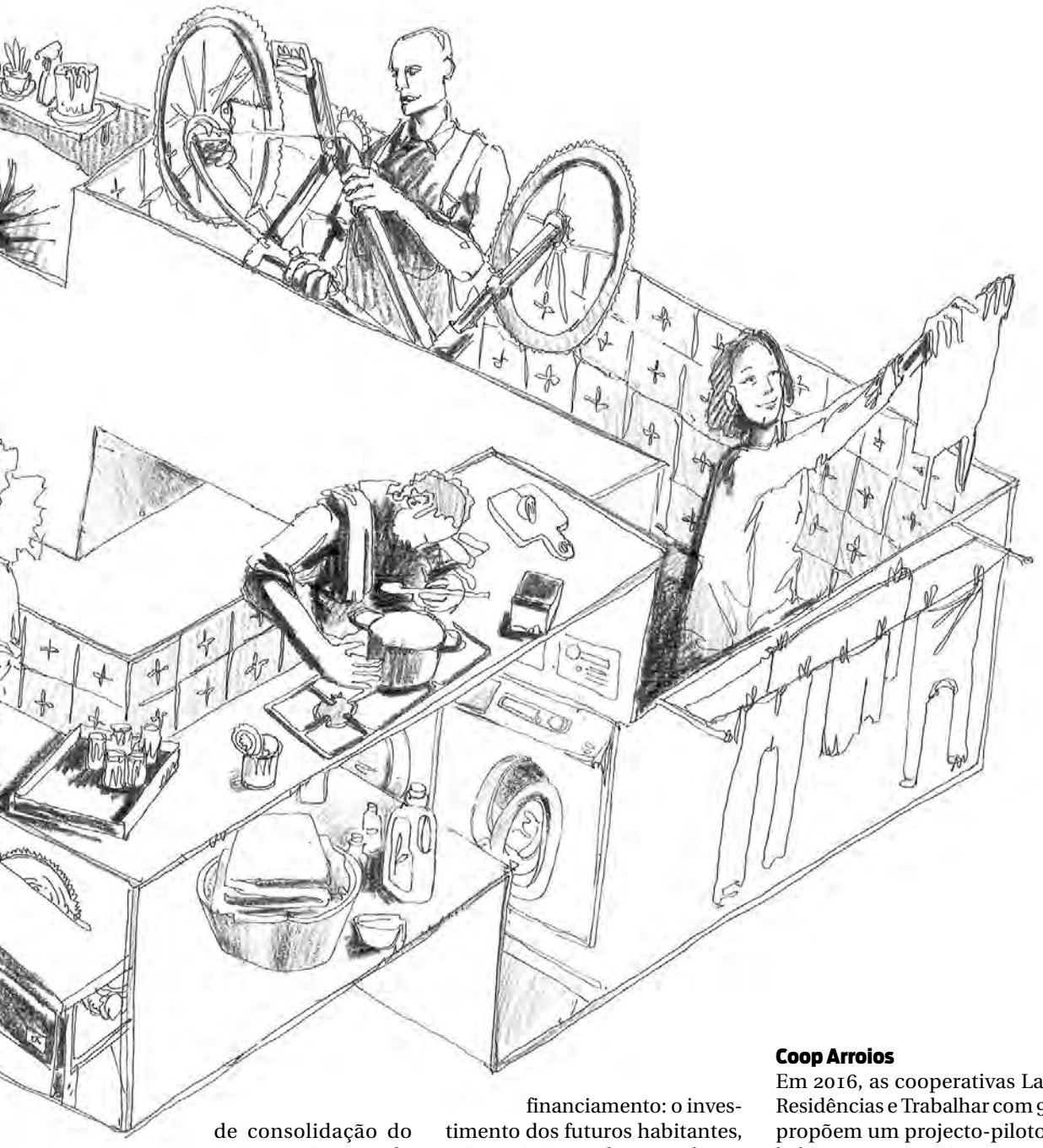
As cooperantes destacam a importância da primeira edição do evento Novas Formas de Viver (4), dinamizado pela rede Co-Habitar. Maria conta que desde jovem que aspira viver em comunidade e que esse evento a aproximou de outras pessoas com o mesmo sonho. «Vivemos em prédios de grande densidade populacional e, no entanto, não conhecemos o vizinho do lado. Isto é muito triste e expressa a forma como a nossa sociedade se organiza. Havendo capacidade, saber e vontade de alterar a forma como vivemos, penso que é uma boa ideia fazê-lo. E acho que estes projectos têm pernas para andar.

> Adquirido em Dezembro de 2022, o terreno de 12.000 m², ainda sem edifícios, já permite tecer laços com os habitantes do bairro, sobretudo com quem lavrou aquela terra e agora encontra os recém-chegados a plantar uma agrofloresta.

Por isso estou aqui.». O colectivo é composto por pessoas de nacionalidade portuguesa, espanhola e alemã. Os seus membros admitem que, apesar de aspirarem a um projecto inter-geracional, poucos têm menos de 40 anos de idade, o que provavelmente se deve aos encargos financeiros envolvidos num projecto desta natureza. Para ser membro efectivo da cooperativa é necessário um investimento mínimo de 500€ em capital social, assim como o pagamento de uma quota mensal de 10€. A isto acresce uma mensalidade destinada a cobrir as prestações dos empréstimos que financiariam a construção. Brejos Faria espera aceder a tais fundos através do Banco Português de Fomento, celebrando um protocolo como projecto-piloto com o Instituto de Habitação e Reabilitação Urbana (IHRU) [6]. Para tornar o projecto mais inclusivo, o colectivo diz-se disposto a alargar os períodos de carência para pessoas com maiores dificuldades financeiras, que seriam suportados, de forma solidária, por quem tem maior capacidade financeira.

Colmeia 62

Um pouco mais a norte, no Zambujal, concelho de Mafra, nasce, em Novembro de 2022, outro projeto de habitação comunitária: a Colmeia 62. Após dois anos



de consolidação do grupo, a assinatura do contrato de compra e venda do respectivo terreno motivou a formalização da cooperativa, que permitirá enquadrar o património em propriedade colectiva. As cooperantes Sílvia e Íris explicam que o grupo, marcado pela diversidade geracional, etária e profissional, é actualmente composto por oito membros-habitantes, cinco membros-contribuidores (investidores) e nove pessoas em processo de integração no colectivo. A sua estrutura interna é formada por comissões responsáveis por diferentes áreas, desde questões legais e financeiras até à regeneração do solo para futura actividade agrícola. No entanto, o trabalho que as cooperantes mais destacam nesta fase é a prevenção e gestão de conflitos. Todas as decisões são, por princípio, tomadas por consentimento, o que implica forjar propostas até não restarem oposições, uma vez que todos os membros têm o mesmo poder deliberativo, independente da quantia investida.

Segundo as cooperantes, o plano financeiro do projecto prevê três fontes de financiamento: o investimento dos futuros habitantes, o investimento dos membros-contribuidores – que optam por depositar dinheiro na cooperativa apesar de não tencionarem nela habitar – e o empréstimo bancário. Os membros contribuidores não recebem juros sobre o valor investido e podem ser reembolsados a qualquer momento, sendo o valor apenas rectificado consoante a taxa de inflação. Uma dessas contribuidoras será a associação Les Pas-sages, uma instituição francesa dedicada a apoiar a cooperativas de habitação.

Quando o projecto de arquitectura for licenciado pela Câmara Municipal de Mafra, a Colmeia 62 pretende candidatar-se a um empréstimo bancário para avançar com o processo de construção. As rendas mensais pagas pelos habitantes, que prometem ser substancialmente inferiores às do mercado imobiliário, terão como objectivo cobrir os custos gerais e as prestações dos empréstimos, mas também alimentar um fundo comum reservado à manutenção dos equipamentos ou até, no futuro, ajudar a financiar outros projectos de habitação cooperativa.

Coop Arroios

Em 2016, as cooperativas Largo Residências e Trabalhar com 99% propõem um projecto-piloto de habitação cooperativa ao município de Lisboa para a Rua das Barracas/Largo do Cabeço de Bola. Após anos de impasse, alimentado pela falta de programas que permitissem o desenvolvimento de projectos-piloto de base, estes dois colectivos decidiram unir forças com a cooperativa Rizoma, visando reivindicar o acesso a terrenos ou edifícios do Estado em direito de superfície e a crédito bonificado, tal como previsto no programa Mais Habitação. Assim surge a Coop Arroios.

De momento, a Coop Arroios apresenta-se como um movimento informal; porém, a assinatura de um protocolo com o IHRU que inclua a cedência de um terreno em direito de superfície motivará a criação de uma cooperativa para gerir o respectivo projecto. Bernardo Fernandes explica que, como movimento de base local, a Coop Arroios nasce em torno de um território específico e pretende actuar exclusivamente na sua área de influência, disputando o direito ao centro da cidade, cada vez mais limitado a empreendimentos comerciais e turísticos e cada vez menos habitável.

Uma Rede de Redes

Na ausência de cooperativas de crédito e de bancos éticos, os colectivos que compõem a Rede Co-Habitar tendem a depositar no recém-criado programa Mais Habitação, lançado pelo anterior governo, a esperança de aceder a fundos que lhes permitam concretizar os seus projectos habitacionais. Afinal, esse programa prevê «uma linha de financiamento, com garantia mútua e bonificação da taxa de juro, para projetos na área da habitação acessível (…) e posterior arrendamento, no montante global máximo de 250 000 000 (euro)». O programa prevê também «a cedência de imóveis públicos através de protocolo entre as entidades do setor cooperativo e o IHRU, I. P., no âmbito da criação de um conjunto de projetos-piloto a integrar na Nova Geração de Cooperativismo para a Promoção de Habitação Acessível».

> Como movimento de base local, a Coop Arroios pretende disputar o direito ao centro da cidade, cada vez mais limitado a empreendimentos comerciais e turísticos e cada vez menos habitável.

Mas a esperança convive também com alguns riscos e dificuldades. A linha de financiamento, promovida pelo Banco Português de Fomento, não está reservada exclusivamente a cooperativas de habitação, que a irão disputar com sociedades comerciais, misericórdias, IPSS, municípios e juntas de freguesia. Para além disso, a cedência de imóveis públicos pressupõe que os edifícios retornem à tutela legal do Estado após 75 anos, sob o risco de alienação das cooperativas.

Cientes dos riscos implícitos nas parcerias público-cooperativas e da escassez de financiamento cooperativo em vários países, alguns colectivos internacionais reuniram-se nos dias 4 e 6 de Dezembro de 2023, em Berlim, com o objectivo de criar uma rede europeia de habitação comunitária (*Network of Community-led Housing*), assim como um mecanismo alternativo de financiamento capaz de abranger todos os países da U.E. (6). Durante o evento propôs-se a criação de duas entidades complementares: a Commoning Spaces Network e.V., uma associação sem fins lucrativos dedicada a exercer pressão favorável sobre decisores públicos, e a Community-Led Housing Europe SCE, uma «cooperativa europeia» (*Societas Cooperativa Europaea*) com incidência transversal a todos os estados-membros da U.E., dedicada a conceder empréstimos de longo prazo com taxas de juro baixas para projectos de habitação comunitária. Este modelo inspira-se no funcionamento de redes congéneres já existentes em alguns países, como o Mietshäuser Syndikat (Alemanha), a Vrijcoop (Países Baixos) ou a MOBA (um cooperativa europeia com projectos na República Checa, Sérvia, Hungria e Croácia). Embora este processo ainda esteja numa fase embrionária, prevê-se que seja fundamental para permitir a multiplicação de cooperativas de habitação contra a especulação, independentemente de entidades estatais e bancos privados, sobretudo em países que careçam de instrumentos cooperativos de financiamento.

NOTAS

1 Artigo 12.º do Programa Mais Habitação (2023)

2 redecohabitar.wordpress.com

3 La Borda beneficiou ainda de 661 500 euros em subsídios

4 Realizado em Novembro de 2022, no ISCTE-IUL. Em Novembro de 2023 foi organizada uma segunda edição no CCB.

5 https://bit.ly/4aEofvq

6 https://bit.ly/3VMI93k

SAAL: A urgência de habitação condigna numa expressão de poder popular

O Serviço de Apoio Ambulatório Local (SAAL) surgiu no verão de 1974. Foi um processo multidisciplinar que envolveu arquitetas/os, assistentes sociais e as populações na construção de habitações condignas. A movimentação popular que exigiu "Casas sim, barracas não" foi determinante para a criação de 75 bairros em várias zonas de Portugal.

Casal das Figueiras

TIAGO GIL
TIAGO.ALBERTO.GOMES@GMAIL.COM
IMAGEM PEDRO AUGUSTO ALMEIDA

Habitação em 1974

O Serviço de Apoio Ambulatório Local (SAAL) surgiu formalmente a 6 de agosto de 1974, através de um despacho assinado pelo Ministro da Administração Interna, Manuel da Costa Brás, e pelo secretário de Estado da Habitação e Urbanismo, Nuno Portas. Resultando de um despacho, o SAAL não tinha a robustez legislativa necessária para resolver todos os problemas da habitação em Portugal. Para além da ostracização social, económica e política, o estado fascista tinha condenado uma parte muito significativa da população a habitar em condições muito precárias. Não obstante a sua fragilidade, o SAAL permitiu a implementação de dinâmicas de habitação condigna com a participação das populações.

Os dados do Instituto Nacional de Estatística (INE) relativos ao I Recenseamento Geral de Habitação[1], realizado ao mesmo tempo que o XI Recenseamento Geral da População, em 1970, apuraram dados pouco significativos, uma vez que «foram obtidos com base numa estimativa a 20% dos questionários de alojamento recolhidos.» Apesar de a amostra ser reduzida, o INE expôs a existência de 31110 «barracas e outras». Não havendo dados precisos sobre as condições de habitabilidade em Portugal naquele tempo, centremo-nos na tese de José António Bandeirinha, *O Processo SAAL e a Arquitectura no 25 de Abril de 1974*, onde o investigador estimou que, quando se deu o 25 de Abril de 1974, um quarto da população residente em Portugal vivia em espaços sem quaisquer condições de habitabilidade.

O Processo SAAL foi inspirado em experiências de arquitetura com preocupação e dimensão social que tiveram lugar na América Latina a partir da década de 60. Destas são exemplos as experiências de cooperativismo no Uruguai, os bairros projetados por Germán Samper na Colômbia e, com mais notoriedade, o PREVI - Proyecto Experimental de Vivienda, no Perú. Neste país, o presidente Fernando Belaunde, arquiteto de profissão, começou a executar um plano que visava também resolver o problema das "barriadas", que proliferavam em Lima devido a um enorme êxodo rural para a capital. Através de um concurso internacional, foram selecionadas/as treze arquitetas/os internacionais, que participaram no PREVI juntamente com arquitetas/os locais. Com o golpe de estado de 1968 e a instauração de uma ditadura militar, as preocupações sociais deixaram de estar na ordem do dia e das 1500 habitações previstas só 500 foram construídas, todas elas inauguradas em 1974.

Basta de viver na lama

Nas casas, como nas ruas, o chão era lama. As barracas, as cabanas, as construções frágeis de adobe e/ou entaipadas, foram construídas com sobras provenientes dos locais de trabalho: latão, chapas, bidons, madeiras, em suma, todos os materiais que pudessem servir para construir um abrigo e não estar ao relento. Viver nesses locais, para além de todas as questões inerentes à habitabilidade e salubridade, era também um grande entrave à inclusão social.

A gravidade deste problema impunha uma intervenção urgente. Logo após a deposição do regime fascista, movimentos de moradores surgiram para exigir «Casas sim, barracas não». Segundo Jaime Pinho[2], várias ocupações em Lisboa, Porto e Setúbal questionaram a propriedade privada, pedra basilar do sistema capitalista. Essa urgência e o horizonte de esperança aberto pelo 25 de Abril possibilitaram a ocupação de edifícios devolutos, descerrando assim «As Portas que Abril Abriu», numa interpretação literal do poema de José Carlos Ary dos Santos. «As casas são do povo. Abaixo a Exploração»: pichou-se nos edifícios e gritou-se na rua.

As ocupações não eram a opção desejada pelo Estado, que, nos primeiros meses após o 25 de Abril, procurou encontrar uma maneira de envolver e responsabilizar as/

os moradoras/es, evitando criar quadros legais que autorizassem as ocupações. Em contraponto, a movimentação social não esperou por um enquadramento jurídico e avançou, questionando a organização capitalista da sociedade. Para tal, não podemos negligenciar o papel desempenhado pelas forças armadas progressistas e por várias formas de organização do poder popular, entre as quais, as Comissões de Moradores. Estes instantes, que hoje nos parecem de euforia e de utopia, após 48 anos de ditadura, possibilitaram a ocupação de casas devolutas, e isso foi determinante para o aparecimento do SAAL. Apesar de o SAAL ter perdido força após o 25 de Novembro e ter sido revogado em outubro de 1976, constitui um exemplo de uma política pública, com real participação popular, pioneira àquela data.

Forte Velho

Várias ocupações em Lisboa, Porto e Setúbal questionaram a propriedade privada, pedra basilar do sistema capitalista. Essa urgência e o horizonte de esperança aberto pelo 25 de Abril possibilitaram a ocupação de edifícios devolutos. (...)

Que processo?

O processo foi dividido em três delegações em Portugal Continental – Delegação SAAL/Norte (17 bairros), Delegação SAAL/Lisboa e Centro-Sul (34 bairros) e Delegação SAAL/Algarve (24 bairros) – que intervieram nos concelhos de Porto, Aveiro, Coimbra, Santarém, Lisboa, Setúbal, Évora, Beja e Faro. Apesar da sua curta duração, o SAAL, possibilitou a construção de 75 bairros em todo o país, num universo de 170 projetos elaborados. Mas, mais do que os dados quantitativos, o que importa evidenciar são as dinâmicas construídas a partir de perspetivas antagónicas. Por muito evidente que fosse a necessidade de construção de casas condignas, como se poderiam construir bairros que considerassem as características sociais e económicas da população? As Brigadas Técnicas constituídas para a construção dos bairros SAAL eram compostas não só por arquitetas/os, mas também por assistentes sociais, que tiveram uma intervenção relevante, fornecendo dados sobre as populações a que se destinava cada bairro. Naturalmente, houve um grande choque de realidades. As populações

Mapa dos bairros SAAL.
https://anarchaeologyofutopia.com/pt/map

estavam desesperadas e, perante o horizonte de esperança que se abriu, movimentaram-se para obter casas o mais rapidamente possível. Era inevitável o conflito com as brigadas SAAL. Mas foi esse conflito que possibilitou uma simbiose entre arquitetura e apoio social, com vista à criação de bairros que ao mesmo tempo que respondiam à necessidade de habitação condigna, permitiam manter dinâmicas sociais específicas de cada comunidade.

Dinâmicas sociais e dualidade de poderes

O período do PREC é muitas vezes apresentado como uma experiência aventureira, desconsiderando-se as conquistas sociais realizadas naquele momento. O acronímico do Processo Revolucionário em Curso tem sido alvo de revisionismo histórico, numa perspetiva pejorativa, com a intenção de legitimar as medidas liberais que estão a substituir a social-democracia das últimas décadas.

A luta pela habitação exponenciada pelo SAAL pode evidenciar uma ideia romântica de luta. A ajuda mútua é uma evidência no SAAL. No âmbito da produção de um documentário sobre os bairros SAAL em Setúbal, temos realizado várias entrevistas a diversas/os moradoras/es que referem o apoio prestado à construção de casas em outros bairros. Esse poderia não ser literalmente ao nível da construção das casas, mas também de âmbito burocrático ou social.

Sobre o tema da autoconstrução, ela existiu por movimentação popular, motivada pela urgência de uma casa. Disso é exemplo a primeira fase de construção do bairro SAAL «Forte Velho». Tal como evidencia Miguel Reimão Costa[3], a autoconstrução ocorreu predominante nos bairros do Algarve. Por outro lado, tal como assevera Ricardo Santos, ela foi rejeitada em alguns bairros, sobretudo na cidade do Porto, porque as populações consideravam que utilizarem a força do seu trabalho para a construção da sua própria casa seria um ato de dupla exploração[4].

Tomemos em atenção outra conquista só possível graças à persistência e à resistência das/os moradoras/es: o direito ao lugar. Este caracteriza-se pelo direito de habitar num determinado espaço, independentemente das suas características naturais ou da proximidade que tem com determinados lugares e serviços. Esta conquista colidiu com os interesses da especulação imobiliária. Tomamos como exemplo o caso do Casal das Figueiras, em Setúbal, bairro cujo processo se iniciou em 1974, mas cujas primeiras casas só foram entregues em 1984, seguidas de mais quatro entregas até 1986, totalizando 312 fogos. Esse bairro situa-se numa área com vistas desafogadas para a serra da Arrábida, para o estuário do Sado e, ainda, para a ilha de Troia. No âmbito do referido documentário, as/os moradoras/es reportaram a pressão que sentiram para desistirem da construção naquele local altamente apetecível para a especulação imobiliária. Em jeito de conclusão, podemos afirmar que o direito ao lugar foi algo que foi conquistado, ainda que de forma momentânea, sobretudo pela pressão da população, ao querer habitar um local que faz parte da sua identidade.

São as mulheres que chegam primeiro às reuniões para discutir a ordem de trabalho, são elas que primeiramente se disponibilizam para ir a manifestações, são elas que têm uma voz mais ativa quando são discutidas questões funcionais do interior das casas.

Para além do direito ao lugar, o sentimento de pertença é também um fator importante na identidade destas populações. Provindas de classes baixas, foi através do sentimento de pertença que resistiram durante décadas a muitas provações e que lutaram através de manifestações, concentrações e outras formas de luta encontradas para levar avante a construção dos bairros, mesmo depois da revogação do frágil despacho que instituiu o SAAL.

Por fim, e como esta luta foi também uma luta feminista, cabe referir o papel determinante desempenhado pelas mulheres. Na série de entrevistas já referida, percebemos que são elas que estão na linha da frente pela exigência de casas. São elas que chegam primeiro às reuniões para discutir a ordem de trabalho, são elas que primeiramente se disponibilizam para ir a manifestações, são elas que têm uma voz mais ativa quando são discutidas questões funcionais do interior das casas, embora não sejam elas a constituir os órgãos sociais das associações de moradores.

As portas abertas pelo SAAL continuam no nosso horizonte de esperança como uma aprendizagem para o presente e para o futuro, por um direito que, apesar de estar na Constituição, não é cumprido, face aos avanços da mercantilização e da especulação. Habitemos por um instante esse fragmento de memória.

NOTAS

1 O I Recenseamento Geral de Habitação pode ser consultado em: https://bit.ly/4aAaCxa

2 Jaime Pinho, *Fartas de viver na Lama: 25 de Abril, o Castelo Velho e outros bairros SAAL do Distrito de Setúbal*, 2002.

3 Miguel Reimão Costa, «Mãos à obra A autoconstrução e a Identidade do Processo SAAL no Algarve», 2002. Artigo no livro *Cidade Participada: Arquitetura e Democracia Algarve*, que integra a coleção de livros sobre o SAAL *Operações SAAL*.

4 Ricardo Santos, «Um projecto transformado em processo. As operações SAAL: arquitectura e participação», 2023 (https://bit.ly/3TGB1CP)

Aluga e Resiste! A Sobrevivência do Espaço Associativo

Por todo o país, Associações que fogem à regra e mantêm vivo o pensamento critico lutam por manter os seus espaços físicos. De Lisboa ao Porto com passagem por Abrantes.

FILIPE NUNES
FILIPENUNES@JORNALMAPA.PT
TEÓFILO FAGUNDES
TEOFILOFAGUNDES@JORNALMAPA.PT

SIRIGAITA (Lisboa)
No dia 7 de abril, no Largo do Intendente, em Lisboa, no contexto dos *Housing Action Days* de 2024 (um apelo internacional lançado anualmente pela European Action Coalition for the Right to Housing and to the City), a dezena de coletivos que ocupam a Sirigaita reuniu-se, juntamente com outros coletivos e espaços da cidade, sob o mote «Somos a vizinhança, somos a resistência, somos a Sirigaita!». Já em dezembro último haviam organizado uma visita guiada por Lisboa, apelidada de *Despejados para nada*, denunciando os despejos de diversos espaços e associações.

A Sirigaita, na Rua dos Anjos (12F), nasceu há 5 anos no local previamente ocupado pela Associação MOB e está, desde a sua primeira hora, em luta contra o despejo. O senhorio milionário (Bagoandas Imóveis), citado nos Panamá Papers, tem mais de 80 alojamentos locais registados no centro de Lisboa. «Neste momento impende sobre nós uma ação de despejo, já na sua fase judicial, e nós iremos contestá-la não apenas em tribunal mas em todas as outras vertentes. A lei não está feita para nós, para proteger as pessoas que são inquilinas, nem para proteger o direito à habitação, pelo que obviamente não é a única ferramenta que estamos a usar nesta campanha contra os despejos», diz-nos Teresa, com quem falámos.

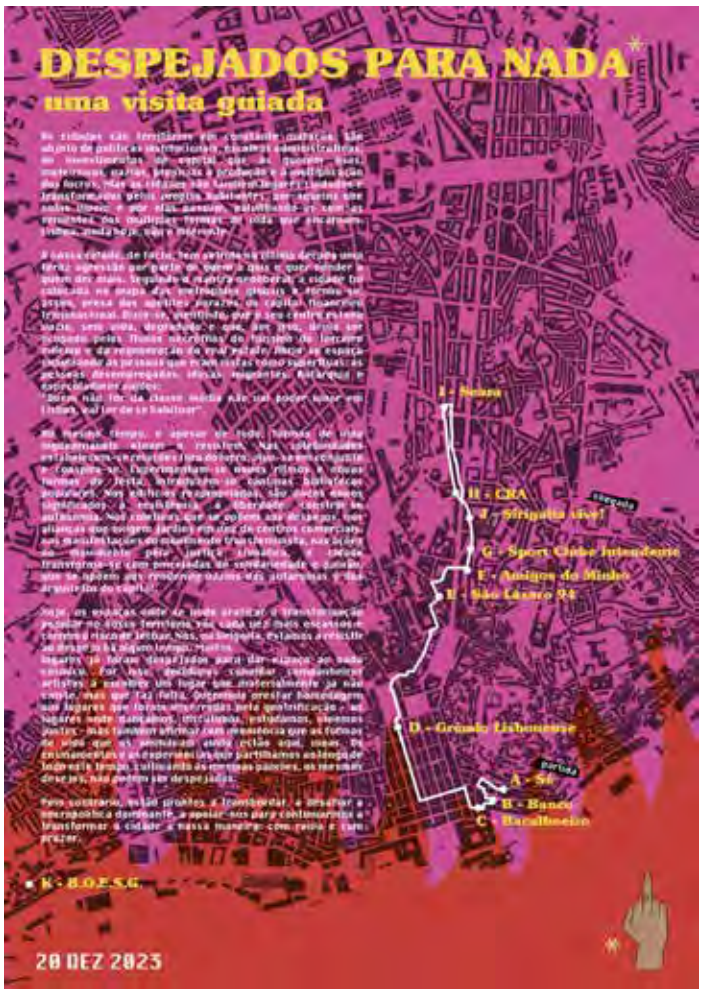
A concentração pretendeu «mostrar o que cabe na Sirigaita, aquilo que é possível fazer num espaço tão limitado, um rés-do-chão sem janelas. Uma casa onde cabe o nosso imaginário comum sobre aquilo que queremos para a cidade e também para o mundo. É um projeto em construção que tem vindo a crescer e casa de dez coletivos diferentes de lutas que se complementam. Há coletivos pelo direito à habitação, pela Justiça Climática, pela Soberania Alimentar, grupos de apoio mútuo de imigrantes, de mulheres que usam drogas, fazem trabalho sexual e algumas vivem na rua. Um espaço bastante diverso que junta muitas lutas e que é também um espaço cultural, com a sua própria programação e aberto a propostas de cultura, pensamento e discussão política insurgente».

Teresa reforça como linha mestra «a ideia da vizinhança, como um conceito construído. Há obviamente uma questão da vizinhança física, geográfica, daqueles que estão perto de nós; mas também pode ser vista de outra forma – a de quem partilha o nosso imaginário político – e podermos olhar à ideia da vizinhança além-fronteiras, ideia que nasceu dessa coligação europeia» e a que pertencem a Stop Despejos e a Habita, dois dos coletivos que têm a Sirigaita como casa.

> À vizinhança e ao associativismo está ligada a capacidade de resistência e de criar comunidade.

À vizinhança e ao associativismo está ligada a capacidade de resistência e de criar comunidade. «Acho que é importante pensarmos que este ataque cerrado a estes espaços de comunhão, de contracultura, onde as pessoas se podem juntar não sujeitas às lógicas normais do consumo – o foco não é de todo o consumo, mas a vivência em conjunto, o conspirarem em conjunto – não acontece por acaso. Não é só porque há interesses económicos na cidade que são completamente vorazes e se sobrepõem a tudo, mas também porque há falta de interesse do poder político em proteger estes espaços onde se pensa um mundo diferente, onde se critica profundamente o estado em que nos encontramos, e em que se pode criar uma consciência política através de coisas básicas, como seja o apoio mútuo. Onde se pode estar num espaço com um concerto de graça, um lançamento de um livro ou comer uma refeição por 3 euros. São espaços de que necessitamos, sobretudo para essa experimentação, para essa conspiração coletiva, ou, de um ponto de vista mais individual, espaços onde nos podemos retirar e aguentar todas as coisas que nos oprimem na nossa vida e no dia-a-dia.»

A renda ainda acessível tem permitido à Sirigaita «organizar semana em função das necessidades do coletivo e não em função de conseguir angariar um certo valor por mês para fazer face às despesas. Pelo que, neste momento, procurando encontrar algo no mercado, vemo-nos numa situação insustentável e que nos iria obrigar a mudar completamente a nossa lógica de funcionamento, a responsabilizar-nos por um valor de encargos mensais muito mais elevado». Como nas demais associações e espaços, há sempre no horizonte o desejo de uma situação estável. «A Sirigaita não pode, de repente, sair dali e ir, por exemplo, para os Olivais, pois tem um trabalho que está muito ligado ao espaço físico que ocupa. Existe ali, porque tem uma relação forte com o bairro, com as pessoas que vivem ali à volta ou ali passam grande parte do seu tempo». Daí resulta a igual certeza de que deveria haver um «reconhecimento também do próprio Estado de que o que a Sirigaita faz é valioso para a cidade, valioso para as pessoas que dela dependem e que, por isso, precisa de um espaço na cidade que lhe sirva em todas as suas vertentes.»



Aqui Jaz Amigos Do Minho
Xavier Almeida,.
Posca sobre papel A1, 2023

MUSAS (Porto)
O Musas é uma associação que fez agora 80 anos e tem o seu espaço no número 998 da Rua do Bonjardim, no Porto. Criado em março de 1944 por jovens que queriam basicamente jogar futebol, o Musas é hoje bastante diferente, com três vertentes de igual importância: de associação cultural, de associação desportiva (xadrez) e de associação agroecológica. Foi nesta última vertente que, com o passar do tempo, foi conquistando terreno ao abandono até conseguir construir uma espécie de quinta de agricultura biológica no centro do Porto.

Ao longo da sua história foi sofrendo várias ameaças, como uma ação de despejo tentada em 2012 pelos senhorios e uma ameaça ainda mais decisiva a pairar, em 2017/2018, com a decisão

CRA - Clube Recreativos dos Anjos
Catarina Leal / designpirata.
Colagem, 2023

DURANTE A PANDEMIA
SURGIRAM VÁRIAS INICIATIVAS
DE SOLIDARIEDADE
E APOIO MÚTUO
A SEARA FOI UMA DESSAS INICIATIVAS
CONVERTENDO
UM PRÉDIO
ABANDONADO
NUM ESPAÇO DE APOIO
À POPULAÇÃO SEM ABRIGO
COM SÍTIO ONDE CARREGAR O TELEMÓVEL, LAVAR A ROUPA, TOMAR BANHO, LER UM LIVRO OU APENAS CONVERSAR
DEPOIS DE UM DIA
SEGURANÇA PRIVADA
AS OBRAS DA MANHÃ
SEM ORDEM JUDICIAL
DESPEJARAM A SEARA
E VOLUNTÁRIOS FORAM A TRIBUNAL
ACUSADOS DE USURPAÇÃO DE IMÓVEL
APOIO MÚTUO???
PAAAAI
HÁ VOLUNTÁRIOS DEBAIXO DA CAMA
O QUE EU ESPERO DO JULGAMENTO É QUE PELO MENOS SIRVA PARA DISCUTIR A POLÍTICA DE HABITAÇÃO DA CIDADE
BRUNO ÁLVARES, ARGUIDO
A ACUSAÇÃO NÃO CONSEGUIU PROVAR O DELITO
OS 6 FORAM ABSOLVIDOS

Seara
Os Ingovernáveis
Caneta e digital, 2023

Grémio Lisbonense
Salomé.
Técnica mista sobre papel, 2023

daqueles de vender a propriedade. A associação via-se perante a possibilidade de perder a sede e uma parte importante dos terrenos. Nessa altura, a resistência começou por um braço de ferro jurídico-burocrático que arrastou o processo para além da paciência de um potencial primeiro comprador.

Os senhorios puseram, então, o processo de venda na mão de uma promotora imobiliária e, pouco tempo depois, começaram a chover propostas, sendo a definitiva de um consórcio israelita que deixou claro que iria pôr um fim ao projeto agroecológico do Musas. Como, nestes casos, o inquilino tem direito de preferência, mesmo sem dinheiro foi possível encontrar uma solução em que o Musas comprava, ele próprio, a propriedade com os fundos de um futuro proprietário que, entretanto, se lhe associou. O acordo entre a associação e esse investidor (que afirmou querer o edifício – a remodelar – para habitação própria e que garante ao Musas, pelo menos, o acesso às suas hortas e um pequeno espaço para fingir de sede, por mais cerca de 10 anos, no rés-do-chão da sua sede histórica) foi a solução mínima então encontrada.

No seu 80.º aniversário o Musas defronta-se com muitas questões no que respeita ao seu espaço de atividade. Para começar, saber se é ou não integralmente cumprido o acordo celebrado entre partes (no que diz respeito a área útil de sede, natureza do caminho de acesso às hortas, local alternativo provisório de sede enquanto decorrerem as futuras obras, etc.). Caso não seja, saber se partiria para um novo braço-de-ferro jurídico ou para um novo processo de negociação (por exemplo, sobre a duração do contrato). Não há ainda datas certas para o início desses trabalhos, que poderão eventualmente começar dentro de um ano ou dois. Paralelamente, o Musas tem vindo a reivindicar junto da autarquia que, pela importância das atividades que desenvolve, na cultura, no desporto, na agroecologia, mereceria, no mínimo, a anuência desta para a construção de uma sede que permitisse albergar o conjunto das suas atividades, num terreno camarário junto das hortas que criou, ao resgatar o espaço do abandono e do lixo. O projeto do Musas é muito claro. A sua natureza resulta precisamente de não abdicar de nenhum dos seus três pilares de atividade. Isso tornaria o Musas um outra coisa, que não quer ser.

PALHA DE ABRANTES (Abrantes)

No interior do Ribatejo, a Palha de Abrantes está perto de celebrar os seus 30 anos. Teve início nos idos anos 90, em resposta à falta de dinamização cultural em Abrantes, e foi impulsionada pelo lançamento do Festival Imaginário, que se realizou em 1996 e 1999. A esse marco inaugural sucederam-se, ao longo dos anos, inúmeras atividades: animando debates com o Café com Letras, dando início à Universidade da Terceira Idade de Abrantes, à Escola de Artes Plásticas, ao Grupo de Teatro (que depois se autonomizou), à livraria Contracapa e a um vasto trabalho editorial, em parte associado ao seu Centro de Estudos de História Local de Abrantes e à revista Zahara. A partir de 2002, formou o cineclube Espalhafitas, que passou a dinamizar uma programação no Cine-Teatro. O cinema adquiriu um papel cada vez mais central na Palha de Abrantes, tendo nascido o projeto Arquivo de Imagem, oficinas de vídeo e animação, e o projeto Animaio, levando a associação às escolas do município e aos concelhos vizinhos, nomeadamente o Sardoal, com o qual mantém uma estreita parceria. Do persistente e contínuo uso dessa ferramenta que é o cinema, resultou mesmo na Escola Superior de Tecnologia de Abrantes um curso na área do Audiovisual, que permanece até hoje.

O projeto do Musas é muito claro. A sua natureza resulta precisamente de não abdicar de nenhum dos seus três pilares de atividade.

A conversa com Lurdes Martins nasce do mesmo problema vivido no associativismo das metrópoles lisboeta e portuense. «Chegamos a um ponto em que as cidades pequenas já são um recurso. Lisboa e Porto estão atulhadas, chegamos a Abrantes e temos uma cidade com muitas casas devolutas e espaços por preencher que estão todos à venda. Com pessoas a comprar casas à dúzia e a impossibilitar a habitação das pessoas ou a sobrelotá-las». A especulação imobiliária também aqui é a primeira causa do problema. Mas, como antes referido, a atenção pública que é dada ao associativismo secunda, ou antecede mesmo, esse problema. Abordar a relação do associativismo com o poder – e eminentemente com o poder local – é, em si mesmo, traçar um retrato do país.

A Palha, depois de convidada a sair do Cine-Teatro, no final de 2014, foi sentindo cada vez mais na pele afastamento e falta de acolhimento por parte da autarquia. Desde então, passou pelo Convento de São Domingos e pelo Edifício Carneiro para, em 2013, acabar por se instalar por sua iniciativa no centro histórico da cidade, no espaço Sr. Chiado, cedido por comodato

pelo proprietário, de forma a garantir a continuidade do trabalho cultural desenvolvido e em face da recusa da associação em sair do centro da cidade. «A cidade não pode ser descapitalizada de tudo, tal como tem acontecido ao longo dos anos. Não podemos esvaziar a cidade de tudo o que ela tem, e isso é uma posição nossa sobre aquilo que pensamos sobre a cidade. Nós não queremos ir para um lugar entre os supermercados ou para aqueles lugares que são não-lugares».

Onze anos depois, com a cidade à venda, o espaço cedido na Praça Raimundo Soares seguiu o mesmo caminho. «Perante isso estamos há meses em situação de saída. Das reuniões com o município, o mesmo dispôs-se a pagar uma renda se encontrássemos um espaço, mas isso é quase impossível, primeiro porque já temos algum património que exige um espaço grande, segundo porque hoje ninguém quer alugar a uma associação, pois está à espera de vender o que tem. Essa era uma alternativa para a qual se sabia que não ia haver saída. Para os muitos espaços públicos vazios que apresentámos como alternativa, todos já tinham um qualquer projeto, sendo que, entretanto, algumas associações ocuparam as escolas antigas; mas, claro está, associações com outra forma de estar. Aquilo que se fez rapidamente para alguns não está a ser feito para nós e, mesmo agora, com a possibilidade de vir a ter um espaço numas antigas instalações do ministério da defesa, tudo isto foi um processo demonstrativo».

PRIMEIRO TIRARAM-NOS O ESTRELA.
FICÁMOS ÓRFÃOS DA NOITE, SEM SÍTIO PARA IR.
FOMOS, A MEDO, A UM SÍTIO A QUE CHAMAVAM "BANCO"...
UMA PORTA DISCRETA NUMA RUA ESCONDIDA, MESMO POR BAIXO DA SÉ
INCRIVELMENTE NÃO FOMOS BEM RECEBIDOS
MAS NOS POUCOS, ENTRE NOITADAS, DJ SETS DE XICO DA LADRA, BRINDES, AMIZADES, ROMANCES, EXPOSIÇÕES, PERFORMANCES, CONCERTOS, COPOS... O BANCO, DEPOIS APOSENTADORIA, PASSOU A SER A NOSSA SEGUNDA CASA.
CLARO QUE O INEVITÁVEL ACABOU POR ACONTECER. A MORTE PREMATURA DE MAIS UM ESPAÇO QUE MUITO CONTRIBUIU PARA O TECIDO CULTURAL DESTA CIDADE QUASE DEFUNTA.
O BANCO VAI FECHAR
ENTÃO?
O SENHORIO VENDEU O PRÉDIO...
FODA-SE
E VOLTAMOS AO MESMO... ÓRFÃOS DA NOITE, SEM SÍTIO QUE NOS ACOLHA E SEM ESPERANÇA DE UMA REALIDADE MELHOR.
PODES CRER
ONDE É QUE SE VAI AGORA?
LISBOA ESTÁ IMPOSSÍVEL...

Banco
Rita Comedida,
Ilustração digital, 2023

BIBLIOTECA E OBSERVATÓRIO DOS ESTRAGOS DA SOCIEDADE GLOBALIZADA (E DOS MEIOS PARA A ULTRAPASSAR)
RUA DAS JANELAS VERDES Nº13 1ºESQ. LISBOA

B.O.E.S.G.
José Smith Vargas
Tinta da China e colagem sobre papel, 2023

> As associações não podem desaparecer. O mais importante nelas é serem o espaço do pensamento autónomo, livre e independente. Que possam ser um lugar da discórdia, que nós estamos fartos de lugares de concórdia,

Essa demonstração é o tal retrato de um país e de um poder local erguido e tomado como uma das conquistas do 25 de Abril. Quando toca às «muitas escolas e espaços camarários que foram ficando vazios e quando chega o momento de os ocupar, vem a escolha do "quem precisa". Primeiro, os amigos que suportam os poderes locais. Isso é visível em todo o lado. As associações, seja elas recreativas ou culturais, são todas elas muito reféns e contaminadas pelo poder, porque há uma ideia de que todo o dinheiro que se consegue daqui e dali é um dinheiro que tem de ter retribuição de alguma forma. Fica tudo com medo de que se vá ser penalizado. Depois, uma das formas do poder local se manter é exatamente tornar estas associações reféns de si, colocando-se nas direções de quase todas, pelo que os muitos espaços que há são distribuídos dessa forma em primeiro lugar e deixando para último lugar aquelas associações que são mais incómodas, que fazem um trabalho mais marginal ou que não fazem parte de uma família, seja ela política ou outra. Penso que isso se está a passar em todo o país.»

Neste interior do país, de que Abrantes é exemplo, jogam-se atualmente diversos problemas. Desde logo, como refere Lurdes, «nestes lugares pequenos, um dos grandes problemas é a falta de gente jovem com espírito crítico ou com prática de trabalho coletivo». E este aspeto prende-se com o problema central de que uma associação não sobrevive sem espaço, uma questão que não é monopólio do interior.

«Era ótimo que as associações pudessem ter o seu próprio espaço, uma forma de poderem comprar um espaço, uma forma que desse às associações a autonomia e a independência que devem ter; ou então que, ao lhes serem atribuídos espaços que são do município, espaços públicos, isso não implicasse aquele pensamento submisso de dizer que "se estou aqui, tenho de fazer de alguma forma um trabalho consentâneo com". Não me parece que valha muito a pena existirem espaços onde vamos perpetuar essa linha. Aí, mais vale que as coisas vão morrendo e aparecendo.»

Acresce o facto de a dinamização cultural e associativa ter sido esvaziada pela imediatez do evento, no qual «os municípios querem muito ser eles os fazedores e promotores, e não perceberam ainda que o papel deve ser sobretudo de facilitadores e parceiros, e que a sociedade civil tem de funcionar, o que não acontece, pois foi-lhe tirado esse papel. É quase um contrassenso, hoje que falamos muito em processos colaborativos, sermos cada vez menos colaborativos. Porque há muito dinheiro, tudo se compra, naquilo que é toda uma "desaprendizagem". Começou-se no 25 de Abril com uma linha e, quando aparece o dinheiro em barda, é isto: o objetivo é sempre fazer um espetáculo, sempre tirar umas fotografias. Toda a pedagogia que está nos entretantos passou ao lado.»

Pelo que observa a partir do seu trabalho com as escolas e extrapolando para o que pode ser o papel de uma associação, como «não se está a tirar proveito dos recursos que se tem nas mãos, como o Plano Nacional de Cinema, onde se vai mostrar o filme mas sem debate a seguir, sem os professores verem os filmes com os alunos para conversar… Um gasto de recursos humanos, como materiais, cujo produto não vai ser nada de significativo. Decidimos encher as escolas de tudo, menos de tempo. Pelo que é preciso dar tempo às coisas e sobretudo dar tempo vazio, pois estamos assoberbados em preencher tudo e não damos tempo ao vazio. É por isso que as associações precisam de um lugar físico, onde caiba o espaço para o tempo vazio, naquilo que na própria Palha chamamos a Escola do Ócio, em que o espaço vazio é também para nos aborrecermos e com isso fazermos alguma coisa.»

O tema dos espaços associativos é, conclui Lurdes, algo «que tem de ser falado ao nível do país, porque esses lugares de pensamento, de reflexão, de discórdia – porque estes são lugares de discórdia – não podem desaparecer. Estamos a correr demasiados riscos por eles desaparecerem. A questão das associações como lugares independentes é uma questão central nisto tudo. É a questão central. Os lugares de independência, os lugares de criação, são algo fundamental.»

«Por isso as associações não podem desaparecer. O mais importante nelas é serem o espaço do pensamento autónomo, livre e independente. Que possam ser um lugar da discórdia, que nós estamos fartos de lugares de concórdia, todos numa coisa, com medo de dizer o que for. Uma discórdia de conversa, que argumenta que serve ela própria de lugar de encontro, de construção e não de destruição. É preciso que as associações não fiquem sem esse espaço. As associações têm um papel fundamental, até mesmo na saúde mental das pessoas, e não se lhes dá o devido valor. Não o valor como veículo de poder, mas como lugar do encontro. Imaginemos um país onde as associações fossem banidas: não seria o mesmo país.»

Vamos comprar a Disgraça!

Ponto de encontro na Penha de França (Lisboa) ao longo da última década, este Centro Social Anarquista, afamado pela sua cantina, concertos, clubes de leitura, debates ou pela livraria Tortuga, decidiu assegurar o espaço a longo prazo em vez de ficar à mercê dos senhorios. Para a compra do espaço foi lançada uma angariação de fundos. Todo o apoio em:
www.gofundme.com/f/disgraca

Cartografia da Coimbra radical dos anos 70

2 de Junho de 1969, 1º dia de Greve a Exames. Jipes da GNR com grades de arame farpado

M. RICARDO DE SOUSA

In memoriam do Victor, do Pinto, do Karpa e do Guerreiro, companheiros de aventura de uma juventude insurrecta.

A crise académica de 69 teve uma repercussão profunda na academia de Coimbra, pois iria alterar não só as formas de oposição do movimento estudantil à ditadura, como abriu caminho a todo um conjunto de diversas novas correntes políticas. A greve académica desse ano, embora resultasse de um contexto bem específico português e coimbrão, não é totalmente estranha à agitação que percorria muitas outras universidades no mundo, desde logo ao Maio de 68, que havia abalado Paris e cujas notícias chegavam directamente através dos exilados portugueses, mas também da imprensa, que ia furando a censura marcelista.

Em Coimbra, embora no contexto ainda fechado e provinciano da ditadura portuguesa, começavam a emergir novas tendências políticas, maoistas, trotskistas, situacionistas e anarquistas, mas também uma contracultura juvenil, onde a literatura *beat*, os surrealistas, as drogas, o rock e a liberdade sexual estavam presentes. A década de 70 será por tudo isso marcante, e no contexto coimbrão as repúblicas, que há muito estavam maioritariamente ligadas à oposição estudantil à ditadura, eram espaços privilegiados do aparecimento dessas mudanças. Nos anos que antecedem a queda da ditadura, diversas repúblicas passam a ter um papel mais destacado no que seria a esquerda radical da Universidade de Coimbra, que também influenciava um organismo, o Círculo de Iniciação Teatral da Academia de Coimbra (CITAC). Estudantes como Rui Teixeira, Carlos Marques, Amaral Dias, Torcato Sepúlveda, Filipe Gomes são dos primeiros a trazer para os meios académicos ideias radicais situacionistas e libertárias na onda pós-Maio de 68, tendo Rui Teixeira mantido uma relação com estudantes do Instituto Superior Técnico, de Lisboa, entre os quais Henrique Garcia Pereira, onde também se desenvolvia uma corrente estudantil radical[1].

É neste ambiente agitado que se começa a destacar o estudante de medicina José Manuel Mendes Calado, mais conhecido por Karpa[2], que tem afinidades com o que se pode designar como uma corrente radical autónoma e libertária. No caso de Mendes Calado, não era por acaso a sua radicalização: para lá da sua coragem e personalidade, não deixava de ter uma influência decisiva a sua biografia pessoal. Neto de um anarco-sindicalista alentejano e filho de um casal de trabalhadores militantes do Partido Comunista, viu o seu pai exilar-se em França, depois de ter saído da prisão, onde rompeu com o PCP e se aproximou dos dissidentes que vieram a criar as Brigadas Revolucionárias.

O Karpa não era pois um estudante comum e, por isso mesmo, foi seguido com toda a atenção pela PIDE/DGS, como se pode constatar no volumoso processo da polícia política, recuperado após a sua extinção[3]. Não só o seu activismo político nas lutas estudantis merecia toda essa atenção, como também o facto de ser filho do velho Calado alentejano, então a trabalhar em França. Mas esse mundo fechado e autoritário estava já prestes a desabar no começo dos anos 70. Como escreveu F., um nosso companheiro, numa síntese perfeita: «O fascismo era um nojo. Os fascistas eram (e são!) repugnantes, estúpidos, incultos, beatos, salazarentos. A sociedade (se é que se tratava de uma sociedade!) portuguesa era cinzenta, sem tonalidades. Mesmo o terror era cinzento»[4].

A queda da ditadura em 25 de Abril de 1974, que se veio a transformar numa revolução imprevisível pela presença do Povo, à revelia do desejo inicial dos militares do MFA, levou também os estudantes de Coimbra para as ruas e, desde logo, para o cerco da sede da PIDE/DGS, bem próxima da Praça da República, pois o 25 de Abril só aconteceu no dia seguinte. Os Galifões lá estiveram. Nos meses que se seguiram, a presença desses estudantes foi constante, incluindo nos momentos mais dramatizados da revolução: nas manifestações de rua em Coimbra, e em barricadas em 28 de Setembro de 1974, no 11 de Março de 1975, 19 de Julho, culminando no 25 de Novembro de 1975, quando as forças da revolução e da contra-revolução preventiva se confrontaram. Pelo meio houve o Verão quente e as grandes manifestações em Coimbra e Lisboa, onde iriam participar frequentemente estudantes dos Galifões, já então bastante próximos de um anti-capitalismo radical, após a renovação que havia ocorrido nessa época, com a entrada de vários estudantes de medicina e a saída de uma geração anterior, ainda ligada ao PCP. De cada pessoa que frequentava os Galifões nessa época pode-se dizer o mesmo que Jorge Cravo escreveu sobre as vivências de José Afonso em Coimbra: «uma aversão crescente a repressões, a autoritarismo e à falta de liberdade. Tudo que era proibido, para ele era de experimentar e contrariar. Era uma espécie de "libertarismo excessivo" mas estava-lhe no sangue.»[5]

Quando e como a república se transformou em Comuna dos Galifões não sei, mas terá sido em 1974. Foi assim que dela ouvi falar. O meu primeiro contacto indirecto foi quando do Seminário para a Democratização do Ensino, organizado pela pró-UNEP, em Novembro de 1974, uma iniciativa em que fui representar o liceu que frequentava. Em Coimbra, no Gil Vicente e na Praça da República, na época uma autêntica ágora, onde todos se cruzavam e discutiam, mesmo que as tribos depois se distribuíssem por afinidades nos diferentes cafés, Tropical, Mandarim, Moçambique, Clepsidra, etc. Aí fui escutando frequentes referências aos Galifões e ao Karpa. Mas seria dois anos mais tarde, após o interregno da alfabetização de adultos no Serviço Cívico, já em plena ressaca da Revolução, quando para lá fui estudar, que viria a frequentar os Galifões pela mão de um amigo, companheiro do grupo de medicina da república. Já andava metido nas andanças académicas através do Grupo Anti-Militarista e Ecológico (GAME). Esse grupo ecológico nasceu algures no ano lectivo de 77, a partir de um pequeno núcleo que incluía um casal de trabalhadores libertários, Alberto e Filomena, Karpov, estudante de biologia, anarquista original, que viria também a ser livreiro na Sé Velha. Frequentavam também o GAME o Chico Lima e alguns estudantes liceais; o Luiz Temido e mais uns quantos visitantes regulares, como o Zé Tavares, activo militante, e o Jorge Domingos, anarquista pacifista.

> Nos anos que antecedem a queda da ditadura, diversas repúblicas passam a ter um papel mais destacado no que seria a esquerda radical

Nos corredores da Associação Académica de Coimbra (AACA) cruzavam-se também estudantes ligados ao CITAC, agitadores culturais como o Vasco Santos, que estava a iniciar a sua aventura editorial da Fenda, Orlando, popular caricaturista, a minha colega Rita e as activistas feministas do recém-criado Grupo da Mulher. Foi por lá que conheci Júlio Henriques,

Estudantes dos Galifões com Karpa

tradutor e agricultor, editor de tantas revistas alternativas, na época ligado à *Subversão Internacional*. Todos fora dos esquemas partidários e que algumas vezes convergiam para criar listas alternativas para a direcção da AAC, usadas quase sempre para fazer agitação política e cultural, com um discurso radical e libertário.

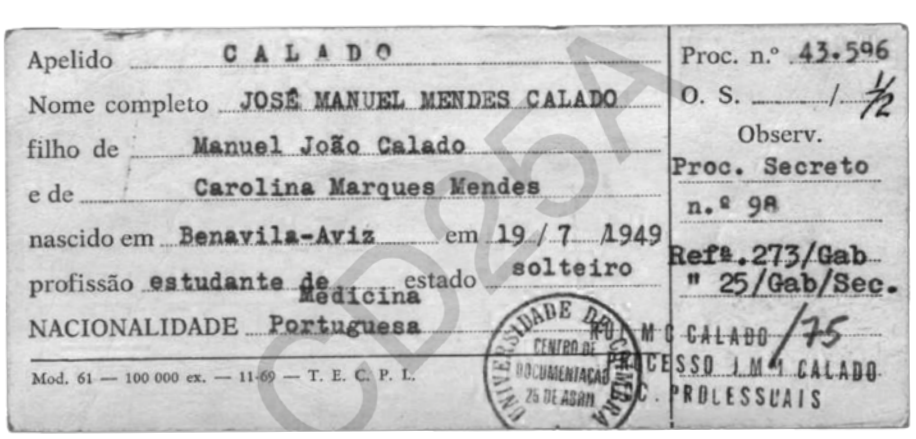
Nessa altura abriu uma vaga nos Galifões, que fui ocupar, uma casa de porta sempre aberta, com música ensurdecedora, onde os charros, o álcool, o póquer e as discussões animadas, passionais, entravam pela noite fora até ao cansaço se instalar. A música além de excessiva era eclética: The Doors, reggae, punk, e algum Zeca Afonso; mas a que não faltava, depois de alguma farra mais animada, era «A Internacional». Uma coisa é certa: fado nunca. Não se ouvia nos Galifões, nem em qualquer outra república na época. O fado era o tabu musical da nossa geração, todos intuíamos o fatalismo e o reaccionarismo do fado tradicional com as suas serenatas. Mesmo conhecendo a sua evolução para as baladas tão ao gosto da geração da oposição democrática, com nomes respeitados como os de Zeca Afonso e Adriano Correia e Oliveira.

Na casa da Couraça dos Apóstolos, era frequente cruzarmo-nos com desconhecidos, alguns dos quais se instalavam lá como se estivessem em suas casas ou, como diz o povo, como se estivessem na casa da sogra. Por lá passaram militantes do PRP-BR clandestinos; bascos da ETA e nacionalistas galegos; estrangeiros

O que estava em jogo era o retorno de uma visão elitista do estudante universitário, hierarquizada, violenta e autoritária. Eram praxistas saudosos de um pequeno mundo coimbrão

de todo o tipo. Mais tarde, por lá passaram os primeiros clandestinos e feridos das FP25. Na casa, tinham livre trânsito jovens trabalhadores da Sé Velha, também por lá andavam alguns confrades dos Inkas e Kuarenta, do Rãs-te-Parta e da Prá-Kis-Tão, além de alguns vizinhos dos Corsários, com quem havia mais afinidade e empatia. Havia todo um círculo alargado de frequentadores, alguns bastante assíduos, que incluíam os já licenciados, que haviam pertencido à geração anti-fascista e de Abril, e personagens de fora do movimento estudantil

Quando em 1978 começa o movimento revivalista da praxe, a nossa resposta não podia ser outra que partir para o enfrentamento. Nesse confronto, os Galifões e algumas outras repúblicas teriam um papel determinante. Sabíamos que o que estava em jogo era o retorno de uma visão elitista do estudante universitário, hierarquizada, violenta e autoritária. Eram praxistas saudosos de um pequeno mundo coimbrão onde os estudantes eram tratados por doutores desde que desembarcavam na Estação Velha e cuja relação com arraia-miúda se dava através de uns roubos de galinhas e alguma graçola dirigida às figuras populares que frequentavam a Praça da República, desejosos da humilhação dos caloiros.



Apelido CALADO
Nome completo JOSÉ MANUEL MENDES CALADO
filho de Manuel João Calado
e de Carolina Marques Mendes
nascido em Benavila-Aviz em 19/7/1949
profissão estudante de Medicina estado solteiro
NACIONALIDADE Portuguesa
Mod. 61 — 100 000 ex. — 11-69 — T. E. C. P. L.

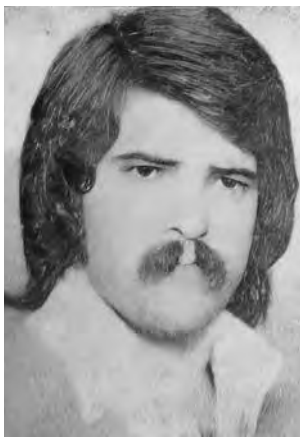
Proc. n.º 43.596
O. S. ___/1/2
Observ.
Proc. Secreto n.º 98
Refª. 273/Gab
" 25/Gab/Sec.
PROCESSO I.M.ª CALADO /75
C. PROFISSIONAIS

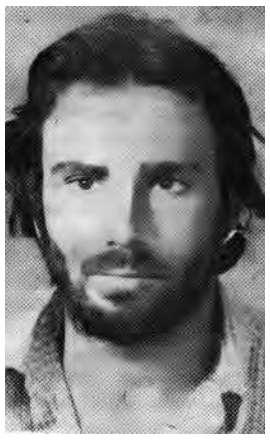
CDI25A

Ficha da PIDE

Os que viveram em Coimbra no começo dos anos 70 sabiam bem que a integração na comunidade académica se fazia de forma tranquila, sem os rituais da praxe, das Latadas e das Queimas da Fita. Essa socialização ocorria nas Repúblicas, nos organismos da AAC, nos cafés, na Praça da República, no Gil Vicente, na Sé Velha, nos cinemas ou nos tascos da baixa, além de, como é evidente, nas faculdades onde cada um estudava, ou o tentava fazer. Esses anos de interrupção da praxe e da Queima das Fitas em Coimbra, consequência indirecta da greve académica de 69 e da decretação do luto académico, foram um longo hiato que correspondia a mudanças profundas ocorridas na sociedade portuguesa, na cultura juvenil e na própria universidade. No entanto, a praxe e a Queima das Fitas ultrapassava o revivalismo de uns quantos estudantes conservadores e era um objectivo desejado de sectores importantes da cidade: a Associação Comercial, o jornal Diário de Coimbra, a Câmara Municipal, a Igreja, incluindo os principais partidos políticos e seus ramos estudantis, sedentos de pão e circo.

Nesse ano de 1979 comemoravam-se também os dez anos da crise académica de 69, marco na vida do movimento estudantil de Coimbra. Algumas pessoas que tinham vivido esse período, entre eles o professor Soveral Martins, advogado trabalhista e animador da editora Centelha,





Guerreiro, Vítor (Galifões) e Pinto

Estudante dos Galifões no cerco à Pide

A nossa ressaca prolongada (...) foi da embriaguez de uma Revolução interrompida que acreditávamos ir mudar radicalmente tudo: as relações sociais, pessoais e a nós próprios.

próxima do conselhismo, com quem mantínhamos uma relação próxima, decidiram comemorar a data organizando uma festa académica, que teve o apoio de organismos autónomos da AAC, secções culturais e de algumas repúblicas. Foi a «Festa da Flor», numa alusão à distribuição de flores feita pelos estudantes à população durante a crise de 69. Essa festa culminou com um concorrido espectáculo de canto de intervenção nos jardins da AAC, além de uma sardinhada organizada conjuntamente com o Sindicato dos Pescadores da Figueira da Foz, para onde foram milhares de estudantes. Esta viria a ser uma festa singular, que encerraria este período da vida estudantil onde não cabia a praxe e a Queima das Fitas. Mas essa comemoração já correu em paralelo com uma Semana Académica, com direito a serenata, que era o retorno disfarçado da Praxe e da Queima das Fitas, promovidas pelos estudantes restauracionistas.

A nossa derrota significava que as mudanças que estavam a ocorrer na sociedade portuguesa ajudavam a restaurar os valores da velha ordem, e que ao arrancar as capas a esses estudantes conservadores não conseguíamos arrancar as suas ideias de um elitismo caduco. Eles desejavam usufruir desse interlúdio académico, antes que a realidade da concorrência laboral os empurrasse a quase todos para umas vidas insignificantes de licenciados, «doutores», com empregos precários e inseguros, em que passariam a estar submetidos a cadeias hierárquicas, onde a humilhação continuava a ser uma característica.

Esse ano de 79 seria também o ano do desastre. Num acidente trágico na velha e sinuosa estrada para a Figueira da Foz morreriam Victor e o Pinto, dois dos mais conhecidos membros da república, além de um outro companheiro, Freitas, e duas amigas, Patrícia e a Luísa. Uma tragédia incomum, mesmo nessa época. De certa forma, esse momento encerrou para muitos de nós os anos despreocupados, de estudantes que acreditavam, como todos os jovens, numa certa imortalidade. Depois disso nada foi igual. Seria um golpe no colectivo da comuna, num tempo de derrotas e de ressaca.
A nossa ressaca prolongada, desde aquele lúgubre Novembro, mais que da bebida, foi da embriaguez de uma Revolução interrompida que acreditávamos ir mudar radicalmente tudo: as relações sociais, pessoais e a nós próprios. Para nós, a tragédia teria ainda um último acto. Quase uma década mais tarde, seria José Manuel Mendes Calado, o Karpa, a perder a sua vida em consequência de um outro brutal acidente no Alentejo, para onde tinha voltado para exercer a medicina.

Karpa foi certamente um dos estudantes que mais marcaram a vida académica dos anos 70, uma «figura grada», como se dizia no passado, do nosso tempo em Coimbra. Pertenceu a uma geração que viveu intensamente um tempo «anormal», em que a Revolução parecia estar ao dobrar da esquina. Dessa geração, alguns, por sorte, ou por acaso, sobreviveram, outros não. Falo da sobrevivência física, mas também da sobrevivência política.

NOTAS

1 Anos Inquietos. Vozes do Movimento estudantil de Coimbra (1961-1974). Maria Manuela Cruzeiro, Rui Bebiano. Edições Afrontamento, Porto, 2006

2 Um dos poucos pesquisadores académicos que se refere aos Galifões e ao Karpa é Miguel Cardina no seu «A Tradição da Contestação» Angelus Novus, Coimbra, 2008.

3 Mais tarde viria a ser doado, pelo seu filho Rui Calado, para os arquivos do Centro de Documentação 25 de Abril.

4 Os Quentes Anos 70 em Coimbra. F. Carmichael, Revista Utopia nº 17/2004.

5 José Afonso da Boémia Coimbra à Fraternidade Utópica. Jorge Cravo. Coimbra: Câmara Municipal de Coimbra, 2009. P. 26.

NADA PÁRA O PROGRESSO

Saudades da carochinha?

Tem Vosselência saudades das Histórias da Carochinha? Não tenha! Graças aos abnegados votos do povo e do maralhal, nos nossos dias há coisa muito melhor: as histórias da Democrachia – inumeráveis, repletas de acção e colorido, e imperdíveis. Passe um serão bem passado ouvindo-as com bons altifalantes e não dará por perdido o seu tempo. Pode ouvi-las na rádio, na TV, nas redes sociais internéticas, ou lê-las sentado ou sentada no sofá, graças aos jornais e revistas digitais disponíveis, maravilhosamente narradas por fabulosos contadores de histórias.

Democracia benzida pralamentar

Excertos de uma célere entrevista (a publicar na íntegra mais tarde) que nos foi concedida, em andamento, pelo Prof. Dr. Énio Grabato, do Instituto de Altos Estudos Actuais: «Ainda hoje há quem pense que em democracia não deveria haver pobreza, nem um fosso – tão grande, inda por cima – entre ricos e pobres. É uma crença ultrapassada, obsoleta. A democracia é religiosamente pralamentar e é excelente: é o regime mais adequado ao imparável desenvolvimento deste ente sagrado que se chama Economia, que por isso mesmo deve grafar-se sempre com maiúscula, dobrando a espinha e batendo no peito em oração. […] Independentemente da hora, eu proponho sempre que nos interroguemos: é a Economia brutal, demoníaca, odiosa? É-o, sem dúvida, e até muito mais: nefasta, nociva, repugnante, malcheirosa, maligna, pavorosa, um poço sem fundo de inclemências, de opulências e respectivas misérias, ambas, porém, abençoadas por quem de direito em seu gesto imperioso. Porque Ela, senhores, hoje é Deus, é a sua maior encarnação! E ante Isso, haja respeito!»

Entretanto, informação futebolística

É sabido que os portugueses se encontram excelentemente informados no tocante ao desporto, ou, melhor dizendo, ao futebol. De facto, dispõem de uma vasta e permanente panóplia de jornais, revistas, programas de rádio, televisão e Internet que os mantêm a par, todos os dias e a toda a hora, de todos os assuntos relativos ao desporto-rei. No entanto, é nosso dever assinalar que a informação futebolística, embora seja a que goza de maior e mais contínua cobertura no País, contém falhas que consideramos graves e para as quais fazemos questão de chamar a atenção. Neste âmbito tão essencial para o desenvolvimento do País, os nossos serviços têm vindo a registar inadmissíveis lacunas. Na presente e brevíssima nota referimos apenas, a título de exemplo, três recentes e importantes casos ocultados nos noticiários e análises, de cujos protagonistas, por elementar delicadeza, não anotamos aqui os nomes.

No dia 14-11-2023, um famoso craque do futebol nacional, durante um novo jantar de homenagem, ficou com uma espinha de peixe entalada na mandíbula superior. Sem poder falar durante 13 minutos, teve de ser assistido no local por um médico das urgências. No dia 7-1-2024, um dos mais famosos árbitros portugueses, num almoço de aniversário que congregou dezenas de dirigentes e colaboradores do clube que o homenageou, deu um sonoro peido. Ouvido por todos, inclusive pelos empregados de mesa, o notável acontecimento desencadeou jubilosas reacções, tendo-se todos os convivas erguido como um só homem (estavam também presentes senhoras) para aplaudir calorosamente o autor. No dia 23-3-2024, um dos mais celebrizados e internacionais futebolistas portugueses, numa passagem por Lisboa, estando já um pouco alegre a proferir o seu discurso de agradecimento pela festa organizada em seu louvor, deslizou do banco alto em que se encontrava sentado e, na queda, agarrado ao microfone, soltou um prolongado palavrão (gravado para a História), suscitando na multidão presente espontâneas reacções de alegria.

Do Nosso Correspondente Espacial Em Bardinhos De Baixo, Júlio Henriques

Portugal: A Revolução Impossível?

Phil Mailer recorda para o Jornal MAPA o livro que todos os que queiram saber sobre o 25 de Abril de 1974 devem ler.

PHIL MAILER
ILUSTRAÇÃO **JOÃO ALVES**

Este livro documenta e analisa os primeiros dezoito meses após o golpe de Estado do dia 25 de Abril de 1974. Foi inicialmente (1977) publicado em Inglaterra (Solidarity), no Canadá (Black Rose) e nos Estados Unidos (Free Life), juntamente com uma primeira edição portuguesa abreviada (Afrontamento). Posteriormente, foi reeditado nos Estados Unidos (PM Press, 2012), publicado em Espanha (Klinamen, 2014), teve uma nova edição, desta vez completa, em Portugal (Antígona, 2018), saiu em França (Les Nuits Rouges, 2019) e tem agora uma versão alemã (Nautilus, 2024).

O livro continua a ser popular talvez por duas razões. Pelo estilo pessoal em que foi escrito e pela ênfase posta na luta de classes, que Marx sublinhou com tanta eloquência no lema «a emancipação dos trabalhadores será obra dos próprios trabalhadores», sendo as lutas operárias descritas de baixo para cima e não, como acontece com demasiada frequência, de cima para baixo.

A meu respeito, posso dizer que sou irlandês, de Dublin, onde vivi até 1967. Nessa altura fui influenciado pela chamada cena literária irlandesa e pelos Beat Poets dos Estados Unidos (Allen Ginsberg, Gary Snyder, Jack Kerouac…), período em que desejava apenas ser poeta em Dublin. Mas decidi mudar-me para Londres, onde travei conhecimento com o grupo pró-situacionista King Mob, graças ao qual me familiarizei com os escritos de Guy Debord e de outros situacionistas, e, naturalmente, com a noção muito crítica de espectáculo. Tudo isso, que foi fascinante, levou-me a conhecer as ideias marxistas, bem como o anarquismo, o surrealismo e o dadaísmo.

Depois veio o Maio de 1968 em França, a revolta que teve repercussões em todo o mundo; eu fui para lá em Junho desse ano e isso mudou a minha vida para sempre. Como irlandês a viver em Londres, sentia-me isolado e decidi tirar um curso do TEFOL, o ensino de língua inglesa para estrangeiros, para me poder deslocar para outros países. Foi assim que encontrei emprego como professor de Inglês em Lisboa.

> Nunca esquecerei aquele 1.º de Maio. O ruído, o ruído, o ruído ainda ressoa nos meus ouvidos. As buzinas a tocar de alegria, os gritos, as palavras de ordem, os cantos e as danças.

Em Portugal, adaptei-me bastante bem e, apesar de ser um país com um governo fascista que durava há décadas, pude relacionar-me com um grupo de antifascistas. Tinha encontrado alguns desertores portugueses nos Estados Unidos, numa visita a esse país; sem pensar muito no assunto, disse-lhes que gostaria de ir um dia a Portugal e eles deram-me os contactos desses amigos. Disseram-me que algo estava para acontecer em Portugal devido ao elevado número de vítimas nas sangrentas guerras coloniais (iniciadas em 1961 em Angola, depois em Moçambique e na Guiné-Bissau), bem como ao brutal sorvedouro financeiro que essas guerras implicavam. Claro que eles estavam a manifestar um desejo de mudança e, como outros desertores, a desejar o fim das guerras. Mas ficou-me na memória esse sentimento.

O 25 de Abril de 1974 foi para mim uma completa surpresa. Descrevi-a da melhor forma possível no primeiro capítulo do livro: a minha vizinha a bater-me à porta, de pijama, de dedo em riste, dizendo para eu não ir trabalhar, para ficar em casa. Naquela altura, eu não falava bem português, porque toda a gente queria falar inglês comigo. Mas, depois da revolução, toda a gente ficou tão absorvida a reorganizar as suas vidas que não tinha tempo para falar inglês, e eu tive

de aprender português o mais rapidamente possível, para ficar a par do que estava a acontecer.

Gostaria de citar aqui uma página do livro, sobre o 1.º de Maio de 1974.

«Nunca vimos nada assim. Lisboa inteira está na rua, a emoção é intensa. Toda a manhã, a rádio fez apelos à "calma e dignidade". As autoridades estariam com medo da direita, um receio bastante real, pois há ainda uns vinte mil agentes da PIDE em liberdade. Mas pensamos que estarão também com muito medo da esquerda. Encontramo-nos parados numa esquina da Alameda e tentamos absorver tudo o que se passa: o ruído, o espírito, a alegria que irrompe em vagas depois de reprimida meio século. Encontramo-nos com alguns amigos, como estava combinado.

Este é o dia dos trabalhadores e toda a Lisboa está aqui. Há camiões, manifestamente pedidos emprestados para o dia, a abarrotar de pessoas que vêm das cidades vizinhas e dos subúrbios. "Ninguém nos pagou para vir à manifestação", proclama uma faixa, numa alusão clara às práticas do anterior regime. Sinto-me tão emocionado que estou quase a chorar. Outros já estão com o rosto marejado de lágrimas. Caminhamos o dia todo, perdidos em diferentes zonas de uma multidão de meio milhão de pessoas. Flores, cravos por todo o lado. Ao longo do trajecto, as pessoas nas janelas oferecem água aos manifestantes.» (Ed. Antígona, 2018: p.39)

Aconteceram tantas coisas que nos devolveram a fé na vida e na revolução! Estamos maravilhados com a classe operária que tomou a situação nas suas próprias mãos, dando a sua própria interpretação ao Programa. Quanto poderão realizar, se as condições o permitirem! Estou mais convencido do que nunca da identidade específica desta classe. Fico estupefacto com a memória subconsciente que as pessoas conservam do seu próprio passado revolucionário. Os acontecimentos actuais abalaram essa memória. Datas nunca aprendidas na escola, canções nunca cantadas abertamente, são recordadas na sua totalidade.

«Nunca esquecerei aquele 1.º de Maio. O ruído, o ruído, o ruído ainda ressoa nos meus ouvidos. As buzinas a tocar de alegria, os gritos, as palavras de ordem, os cantos e as danças. As portas da revolução parecem de novo abertas, ao fim de quarenta e oito anos de repressão. Num dia, tudo se torna relativo. Nada é obra divina, tudo tem a mão do homem. As pessoas podiam ver a sua infelicidade e os seus problemas num contexto histórico. Como se pode descrever em palavras seiscentas mil pessoas a manifestar-se numa cidade de um milhão? Ou o efeito dos cravos por todo o lado, nos canos das espingardas, nos blindados e nas orelhas, nas mãos de soldados do mesmo modo que nas dos manifestantes? É o clímax de uma semana de acontecimentos febris em rápida sucessão. O povo trabalhador deixou uma marca indelével na situação. O apelo é pelo socialismo, e massas de pessoas vulgares foram envolvidas nesse apelo. O que começou como um golpe militar assume novas dimensões. A Junta ainda está no poder, mas é o povo, em particular a classe trabalhadora, que dita as regras. Uma semana passou, embora pareça que foram meses. Cada hora tem sido vivida em pleno. Já é difícil recordar como eram antes os jornais, ou o que as pessoas diziam.» (p.41) Não terá havido uma revolução desde sempre?

Embora possa haver comemorações populares que lembrem o 25 de Abril, as comemorações oficiais em Portugal são, na verdade, a celebração do golpe social-democrata de 25 de Novembro, não são sobre o processo revolucionário.

Naquele momento, associei-me a um grupo de pessoas que tinham ideias semelhantes às minhas, para colaborar numa livraria de esquerda, no Bairro Alto, em Lisboa. Muitos desses companheiros e companheiras tinham sido maoistas, mas agora eram libertários e revolucionários. O grupo tinha começado a publicar o Combate, um jornal não ideológico que relatava as ocupações e experiências de autogestão. Nessa altura, os trabalhadores de muitas das fábricas ocupadas produziam os seus próprios boletins e panfletos, contavam as suas histórias e discutiam as questões que estavam em jogo nas fábricas; no jornal Combate publicávamos esses artigos integralmente, com todos os seus aspectos positivos e negativos[1]. O grupo abriu a referida livraria (a Contra a Corrente) no Bairro Alto, que era simultaneamente sede do colectivo e local de reuniões e encontros aberto a outros grupos militantes, designadamente a um dos primeiros colectivos feministas que apoiava mulheres em dificuldades (sobre o aborto, por exemplo, então proibido).

Nos dias imediatamente a seguir ao golpe do 25 de Abril, surgiu um período emocionante e muito criativo na história portuguesa, o PREC (Processo Revolucionário em Curso). Estima-se que, ao longo desses dezoito meses, cerca de 3 milhões de pessoas, numa população de 10 milhões de habitantes, participou, de uma forma ou de outra, no movimento, em greves, ocupações, manifestações e outras actividades. Um milhão de hectares de terras agrícolas foram ocupados e colectivizados no Sul de Portugal, mais de mil fábricas foram ocupadas sob controlo dos trabalhadores ou em autogestão. Edifícios não utilizados foram tomados por comissões de bairro para serem usados como creches, clínicas ou outro uso social, no que viria a ser uma das experiências mais ricas da classe trabalhadora do final do século XX.

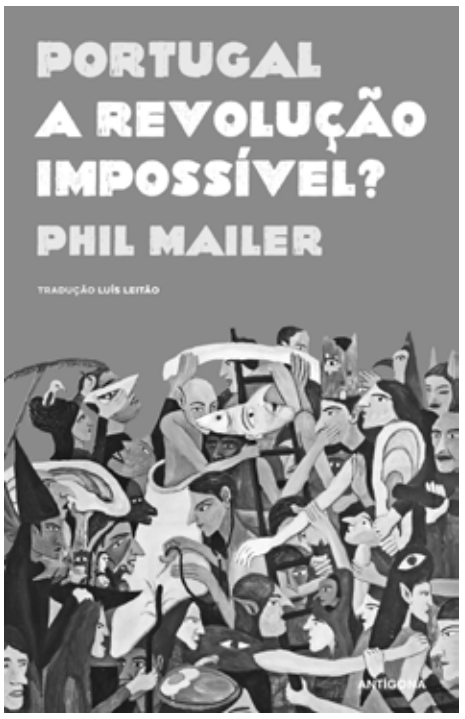
O PREC durou dezoito meses, opondo-se-lhe no fim, militarmente, um contragolpe de Estado de centro-direita (25 de Novembro de 1975) que visou instalar uma democracia parlamentar de modelo europeu, aderir ao Mercado Económico Europeu e tentar travar o ritmo do movimento revolucionário social. Essa democracia trouxe com ela todas as iniquidades do capitalismo moderno, a sociedade espectacular de mercadorias, a corrupção generalizada e a devolução das terras ocupadas aos seus antigos proprietários, bem como as fábricas e outras empresas aos seus antigos donos.

Comecei a escrever este livro em 1976 com base em rascunhos que fora anotando e artigos de jornais que fora guardando. O grupo inglês Solidarity (próximo do grupo francês Socialisme ou Barbarie) mostrou-se interessado em publicá-lo. Chris Pallis (Maurice Brinton) tinha-me visitado em Lisboa no Verão de 1975 e demo-nos muito bem. Queríamos imprimir um livro de índole profissional, em vez dos habituais panfletos do Solidarity, e as editoras Free Life, de Nova Iorque, e Black Rose, do Canadá, concordaram em fazer uma versão conjunta com o Solidarity. Muitos outros contribuíram também, como os irmãos Stuart e David Wise[2], com algum dinheiro da sua empresa artesanal de estucagem.

Quando escolhi o título do livro, *A Revolução Impossível?*, com isso referia-me à impossibilidade de se concretizar uma revolução social não alinhada e num só país. O ponto de interrogação estava lá porque estávamos à espera de ver o que aconteceria em Espanha. Infelizmente, Franco e o seu regime mantiveram-se até finais de 1976 e a revolução portuguesa não conseguiu alargar-se. Apesar de centenas de milhares de espanhóis terem vindo a Portugal durante a revolução, em Espanha não chegou a eclodir um processo semelhante. Mas penso agora num outro factor: em 1974 não havia Internet, nem telemóveis, apenas duas estações de televisão estatais, e pergunto-me como seria se o 25 de Abril acontecesse hoje. Dúvida enorme, dilema difícil de prever. Haveria aplicações para as redes sociais, mas se essas aplicações fossem utilizadas para difundir ideias revolucionárias, o que lhes aconteceria? Seriam encerradas de imediato? Isso poderia consistir em mais uma barreira entre o povo e o poder; segundo parece, tudo no capitalismo moderno é projectado para manter este desequilíbrio.

A Revolução dos Cravos teve alguns êxitos,: a independência das colónias portuguesas em África, bem como a ausência de derramamento de sangue, em grande escala, em Portugal. Ao fim de 48 anos, assistiu-se à morte do fascismo e isso não é pouco. As pessoas esquecidas (e são muitas) ou que nunca souberam o que foi o fascismo em Portugal precisam de ser recordadas. Não se podia fazer greve, não se podia manifestar, não se podia criticar o governo, muitos livros e filmes foram proibidos, o país vivia sufocado e essa sufocação durou quase meio século. A polícia política (PIDE) estava em todo o lado, usava o medo e a intimidação para manter a ordem; e quando isso não era suficiente, recorria à tortura e à prisão. É importante não esquecermos estas coisas, porque o mundo está numa situação grave e perigosa.

É claro que este livro trata apenas do período revolucionário, dos primeiros 18 meses após o golpe e do que isso produziu, tentando examinar as experiências de autogestão, bem como os problemas levantados pelas questões culturais e feministas em curso nessa época. Não se centra no período mais alargado da chamada transição da ditadura para a democracia parlamentar, que é o que agora se celebra oficialmente em Portugal no quinquagésimo aniversário do 25 de Abril de 1974. É importante sublinharmos o seguinte: embora possa haver comemorações populares que lembrem o 25 de Abril, as comemorações oficiais em Portugal são, na verdade, a celebração do golpe social-democrata de 25 de Novembro, não são sobre o processo revolucionário que se encadeou no golpe militar libertador do 25 de Abril, experiência essa que a maioria da burguesia gostaria de apagar da memória, fingindo que nada aconteceu.



Portugal: A Revolução Impossível?
Phil Mailer
Antígona, 2018
Trad. Luís Leitão; Posfácio Maurice Brinton,
400 pp.

NOTAS

1 Disponíveis em https://bit.ly/43Cojto

2 Ver Flauta de Luz, n.º 9 (Junho de 2022): pp. 332-333

Ainda os capitães não haviam ganho e já se ocupavam os liceus

É logo na manhã do dia 25 de Abril que as escolas são ocupadas, para daí em diante, tudo se discutir, todos participarem. À conversa com José Tavares voltando ao Liceu de Leiria.

FILIPE NUNES
FILIPENUNES@JORNALMAPA.PT
ILUSTRAÇÃO **ANA FARIAS**

Junto à banca de livros na Feira da Alegria em São Luís, José Tavares vai mantendo uma oferta disponível de leituras críticas e subversivas para quem ainda as procura 50 anos depois do 25 de Abril. É-lhe sempre um prazer quando o livro segue caminho nas mãos de um ou uma jovem. Foi a pensar nestes que pedimos a este anarquista, que tem sido livreiro, escritor, editor, realizador, pintor, podador, por entre outros ofícios e artes de fuga às amarras do salariato que recuasse ao seu tempo liceal em Leiria. Para que a juventude hoje de uma qualquer escola secundária pudesse projetar-se ao dia de 25 de Abril de 1974, quando – como foi o caso do Zé – ao acordar ouviria em casa o comunicado das Forças Armadas que avisava a população a ficar em casa a aguardar os acontecimentos. Aviso em vão, a poucos dias de fazer 15 anos, dirige-se ao Liceu.

«Começaram as aulas às 8.30, andava nessa altura no 5º [actual 9º ano], e na sala de aula um quarto de hora depois um colega meu vem-me chamar. "Epá, convinha fazer qualquer coisa, o reitor não veio, o vice-reitor também não, temos de fazer qualquer coisa". Aquilo era meia dúzia de tipos e meia dúzia não podiam fazer isso. Daí que utilizando os *corrécios*, os meninos de mau comportamento ou gandulos, é com eles que vamos ocupar a reitoria. Ao mesmo tempo vamos ocupar o pátio e o sector feminino, naquele tempo assim estavam divididos os liceus». E recorda «outra curiosidade, que agora talvez esteja actual, que foi colocar nas portas das casas de banho a palavra unissexo. A partir daí, mesmo as casas de banho seriam compartilhadas. Tudo isso na própria manhã do 25 de Abril.»

A espontaneidade das pessoas marcou o 25 de Abril mal o sol nasceu nesse dia. José Tavares faz questão de sublinhar que tudo isso acontece quando «os capitães, ainda não tinham ganho, só o vieram a fazer às seis horas da tarde, de modo que a própria PIDE ainda tirou fotografias para elaborar um futuro processo. No liceu fez-se logo uma reunião geral de alunos ao fim da manhã ou depois do almoço».

«Se os militares convidam as pessoas para ficar em casa, estão á espera que trabalhadores e os movimentos sociais se limitem a ser espectadores de um golpe de Estado, pois tinha toda a característica de um golpe de Estado nesse sentido, e como tal não haveria uma revolução, pelo menos de carácter popular. Mas o que aconteceu – e é isso que me parece importante – é que como nós ocupamos o liceu, outros liceus pelo país fizeram o mesmo e em fábricas aconteceu a mesma coisa. Perante a ausência das autoridades, que foram talvez as únicas a cumprir as ordens do MFA e a ficarem em casa, essa ausência permite este movimento social. Isso será importante para a própria decisão do Marcelo Caetano em se render. Estando informado que milhares e milhares de pessoas estão na rua tem pouco por onde escolher.» José Tavares reitera, «logo pela manhã o povo veio à rua, o movimento social começa antes da vitória que ocorreu no Carmo que foi simplesmente a passagem do poder para que ele não caísse na rua, foi essa a preocupação do Marcelo ao entregá-lo ao Spínola».

> Está toda a gente envolvida neste processo: alunos, professores, e depois vieram também os contínuos, os funcionários da escola.

«O 25 de Abril fundamentalmente restituiu a liberdade, a liberdade de opinião e de manifestação». Como tal «numa primeira fase, mais do que uma luta, trata-se de um pôr em prática a liberdade de opinião, essa possibilidade de reunião. Algo que era essencial». Das memórias de Leiria recorda como ganhou a consciência do valor da liberdade de expressão nas conversas com um sapateiro, «o Sr. José Carlos, participante na revolução de 5 de outubro da implementação da República e reformado do exército pela sua participação na 1º Grande Guerra e que nunca aceitara o fascismo». Ou como sentiu o peso da liberdade de expressão quando, nas relações que mantinha com o filho e a filha do chefe da União Nacional local, por «um dia ao ter dito mal da guerra, fui advertido por esse meu colega para não mais frequentar a sua casa, pese não ir dizer nada ao pai. E muito menos que tocasse na sua irmã. Aí percebi que a liberdade de expressão não é só darmos a nossa opinião, mas é mais do que isso. É ouvirmos dizer mal daquilo que se acha sagrado e se pensa estar certo, algo que custa muito para algumas pessoas. Uma aprendizagem que parece que ainda hoje não se tem e uma luta que tem de continuar para que as pessoas percebam bem o que é, afinal, a liberdade de expressão».

> Nas portas das casas de banho a palavra unissexo. A partir daí, mesmo as casas de banho seriam compartilhadas. Tudo isso na própria manhã do 25 de Abril.

«No liceu os dias que se sucedem, são dias de reuniões, de muita discussão e da tentativa de fazer uma comissão de gestão da escola perante a ausência da direção. É uma coisa fantástica. As pessoas aderem, está toda a gente envolvida neste processo: alunos, professores e depois vieram também os contínuos, os funcionários da escola. Tratava-se agora de preparar o terreno para uma associação de estudantes que não havia, e uma comissão directiva democraticamente eleita. E antes mesmo da associação fizemos uma assembleia de delegados de turma, que fez com se envolvesse mais directamente todos os alunos no processo de discussão e de decisão na escola.»

Esse processo de participação não evitava anticorpos instituídos, como ilustrado no episódio em que os trabalhadores que tomaram conta de uma fábrica foram convidados pelos jovens do liceu a aparecer. «A Tomé Feteira era uma empresa de produção de limas, que já tinha em 1973 estado em conflitos com o patrão, o qual em 1974 está ausente na Suíça. Os trabalhadores começam a discutir a possibilidade de poderem gerir eles próprios a fábrica. Convidou-se por isso os mesmos para uma reunião geral de alunos. Mas há um protesto da associação de pais, que acabara logo por formar-se, e que era, como tal, sempre uma associação paternal, de caracter de vigilância e cuidado, logo conservadora. Ao saberem da existência desse convite, trataram por todos os meios de o denunciar. Não poderia acontecer os operários virem até ao liceu e estarem a dialogar com os alunos. Isso criou logo ali um burburinho, qualquer coisa gerava logo uma grande luta. São os militares que vão resolver isso, o Movimento das Forças Armadas, que era basicamente a autoridade que substituiu a polícia (a PSP e a GNR não exerciam a autoridade porque na rua não a conseguia impor). Os militares vão à escola, já os operários não tinham vindo, e sou levado juntamente com outros três para o quartel, para aí sermos largados no pátio e termos de regressar a pé outra vez para o liceu.»

O espírito da solidariedade

Parecer haver no desmemoriar do 25 de Abril, um alvo concreto que respeita ao espírito vivido na "pequena história" e que se omite em nome da "grande história", essa das personagens condecoradas. «Para se perceber um pouco esta coisa da ausência de autoridade e o espirito que surgiu com o 25 de Abril, o espirito de solidariedade, de procurar justiça, igualdade, liberdade, recordo uma vez numa avenida de Leiria, a Heróis de Angola – ainda hoje assim se chama, não sabemos é quais são agora os heróis se é do lado anticolonialista ou se continua a ser os heróis do lado dos colonialistas, mas enfim… – há um rapaz que é preso por dois PSP, apanhado a roubar numa loja de roupas. A população dá-se conta do sucedido e insurge-se: "mas o que estão a fazer ao rapaz, roubou, mas se calhar até precisa e não tem meios para comprar roupa". Dá-se ali uma discussão, as pessoas param, não se conhecem e começam a falar umas com as outras. A polícia acaba por levar o rapaz num carro para a esquadra, mas as pessoas continuaram a discutir e decidem fazer uma manifestação em frente da esquadra, onde se deslocaram para gritar "libertem o rapaz, libertem o rapaz". Ninguém sabia o seu nome.»

Para José Tavares «isto é uma manifestação completamente espontânea, uma demonstração, da tal solidariedade, da busca pela liberdade, da justiça e da igualdade e que invadiu a maior parte da população em Portugal. Isto é um relato extraordinário desse movimento social, perante essa história do 25 de Abril de resumir-se à movimentação dos militares, às suas diferentes facções e depois aos partidos políticos que, entretanto, surgiram para representar o povo.»

«Este espírito vai ser marcante mesmo até aos anos oitenta. Com o 25 de novembro em 1975 há uma

paragem daquilo que foi teorizado pelo Alvaro Cunhal de PREC. Mas como qualquer teorização, estas às vezes são feitas quando já não existe esse Processo Revolucionário em Curso, a espontaneidade desse movimento social. O PREC é sobretudo a meu ver – sobretudo e não tudo – uma luta de facções entre partidos de esquerda que se degladiam entre eles para tomarem posse de sindicatos, cooperativas, do próprio governo, das autarquias, da representação do movimento operário. Uma luta frenética entre não sei quantas organizações ditas marxistas-leninistas. Se é isto que se chama Processo Revolucionário em Curso, então estavam a preparar o 25 de novembro»

«A outra forma de ver o PREC são os movimentos sociais, as ocupações de terras e de casas, mas também aí não todas. Eu não vejo interesse nenhum numa ocupação de terra, chamada de Unidade Coletiva de Produção, com uma comissão diretiva de cinco, seis, sete membros que substituem a antiga direção do patrão e com um objetivo claro de tornar os trabalhadores rurais em funcionários do Estado. Isto por um lado. Depois o industrializar de toda a agricultura. Mais adubo, mais máquinas, mais tratores. Não há aqui nenhuma agroecologia, nem lá perto, antes pelo contrário.

> O espírito de estar informado, de participar naquilo que lhes diz respeito, e isso coube ao 25 de Abril e à agitação popular.

A reforma agrária era um impulso à industrialização da agricultura portuguesa, pelo menos aqui no Alentejo».

«Isto está tudo cheio de contradições. Tínhamos um país em que a maior parte das pessoas eram analfabetas; há um país no Norte que é extremamente conservador, controlado pelos caciques que depois do 25 de Abril continuam a ser os mesmos; em 1975 começam a existir os retornados, os portugueses que retornam da ex-colónias… Tudo isto é uma amálgama de contradições, com uma esquerda que ainda por cima sonha em ter um exército revolucionário, quando os militares obedecem mais à disciplina e à profissão, como ficou demonstrado no próprio dia 25 de novembro».

«Mas no meio destas contradições todas há um movimento social espontâneo que nasce no próprio dia do 25 de Abril, sem dúvida, e que vai ainda permanecer até 1980. Em Portugal demoraram uns dez anos a estabilizar essa agitação. Com a CEE depois ficou tudo mais seguro, mas demorou um tempo. Em 1980 ainda tens o jornal A Batalha a apelar à revolução social».

O que ninguém contesta é que «a politização, se assim quisermos chamar, a consciência da exploração vai sendo ganha muito rapidamente logo nos primeiros meses do 25 de Abril, com as contradições e os seus quês». De volta ao liceu de Leiria, José Tavares regista que «no dia 26 de abril, passei pela minha turma muito rapidamente, e com ajuda de um professor católico progressista fizemos no quadro a composição da assembleia da república francesa para explicar o que era esquerda, direita, centro, porque o pessoal não tinha nenhuma consciência do que era um partido político, uma assembleia da república em regime de democracia parlamentar ou outras possibilidades». E que «um mês depois quando voltei outra vez à minha turma, porque, entretanto, estive muito envolvido em mil e uma coisas, já sabia tudo de Marx, Lenine… isto é tinham ouvido falar e lido rapidamente uma serie de livros. Tudo isso é muito rápido. Eu próprio em seis meses mudei de opinião política, no sentido da luta contra o Estado e o capital, e não a política entendida como o exercício do poder, ou a oposição a esse poder para ir para o poder. Claro que nesse processo de conciliação que é rápido, não significa que as pessoas tenham aprofundado os princípios que abraçaram. As pessoas punham-se a falar de Lenine ou de Marx, mesmo não sabendo bem o que eles tinham dito e feito. Mas há uma coisa que existe que é o espírito de estar informado, de participar naquilo que lhes diz respeito, e isso coube ao 25 de Abril e à agitação popular que acompanhou o golpe militar dos capitães, que depois passou imediatamente para os generais».

Para um jovem jogava-se igualmente uma mudança de valores numa sociedade portuguesa conservadora. «Isso estava presente, mas isso não quer dizer que as pessoas fossem capazes de abandonar hábitos e costumes que estavam arreigados há séculos. Agora que houve sem dúvida nenhuma uma busca para discutir tudo e mais alguma coisa. Se houve um dia em Portugal que isso foi posto em prática foi nos primeiros meses da Abrilada».

Startups: não é um ecossistema, é uma plantação

O «ecossistema das startups» ou o «ecossistema da inovação» é uma metáfora que, tal como o capitalismo verde, cheira a esturro.

L. SILVA
ILUSTRAÇÃO ANTÓNIO CATARINO

A Lisboa de Carlos Moedas, que no ano passado lançou a Fábrica de Unicórnios e o *Hub* Criativo do Beato, vai acumular o título europeu de *Innovation Capital* em 2024. Finalmente, a campanha de marketing da cidade, comparável à de Rui Rio na cidade do Porto (com a campanha porto., ou morto., como preferem os habitantes), chegou a um veredicto final: Lisboa vai chamar-se «Unicorn Capital. (ponto)». À cidade já moldada pelo turismo e pela especulação imobiliária junta-se agora um fluxo migratório de especialistas tecnológicos para secretariar a transição digital.

Se quisermos comparar uma economia a um ecossistema, teremos de a imaginar sem adubos artificiais nem rega intensiva, e o resultado não terá monopólios, seguros ou benefícios fiscais. O sector da inovação digital é, por isso, melhor retratado como uma plantação intensiva, como já foi sugerido[1]. Com isso em mente, estas são algumas notas sobre a plantação digital.

O negócio da residência e cidadania

Comecemos pela venda de autorizações de residência para atrair capital, de que é exemplo o visto *gold*. Na sua primeira fase, de 2012 a 2021, o investimento estrangeiro não-europeu transfigurou Lisboa em troca da livre circulação no espaço Schengen. Em 2021, o governo alterou o regime e empurrou os investimentos elegíveis para vistos *gold* para zonas de baixa densidade populacional, o que fez disparar a especulação na costa atlântica, de Tróia a Melides, e na Madeira. Mas continuou a ser elegível o investimento imobiliário em Lisboa, desde que realizado em imóveis comerciais. No novo regime, o visto *gold* ficou também acessível a quem ponha o seu capital em fundos de investimento destinados à inovação, onde o retorno pode ser bastante mais elevado, e os impostos muito mais baixos, do que no sector imobiliário. Em 2022, aparece também o visto para nómadas digitais, acessível a pessoas não-europeias com um rendimento mensal equivalente a quatro salários mínimos.

Esta é uma tendência que se está a tornar comum na Europa: a venda de autorizações de residência, com possibilidade futura de adquirir cidadania, que usa como critério o poder de compra ou de investimento do migrante. É um negócio que está à disposição exclusiva dos Estados e que é usado como forma de engrossar os indicadores económicos domésticos. Mas é também um negócio que coloca os Estados numa competição internacional pela atracção de capital estrangeiro, oferecendo em troca uma autorização de residência e, mais valioso ainda, um livre passe de circulação na «Europa fortaleza». No contexto mais alargado da política migratória, estes vistos financeirizam os fluxos migratórios – uns declarados como receita, outros como custo. O que é de assinalar é a submissão progressiva da política migratória europeia a esta lógica, restringindo a solidariedade àqueles que consigam pagar os custos do seu acolhimento. Em países como a Holanda, a Noruega ou o Reino Unido, as políticas de migração destinadas à reunião de familiares já dependem da comprovação de rendimentos dos requerentes, e na Alemanha o asilo político depende do cumprimento de critérios de auto-suficiência financeira[2].

> A Câmara Municipal de Lisboa iniciou o desenho de um novo mapa para a cidade, onde aparecem agora «distritos de inovação».

O planeamento urbano

Com as alterações feitas em 2021 aos vistos *gold*, disparou o número de novos escritórios e sedes comerciais, pólos tecnológicos, *coworks* e *hubs* em Lisboa. Simultaneamente, a Câmara Municipal de Lisboa (CML) iniciou o desenho de um novo mapa para a cidade, onde aparecem agora «distritos de inovação». Seguindo a tradição dos distritos financeiros que marcaram as grandes cidades mundiais nas últimas décadas, o planeamento urbano municipal elegeu Alvalade como distrito da Web3 e da Inteligência Artificial, e Saldanha como distrito da Indústria dos Jogos. A acompanhar o investimento camarário estão empresas norte-americanas, como a Microsoft e a Fortis Games. Ainda na calha está o distrito da XR (realidade aumentada), com investimento da NOS mas ainda sem localização anunciada.

Os «distritos de inovação» são anunciados como uma estratégia encabeçada pela Fábrica de Unicórnios, um projecto da própria CML, lançado no Beato. O Beato era, até há pouco tempo, a única zona ribeirinha, de Belém ao Parque das Nações, que faltava «qualificar». Fica entre Santa Apolónia e o Parque das Nações – construído a propósito da Expo 98 e que se mantém como um enclave das classes altas –, e ocupa precisamente o trajecto que liga o centro da cidade à Web Summit. Esta zona foi ocupada a partir do século XII por conventos e palácios onde a aristocracia passava as férias de Verão. Foi nestas propriedades que nasceram as primeiras indústrias e, no século XIX, a industrialização da zona do Beato atingiu o seu auge – ali funcionaram empresas de vinhos, fábricas de sabões, borracha e fósforos, e importantes complexos bélicos como a Fábrica de Manutenção Militar (Beato), a Fábrica da Pólvora (Chelas) e a Fábrica de Material de Guerra (Braço de Prata). Com a desindustrialização da zona, o abandono das fábricas e a desvalorização das propriedades, a zona oriental de Lisboa ficou pronta a gentrificar.

Foi a própria CML que comprou ao governo uma cedência de utilização da antiga Fábrica de Manutenção Militar do Beato para a transformar no *Hub* Criativo do Beato (HCB). Os vários edifícios do HCB serão recuperados através de parcerias público-privadas. Aí já está em funcionamento a Fábrica de Unicórnios, um projecto de apoio a empresas já estabelecidas (*scaleups*, ao contrário das *startups*) que possam vir a tornar-se bilionárias (unicórnios). Com o HCB, a Câmara quer copiar a receita de outros pólos tecnológicos europeus, que tendem a concentrar no mesmo espaço escritórios para empresas de diferentes dimensões, alojamento, restaurantes e eventos culturais. Esta receita reflecte a progressiva sobreposição entre vida profissional e pessoal, de que dependem novas formas de extracção de valor. Mas reflecte também uma sobreposição entre negócios e informalidade, criando espaços de intimidade entre empresas que, até aqui, eram geralmente censurados pela opinião pública e que, por isso, estavam reservados a escritórios à porta fechada, campos de golfe e clubes privados.

> Com as alterações feitas em 2021 aos vistos *gold*, disparou o número de novos escritórios e sedes comerciais, pólos tecnológicos, *coworks* e *hubs* em Lisboa.

O capital de risco

A grande transformação que parece caracterizar o sector da inovação é o lugar central assumido pelo capital de risco – capital dedicado a investimentos mais arriscados, como é o caso

Em poucos anos, as *startups* tornaram-se um activo financeiro favorito nos portfolios privados.

da inovação. Os Estados e os bancos também têm os seus próprios fundos de capital de risco, mas sem comparação com o capital disponível na «banca-sombra» – instituições financeiras e fundos de investimento que trabalham com capital privado, com menor supervisão regulatória e uma cultura de risco mais exótica. É por isso que a recente política europeia decreta o capital privado como única solução para a transição verde e para a transição digital. Para domesticar o capital privado, a Europa e os seus Estados-membros têm criado incentivos ao investimento em inovação, que o torna mais lucrativo do que o investimento noutros sectores. Em poucos anos, as *startups* tornaram-se um activo financeiro favorito nos portfolios privados. Mas, tal como acontece com os activos imobiliários, a substância é irrelevante; o que interessa é a janela de valorização que pode acontecer entre a compra e a venda. Em Portugal, os benefícios fiscais ao investimento privado em Investigação e Desenvolvimento (I&D) são dos mais atractivos na Europa. Entre 2017 e 2021, o capital privado metido em fundos de investimento portugueses dedicados a I&D ultrapassou um bilião de euros e beneficiou de um desconto fiscal de 82,5%. Isto significa que quem investiu 100 mil euros num fundo, conseguiu, no ano seguinte, beneficiar de uma isenção fiscal equivalente a 82,5 mil euros. Significa também que o «risco» foi efectivamente transferido para o cofre nacional.

Os clientes

O que acontece aos produtos ou serviços que saem das *startups*? A maior parte são vendidos a empresas «maduras», ou convencionais. Estas gastariam mais dinheiro a desenvolver novos produtos *in-house* do que gastam a comprá-los já feitos. São elas as grandes beneficiárias de um sistema de inovação que se financia publicamente a montante para ser depois absorvido pelo sector empresarial, a jusante. A esmagadora maioria será vendida no estrangeiro, sobretudo no mercado americano. No mercado português, os clientes são os gigantes empresariais do costume. Se olharmos para os parceiros oficiais das incubadoras em Lisboa, encontraremos a Fidelidade, a Galp, a Repsol, o BPI, a SONAE ou a Mota-Engil. É aí que iremos encontrar, finalmente, a inovação – *chatbots* de atendimento ao cliente, ferramentas de análise e tratamento de dados, automatização de procedimentos, sistemas de pagamento digital e sistemas de autenticação de identidade. Ao mesmo tempo, a participação destas empresas em fundos de investimento em inovação permite-lhes ser, duplamente, investidoras e clientes. A SONAE, por exemplo, tem o seu próprio fundo de capital de risco, a Bright Pixel Capital, com 57 *startups* em *portfolio*[3].

Quem faz a contabilidade?

Associados a estas incubadoras estão também especialistas legais com perfil internacional – a Morais Leitão, a CCA, a KPMG, a Deloitte ou a PwC. Ao contrário do contabilista de bairro, os advogados e consultores financeiros sabem mover-se entre diferentes jurisdições e o serviço que prestam é o de reduzir os custos ao seu cliente, o que compreensivelmente equivale a alguma forma, mais ou menos *soft*, de evasão fiscal. Os mercados internacionais não diminuem a importância dos Estados: pelo contrário, eles interagem mais, e não menos, com diferentes sistemas legais através de arbitragem regulatória: sede fiscal na Irlanda, sede de operações comerciais na Suíça ou no Luxemburgo, e um rol de outras subsidiárias em diferentes países, incluindo territórios *offshore*. Através de estruturas complexas, as empresas podem transferir activos líquidos e ilíquidos entre diferentes subsidiárias para os proteger do fisco e de credores. Estas práticas são a espinha dorsal da vida internacional das empresas e, conforme foi revelado pelos Panamá ou Pandora Papers, a burocracia está a cargo de advogados e consultores da Deloitte, PwC, Ernst & Young e KPMG, conhecidas como *the big four*, e responsáveis pela maior fatia de capital metido até hoje em territórios *offshore*[4].

Quais ecossistemas?

A metáfora da plantação capta o fenómeno de economias mantidas a esteróides. Mas capta também a lógica da exploração do trabalho. As grandes plataformas digitais, tal como a agricultura intensiva, dependem de um contingente de trabalhadores pobres, muitos deles migrantes desprotegidos, de que são exemplo imediato os piquetes da Glovo ou da Uber. Fosse este um ecossistema e o grande unicórnio em esteróides, como uma orquídea de interior, já teria sido tomado pelas silvas.

NOTAS

1 Maria Farrell, no texto «Your Platform Is Not an Ecosystem», publicado em 2022 em http://crookedtimber.org.

2 Christian Joppke, sociólogo, chama a isto «nacionalismo neoliberal», num artigo publicado em 2024.

3 Ver http://brpx.com.

4 Também conhecida como a «indústria de defesa do capital». Ver, por exemplo, os vários estudos feitos por Javier Garcia-Bernardo.

Crise Climática - Transição Energética?

Ana Farias

GASTÃO DE LIZ

Na cimeira do clima das Nações Unidas realizada no Dubai, em Dezembro passado, os 133 países reunidos fixaram objectivos: triplicar a capacidade de renováveis, duplicar a eficácia energética. Discutiram ainda a «transição justa» e afirmaram a urgência em pôr em prática a «transição energética». Prontamente, o crescimento será sustentável ou mesmo verde. As energias fósseis tão sujas vão dar lugar às energias renováveis tão limpas.

Infelizmente não é caso para ficarmos satisfeitos. Uma vez que este tipo de ecologia está muito longe de ser fundamental, vital e indispensável para antecipar os choques sistemáticos que aí vêm e ultrapassar o enorme desafio do nosso tempo. É uma ecologia superficial, banal, que chegou ao Poder, impedindo toda a reflexão sobre as causas do desastre e, assim, de toda a possibilidade de saída.

Os seus defensores são obstinados climáticos, estão encadeados pelo aquecimento e anestesiados pelo «conforto» artificial em que sobrevivemos. Ingenuamente, muitos pensam mudar o actual sistema dominante prometendo falsas soluções e negligenciando os perigos inegáveis, os riscos permanentes claramente ligados à desconjuntura da nossa civilização tecno-industrial.

No decorrer da nossa história da energia, directamente ligada à história da concentração do Poder, constatamos que as energias fósseis não foram substituídas mas, isso sim, adicionadas umas às outras. Tal como a energia nuclear foi adicionada. Mas é de realçar que reduzir toda a questão do mal e das dores do mundo à exclusividade da energia é, pese a sua importância, limitativo. As pessoas, particularmente os eco-betinhos, podem ser seduzidos por estas propostas que aparentam ir na direcção certa, sem todavia colocarem em questão o seu modo de vida. Incentivados pela propaganda agressiva dos meios de formação de massas às «boas práticas ambientais», aos eco-gestos, fechar bem as torneiras, desligar fichas eléctricas, etc. e tal, convertem-se em micro-gestores do ambiente por via da transferência da responsabilidade e da culpabilidade do desastre para os indivíduos. Toda a acção um pouco mais audaciosa e radical (por exemplo renegarem a «carreira» em empresas responsáveis por actos claramente nocivos e produtores de estragos: química industrial, energia fóssil, extractivismo, destruição de eco-sistemas, armamento, produção de *gadgets*, ...) parece-lhes irrealista e mesmo bastante arriscado. Preferem trabalhar nessas áreas para acumular dinheiro e atingir a reforma, estado que consideram o momento da «libertação» e de uma «nova vida».

Não, o clima não é o combate certo. Longe de ser a causa principal da grave alteração do nosso planeta, é o sintoma do trabalho de destruição massiva do vivente. De facto, o produtivismo capitalista implica a destruição sistemática das formas de vida e da relação com a natureza, as quais não são úteis ao seu funcionamento, não dão lucros e entravam a sua expansão. Nenhum lugar do mundo está protegido do sistema tecno-industrial e mercantil. A nossa situação actual não necessita, pois, do clima para ser catastrófica. Não, a emergência não é climática: é ecológica, entre o ser humano e a tecno-indústria, e é sistémica.

As condições de habitabilidade do planeta estão ameaçadas e a vida sobre a Terra em perigo. Há já 50 anos que a nossa pegada ecológica ultrapassou todos os limites de sustentabilidade da nossa Gaia e, em lugar de abrandar para amortecer o choque previsível, aceleramos para uma situação caótica irrevogável. A nossa civilização não precisa, de todo, do clima para viver uma ruína dramática. Não, a «transição energética», ou «transição justa» (toda a transição requer uma «novilíngua»), não é solução. Na realidade, ela nunca existiu, uma vez que as energias nunca se substituíram umas às outras, as energias adicionam-se.

A transição requer tempo. Ora tempo é o que nos falta. A tomada de consciência dos mecanismos de exploração e de opressão, de pilhagem e de destruição essenciais para manter a nossa definição de conforto, abre a possibilidade de iniciar a recusa, a desobediência, a sabotagem, a deserção, a insurgência. Necessitamos hoje de uma revolução audaciosa e não de uma piedosa transição puramente energética.

> A emergência não é climática: é ecológica, entre o ser humano e a tecno-indústria, e é sistémica

É também impossível 100% de energias renováveis em 2035/2040. Impossível e insustentável. Impossível, uma vez que é necessário petróleo, gás para produzir viaturas eléctricas, eólicas, painéis solares e poluir as águas e os solos para extrair os minerais indispensáveis à sua produção. E o petróleo vai acabar em breve (segundo a Agência Internacional de Energia, o pico do petróleo – convencional e não convencional – será atingido em 2050. O pico é o momento onde o débito de extracção atinge o cimo antes de descer inexoravelmente). Não é sustentável, uma vez que não existe nenhuma energia limpa.

Enfim, o crescimento dito verde é uma fantochada. Todo o crescimento é por essência extractivista, produtivista, consumista, dissipador e, logo, profundamente destruidor dos eco-sistemas.

Neco

NADA PÁRA O PROGRESSO

Diga adeus a ser pobre

Como preclaramente revelou Alberto Pimenta, «hoje graças ao progresso já não é verdade que a pobreza seja uma doença incurável». E agora, com a Inteligência Artificial, ainda menos. Com efeito, a IA tem vindo a conceber, por enquanto num robusto modo experimental, vários menus superinteligentes a partir dos quais qualquer pessoa pobre pode passar dessa pouco invejável condição-de-existência à condição de rico. Por motivos de segurança militar e psiquiátrica, os processos metafórico-protésicos em que essa impressiva inovação & desenvolvimento irá realizar-se ainda não podem ser divulgados, mantendo-se, por conseguinte, liminarmente desconhecidos, mas sabemos de fonte segura que há já uma cadeia de laboratórios de pontimola a trabalhar sem interrupção, em três turnos diários, sobre modelos operativos cuja aplicação formal poderá vir a ser calendarizada, após cerimónias tecnológicas antecipadamente designadas gis (*God Is Great*).

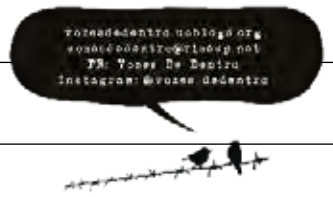
IA vai acabar com a guerra

Uma questão particularmente sensível e que está a criar enormes expectativas no mundo terrestre é a de um novo relacionamento da Inteligência Artificial com a guerra. Até agora, como sabemos, a IA tem contribuído de forma essencial e decisiva para um mais sofisticado apetrechamento dos exércitos (de terra, mar e ar), induzindo o vasto incremento industrial de armamento bélico capaz de abater soldados, civis e figuras colaterais em grande número, a enormes distâncias e do modo mais eficaz. Entretanto, no decurso da própria e avançada evolução da hipertecnologia em processo constante de arrebatamento, surgiu no interior da indústria bélica – uma das mais importantes do mundo – um movimento de tecnólogos de cariz niilista-industrioso que pretende criar condições para acabar com a guerra da forma como esta continua a ser praticada. A sua ideia central é a de que o material bélico (que deve continuar a ser fabricado, mantendo assim o seu superior financiamento e respectivos benefícios) expluda antes de ser aplicado no campo de batalha, em terrenos estrategicamente desenhados para o efeito, os quais, em si mesmos, deverão fomentar novas e altíssimas possibilidades de criação destrutiva industrial, como legitimamente reclama o necessário crescimento da economia, que não pode parar. Estas construtivas promessas levam-nos desde já a ficar muito atentos ao prometedor progresso deste incisivo sector da produtividade.

Influênceres

Devido ao facto de os e as influênceres (não se deve dizer *influenciadores*, porque é português e por isso não tem estilo) constituírem já uma avultada multidão de indivíduos e indivíduas, estão a ser criadas organizações profissionais segundo os ramos e as especificidades de influenciação. Estas organizações destinam-se a orientar, não só os e as influênceres, mas também os muitos e muitas seguidoras, que sem isso correm o risco de se perder no magma que estas pessoas passaram a constituir no panorama nacional. Um primeiro congresso português deverá realizar-se a breve trecho (não se conhece ainda a localização) para discutir, entre outras coisas de magna importância, as diversas áreas de influência a partilhar, bem como os média onde cada qual poderá implantar a sua particular influência, num mercado que desde já se adivinha agressivamente competitivo.

Do nosso correspondente espacial em Bardinhos de Baixo, Júlio Henriques



Mais do que estruturas de «re-integração», as prisões são locais de repressão pura e dura, onde a dignidade humana fica à porta e o poder discricionário dos guardas é lei. Estas são cartas de pessoas que o Estado enviou para longe da vista, são vozes de lá de dentro para que, cá fora, saibamos melhor o que significa na prática estar presa. E também para que, dessa forma, a solidariedade tenha bases sólidas para se construir.

Prisão Suicida Santa Cruz do Bispo

Tivemos aqui em esta prisão, uma inundação, isto parecia um tsunami, às 6 da madrugada, ninguem dormiu, logo ficámos 4 dias sem água quente com as temperaturas negativas e não temos aquecimento, as celas parecem arcas congeladoras, os colchões ficam húmidos, as celas estão em mau estado, têm carocho, humidade, pelas manhãs ao levantar-nos, vamos vestir-nos a roupa, e está húmida. No dia 24 de Dezembro, nos deram um bocadinho de bacalhau mal se via, e ainda por cima está cru, as batatas duras como as pedras, o repolho que não é repolho, são talos que nos dão tambem crus, no dia 25 uma comida normal croquetes queimados. Prisão mal tratada e quem sofre as consequências somos nós. Pagamos por tudo, nós somos as culpadas de tudo. Falas com respeito às guardas prisionais, e elas respondem mal. são minhas inimigas, elas são as que nos fecham e nos participam, por nada, não podemos ter um par de meias na janela, a secar, que já te ameaçam por uma participação. Nos avisam uma vez, se não tiramos já estão a participar. Quando vêm a trabalhar, e se vêm mal dispostas quem PAGA somos nós, aqui se PASSA MAL nas prisões temos que levar com as guardas que vêm enjoadas, e claro quem quer sair de aqui calamos, pra irmos embora o antes possível daqui. Que parece que estamos no cativeiro. Estou farta de sofrer por um furto simples, estou na cana.

Beijos as pessoas que publicão isto NA CANA levamos também com nossas inimigas as guardas prisionais.

Beijo pra quem lê este.

Prisão do Mondego

Somos 45 reclusas. Eu estou em uma camarata de 3 metros quadrados, e estamos 5 reclusas, não nos podemos quase mexer, e para passar, temos que encolher-nos pra outra colega passar, logo, a janela, tem como uma persiana de ferros com buraquinhos pequeninos que nem um mosquito passa. Algumas camaratas com 5 metros quadrados estão 6 e 7 colegas, estamos abafadas, tivemos aqui todas doentes com dores de cabeça constipadas, e nós pedimos medicação pra as dores e recusaram dar-nos, tivemos 4 dias doentes sem dar-nos nem um paracetamol. E como sempre, pedimos um pãozinho pra trazer pra cela, não nos deixam, nem fruta. Jantamos às 17.30h. Nos fecham às 19h, sem dar-nos um pão. Eu cheguei a deitar-me com fome, e comecei a churar, aqui quem não tem ajuda de familiares passamos fome, uma delas sou eu. A comida, e o frango, peixe o vamos a abrir para comer e deita um cheiro esquisito, com esse cheiro, não o comemos, pedimos pão, a respostas das guardas - Não. Eu não tenho ajuda de ninguém: e peço um kit higienico dão em uma garrafa de água pequena champô o mesmo em garrafa pequena de gel pra 2 meses.

Logo nos dão pensos higiénicos 1 pacote de 10 unidades pra 2 meses, isto é uma tristeza pobreza... As guardas "não todas", só sabem gritar-nos e mandar... claro como não podem mandar nas suas casas. Aqui na prisão a gritar-nos ameaçar-nos com participações... escrevemos ao diretor, ele não põe aqui os pés nem nos recebe, ao menos pra falar com nós as que não temos apoio familiar aqui ficamos abandonadas... sem notícias sem uma encomenda, de comer ou roupa.

Eu quero agradecer o que me mandaram [...] quando me deram a encomenda de comer, fiz uma sandes, nem mastigaba, engolia. Com a fominha que tinha. Aqui nos tratam como se fossemos bichos raros. Estamos a rir ou a brincar a cantar, nos mandam calar, não podemos fazer NADA.

Aqui não estamos presas estamos no cativeiro, isto só dá pra chorar, ficar com depressão, nos tratam muito mal e algumas das guardas alcoolizadas e vêem-nos a gritar e têm falta de consideração sempre temos que levar com elas, isto é um pesadelo.

Um beijo pra quem está na mesma situação que eu. Ânimo e Forças.

Liberdade

Sou apenas uma mulher.

Uma mulher pequenina, dentro de uma prisão em Portugal.

Vejo as grades e não as compreendo.

Sei apenas que é noite porque vejo escurecer, vi que amanheceu porque as agentes prisionais abriram as portas.

Como poderia compreender-te Liberdade?

É muito difícil.

Passo a mão na minha cabeça que vai embranquecendo, o rosto denuncia esta experiência, a mão escreveu tanto, a boca gritou demasiado, os olhos lagrimejaram e calam-se ai Liberdade só suspiro, suspiro brando e angustiante só quem tá aqui sabe o que acontece.

Lembro algumas mulheres que me acompanhavam e hoje já não acompanham mais, pois não puderam ter a Liberdade a não ser a Liberdade eterna, pois a prisão lhes tirou o bem mais precioso, a vida.

Meus passos urgentes ressoam no corredor ressoam em mim, pisada por todos, como sorrir, como pedir que sejamos felizes? Sou apenas uma mulher pequenina na prisão de Tires suplicando pela Liberdade...

De autoria de (...) Feito dentro da prisão!

Eu grito Liberdade dentro de mim porque sou mãe, filha, mulher num mundo ainda machista cheio de ódio e preconceito.

Num mundo onde já nascemos doentes psicologicamente, da guerra, da fome da pobreza e da falta de oportunidade onde só os fortes sobrevivem. Eu sou (...) uma reclusa que nunca me calarei pelo horror que passo aqui na prisão.

Espero que meu grito chegue um dia mesmo que aqui não esteja mais.

Maciço de luz: aí cheguei

Eugenio Castro

Maciço de luz:
aí cheguei.

A erosão molda a fábula do lugar.
A rocha dá voz ao mar profundo.
Eco em que se abismam o verbo
e a sua sombra.

Rumor arcano
a semear um futuro denso.

* * *

Cada pedra é uma distância consumada.
O próprio tempo a afirmar-se na desprotecção.

Cada pedra cimenta um acontecer
e disposta em círculos encerra-o.

Que exactidão!

No seu raio o homem expõe-se
à sua própria evaporação.
Desejaria integrar-se na aura da pedra,
às vezes visível pela
duríssima queimadura do sol.

* * *

Guardar sempre nos olhos
a idade do oceano e o seu excesso de luz,
e o seu repouso que no ar abre uma fenda
para que os mortos comuniquem em voz alta.

E nesse trecho que ao medo une o fascínio,
em segredo desfrutar a sombra do rochedo,
restituir como incorrigível estreia
um encantamento de vida milenar.

Traduzido do livro de Eugenio Castro, *El gran boscoso ...es eso*
(Editorial La Torre Magnética, Madrid, 2017) Tradução de Júlio Henriques

Faleceu prematuramente, em 2 de Março, o companheiro espanhol Eugenio Castro (1959-2024), a quem nos ligavam fraternos laços de amizade. Co-fundador do Grupo Surrealista de Madrid e da sua revista *Salamandra*, que se propôs a «reencantar o mundo», foi um dos principais responsáveis pelo ressurgimento do surrealismo em Espanha nos anos 1970-80. Poeta, prosador, ensaísta, fotógrafo, *performer*, activista, Eugenio Castro mantinha há muitos anos uma sensível ligação com Portugal, designadamente através de Mário Cesariny, Ernesto Sampaio, António Cândido Franco, entre outros. Grande caminhante, dedicou belas páginas e imagens à cidade do Porto. Mais recentemente, participou com entusiasmo nos Encontros dos Bardinhos (Portalegre) da Revista *Flauta de Luz*, onde esperávamos voltar a recebê-lo. Não pudemos concretizar em sua vida uma sua insistente proposta, o encontro no Porto, na associação Gato Vadio, das revistas fraternas *Salamandra*, *A Ideia* e *Flauta de Luz* (colaborou nestas duas), de que deveria nascer uma colaboração mais estreita entre companheiros de Portugal e de Espanha. Tradutor (também de Ernesto Sampaio e António José Forte), Eugenio estava ultimamente a trabalhar na tradução da poesia de Luiza Neto Jorge. [J.H.]

Hei de cantar, hei de rir

GUILHERME MALAQUIAS
ILUSTRAÇÃO CATARINA LEAL

Muitas vezes, ao olhar o mundo em que estou inserido, pergunto-me onde está a alegria de viver. Concluindo que não está, tento perceber porquê. Parece-me que ela não é configurada pela sociedade contemporânea e penso em duas razões para tal.

A primeira razão que encontro para a alegria de viver estar ausente é ela ser gratuita. Se a sociedade está a ser redesenhada para servir integralmente os interesses económicos de corporações e multinacionais, que ao presente já estão no comando, não é de esperar que um tipo de experiência que não pode ser capitalizado seja encorajado.

Afastando os corações de uma experiência deslumbrante e gratuita como a alegria, a sociedade, por meio dos agentes que a usurparam, tem orientado as mentes para a valorização de outras experiências, essas, sim, bem rentáveis. A promessa de prazer ou conforto perpassa as massivas campanhas de publicidade a que somos sujeitos diariamente, mas a chave está na deificação destas duas experiências, que já conseguiram estabelecer-se no senso comum como o que se procura na vida. Nele também se impõe, muito convenientemente, o sentido da sobrevivência individual, que só como paradoxo pode constituir o paradigma de uma sociedade. Para o legitimar, recorre-se a uma ideologia científica que equipara as pessoas aos animais e estende a primazia do egoísmo à espécie humana, ainda que nem nas restantes espécies se verifique de forma linear.

Identifico a alegria de viver como o sentimento de encontrar lugar na família humana e, com ele, um propósito autossuficiente em ser a minha pessoa. É, na verdade, uma coisa muito elementar, mas que só é possível num contexto em que a palavra «comunidade» esteja viva. Num contexto em que predomina a desunião e que, inclusivamente, não permite viver de outro modo que não o individualista, este sentimento escasseia. Parece-me óbvio que viver pela sobrevivência individual não pode trazer alegria a ninguém, muito menos quando se é chamado a competir por ela.

Até ao dia de hoje tive uma e uma só experiência concreta da alegria de viver. Foi a de ter ouvido e dançado no Minho uma canção popular chamada «O Rapaz do Casaquito». Gostava de narrar brevemente o acontecimento. Visitava sozinho uma vila minhota, passeando ao acaso pelas ruas, quando me prendeu a atenção um rufar de tambores vindo não sabia de onde: *tum, tum-tum-tum* / *tum, tum-tum-tum*. Percorri umas ruas em direção ao som e vim a descobri-lo debaixo das árvores de um jardim, onde algumas pessoas rodeavam um grupo de música. Os tambores eram, afinal, um enorme bombo que um dos elementos trazia pendurado ao pescoço. Mais instrumentos soavam agora. Um cavaquinho criava uma melodia que parecia feita de cristal e várias violas acompanhavam. Entretanto, um coro de raparigas começou a cantar. Nem de propósito, lembro-me de que iniciou assim: *hei de cantar, hei de rir* / *hei de ser muito alegre*. Mais discreta, uma rapariga do coro também tocava ferrinhos. À volta do grupo, as pessoas celebravam a música dançando em conjunto. A alegria era contagiante e fazia-me querer fazer parte dela. E fiz.

Nada do que se possa vender me poderá proporcionar o que este fenómeno gratuito me proporcionou. Sei a sorte que tive, uma vez que o hábito das pessoas se reunirem espontaneamente para tocar, cantar e dançar está quase extinto. E não é o único nessa condição. As práticas culturais são hoje uma espécie ameaçada devido a uma razia que as levou não só do quotidiano como da memória coletiva. De facto, a única etnografia que daria para fazer na nossa época é a de práticas de consumo.

> A alegria é o maior inimigo do totalitarismo, mais ainda do que o amor.

Este convívio de música popular foi o meio pelo qual experienciei a alegria de viver, mas ele é apenas um entre os inúmeros reflexos de encontro humano que foi preciso perder para abrir caminho ao individualismo, que tem tornado esse sentimento cada vez mais ausente. Ele pode ser encontrado por outros meios para além daquele com que me deparei especificamente, mas sempre humanos. Efetivamente, a única lei que o mercado não consegue contornar é a de que não é possível sentir alegria consumindo um produto ou usando um serviço. Aí só pode haver sensações de prazer ou de conforto, que apenas compensam, e mal, tudo o que nos está a ser negado no campo da alegria.

A determinação com que as grandes empresas tentam demonstrar a positividade do estilo de vida que nos proporcionam sugere-me o pavor que têm de que a humanidade se aperceba de que nunca foi tão triste como na Idade do Ecrã e (re) descubra um «produto» infinitamente superior no que é humano e de graça. Se assim fosse, o que seria da sua gama de produtos e serviços, o que seria delas próprias?

A segunda razão que encontro para a alegria de viver estar ausente é ela ser um obstáculo à instauração de uma ordem omnipotente. Na verdade, creio que esta ausência é já uma conquista que prepara o terreno para a instalação cómoda, sem resistência, de uma sociedade totalitária iminente.

A alegria é o maior inimigo do totalitarismo, mais ainda do que o amor. Porque o amor é individualista e indiferente na sua versão superficial, que julgo ser a maioritária, e isso não o torna perigoso aos olhos do totalitarismo, antes favorável. É bem possível que os nazis também amassem as suas famílias.

Evitando a alegria através da extinção gradual daquilo que a pode transmitir e que sempre radica no encontro humano, tudo começa a ser aceitável. É que a fixação completa deste sentimento implica uma indignação se ele fica subitamente ausente. Assim, na ótica dos arquitetos do controlo mundial, é conveniente que as gerações se habituem a uma nova normalidade construída sobre a desunião, o distanciamento e a robotização das relações humanas e que permaneçam adormecidas com toda uma parafernália de dispositivos que as mantêm no desconhecimento da alegria de viver. Porque o vislumbre de algo tão autêntico como a alegria, que não passa, de todo, por essas coisas, pode ser comprometedor.

Às vezes dou por mim a imaginar que a minha juventude, pelo menos ela, aconteceu num tempo ou num lugar em que existia vida, vida mesmo, não a existência prefabricada a que tenho de chamar «vida». De tanto o imaginar tornou-se quase uma recordação, que me lembra de que já houve um período de vida na minha cronologia, uma espécie de extensão da experiência momentânea que tive no Minho. Por momentos essa pseudorrecordação dá-me força e eu consigo acreditar que também no futuro, quem sabe, numa sociedade livre, hei de cantar, hei de rir, hei de ser muito alegre outra vez.

Urbanismo Feminista
Por uma transformação radical dos espaços de vida

TERESA MAMEDE
PELA BIBLIOTECA INSURGENTE
@BIBLIOTECAINSURGENTE

Neste livro-manifesto – *Urbanismo Feminista. Por una transformación radical de los espacios de vida* – o Col-lectiu Punt 6, uma cooperativa de arquitectas, sociólogas e urbanistas sediadas em Barcelona, desafia-nos a reimaginar o espaço das cidades segundo uma perspectiva feminista.

Partindo de uma tapeçaria que entrelaça várias mulheres com formações diversas, académicas e activistas, de várias partes do mundo, que influenciaram a teoria e a prática do urbanismo feminista e que têm informado e inspirado o seu trabalho, as autoras conduzem-nos na desconstrução do modelo de cidade como o conhecemos e vivemos, desafiando o *status quo* do planeamento urbano.

Uma cidade dispersa e desconexa. Uma cidade disciplinadora, que repete a constante capitalista de procurar produtos estandardizados, totalizadores, replicáveis até ao infinito, independentemente do contexto social, territorial ou temporal. Uma cidade androcêntrica, que coloca a masculinidade hegemónica no centro de todas as coisas. Uma cidade classista e opressora para mulheres, pessoas *queer*, racializadas, migrantes, indígenas ou pessoas com diversidade funcional. Uma cidade assente na dicotomia público-privado, que reproduz e reforça hierarquias e desigualdades, decorrentes da divisão sexual do trabalho, em que o público está profundamente ligado ao produtivo e à masculinidade e o privado representa o reprodutivo e o feminino, situando certas experiências e actividades num espaço e excluindo-as de outro. Uma cidade que nos faz sentir deslocadas, no sítio errado, imputando-nos a nossa própria sensação de insegurança.

Para romper com esta visão estandardizada e com a divisão espacial do público e do privado, o urbanismo feminista evita fórmulas mágicas e propõe-se a definir critérios gerais que podem ser adaptados às características e necessidades de cada território e das pessoas que nele vivem. Para tal, utiliza a vida quotidiana como ferramenta de análise do tempo e do espaço e como metodologia de trabalho, o que permite estabelecer uma continuidade entre as diferentes actividades da vida, evidenciar a distribuição desigual de tarefas e responsabilidades em função do género e reflectir sobre a adaptação dos diferentes espaços urbanos às necessidades do dia-a-dia.

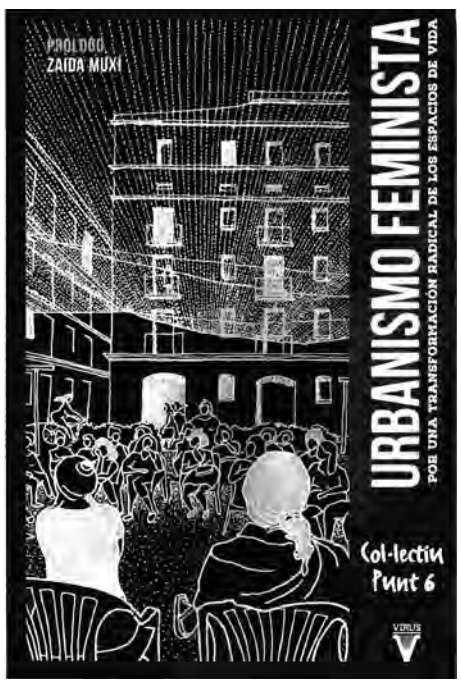
Para além de tomar partido do potencial transformador do quotidiano, o urbanismo feminista está assente em dois pilares fundamentais: a integração de uma perspectiva interseccional e a participação activa e transformadora da comunidade nos processos urbanos.

Uma análise interseccional que exponha as interligações entre as múltiplas fontes de opressão é aquela que possibilita a valorização e visibilização da complexidade da vida quotidiana das pessoas num contexto espacial e histórico determinado.

Com uma crítica desde dentro a uma prática profissional muito baseada em conhecimentos técnicos, que criou realidades urbanas com escassas referências às necessidades da maioria da população, a perspectiva apresentada no livro valoriza e incorpora o conhecimento e as experiências das «pessoas comuns», e sobretudo das mulheres, por serem elas as especialistas dos territórios que habitam, graças às suas duplas e triplas jornadas de trabalho.

O reconhecimento do peso desproporcional que o trabalho reprodutivo representa na vida das mulheres e das necessidades que daí decorrem não pode, contudo, perpetuar estereótipos de género que restrinjam as mulheres ao seu papel de cuidadoras. Incluir as mulheres em processos de planeamento urbano participativo implica também reconceptualizar o seu papel na sociedade, transgredindo os papéis heteropatriarcais de género para promover a capacidade de os questionar.

O urbanismo feminista está assente em dois pilares fundamentais: a integração de uma perspectiva interseccional e a participação activa e transformadora da comunidade nos processos urbanos.



O desenvolvimento de dinâmicas participativas a partir de uma posição transformadora depende de um pluralismo metodológico interdisciplinar e não hierárquico, que rompe com o isolamento a que a arquitectura e o urbanismo têm estado relegados. As autoras propõem metodologias qualitativas inovadoras que permitem traduzir os princípios feministas em acção, colocando a experiência vivida no centro e o corpo como espaço biográfico, de memória, mas também de resistência nas cidades, sobretudo para abordar o tema da violência de género e a percepção de segurança.

A mudança de paradigma proposta em *Urbanismo Feminista* é a da cidade dos cuidados, baseada na sustentabilidade da vida e em oposição radical ao sistema capitalista e patriarcal. Os espaços que respondem às necessidades da vida quotidiana são aqueles que permitem cuidar de nós mesmas e de outras pessoas, que promovem o apoio mútuo e a solidariedade. Precisamos de cidades que rompam com a responsabilidade individual pelo trabalho reprodutivo para começar a construir formas de responsabilidade colectiva. Uma cidade que priorize as relações comunitárias e a convivência entre as pessoas. Uma cidade que recuse visões homogeneizadoras e que tenha em conta as diferenças entre pessoas de acordo com a pluralidade das suas características, mas também a evolução das suas necessidades ao longo do ciclo de vida e a sua relação com o contexto económico, político e social. Uma cidade que rejeite as lógicas punitivistas para lidar com o conflito e reconheça que relações sociais justas no espaço público só podem ser alcançadas com o reconhecimento das diferentes identidades. Uma cidade que reconheça a função social do espaço público e a proximidade como um direito, já que não é possível planear o espaço em função da vida quotidiana sem ter em conta o tempo finito em que todas as actividades podem acontecer. Uma cidade que incorpora a perspectiva ecofeminista, conjugando as questões da crise ambiental com a crise dos cuidados.

Nesta contranarrativa urbana, que recusa protagonismos individuais e dá palco às experiências de urbanismo feminista comunitárias e colectivas, deixamo-nos inspirar pela imaginação radical que propõe transformar as cidades, para transformar tudo.

Uma cópia do livro Urbanismo Feminista. Por una transformación radical de los espacios de vida, de Col·lectiu Punt 6, está disponível para empréstimo na Biblioteca Insurgente, aberta às terças-feiras entre as 16h00 e as 19h00, na Sirigaita, Rua dos Anjos 12/f (Lisboa).

Um saber prospectivo

JÚLIO HENRIQUES

Auto das Águas
Tiago Mesquita Carvalho
Edição da Câmara Municipal de Sintra,
2023, 320 pp.
Na capa: pintura de Miguel Carneiro

Prémio Ferreira de Castro de Ficção Narrativa de 2022 (instituído pela Câmara Municipal de Sintra nos anos 80), *Auto das Águas* é um romance híbrido, de cariz distópico, em que o trabalho ensaístico se mostra relevante. A narrativa situa-se em Lisboa, na viragem do século XXI para o século XXII. Ao longo de décadas, o território de Portugal foi-se desertificando e o país acabou por se reduzir a uma cidade-Estado, Lisboa, que continuou a expandir-se muito para além das periferias nossas conhecidas, deixando mesmo de ser certo que se tratasse da mesma cidade, de que sobretudo persistiu o nome. Foi-se assim unificando «um território de subúrbios compreendido entre as antigas cidades de Santarém, Setúbal e Torres Vedras, e salvo algumas manchas de arvoredo e baldios, quase tudo se especulava como urbanizável», sendo nesta «mole incógnita de gente e de coisas» que se vão sucedendo os acontecimentos relatados, bem como as incisivas e denodadas pesquisas, reflexões, análises e meditações que eles provocam.

Após um longo período de estagnação e irrelevância, a cidade-Estado, no tempo em que o *Auto das Águas* vai descobri-la e expô-la aos nossos olhos, crescia de novo a um ritmo sem precedentes: «A sua localização próxima da orla costeira, somada ao clima ameno e ao número elevado de dias sem nebulosidade, providenciou as condições favoráveis à fixação de um vasto conjunto de instalações que compreendiam viveiros de aquacultura, fábricas de congelação e embalamento de pescado, acomodação maciça de painéis solares para prover energia, bem como estações de dessalinização e de tratamento de águas.» Esse vasto empreendimento foi realizado por um consórcio de capitais brasileiros e angolanos «com interesses internacionais na banca, construção civil e tecnologia de ponta». Para essa iniciativa, surgida, segundo podemos inferir, por volta de 2070, o «preço da mão-de-obra foi crucial». Dos ingredientes oficiais que a favoreceram constaram «a história comum, a irmandade entre povos lusófonos, o retorno do «mar» que une mais do que separa e até a quase extinta língua portuguesa». Mas a verdade prosaica era mais simples: «Obedecendo à sua longa tradição de finisterra, Lisboa habituara-se e até se refinara na vassalagem cabisbaixa que sempre busca as melhores esmolas.» Fazia parte disso a devoradora indústria turística. E todo esse novo impulso empresarial levou a uma intensa procura por mão-de-obra, facilitada pelas vagas de migrantes em constante fuga das suas latitudes de origem, onde grassava a guerra e outras catástrofes se ampliavam. São estes migrantes, designados como *«bárbaros»* (noção não pejorativa), que irão constituir a mais importante personagem colectiva desta obra.

O narrador de todo o texto é um septuagenário erudito, arquivista profissional e historiador das múltiplas memórias e reminiscências do país ainda chamado Portugal, que simultaneamente se revela como um atento observador das grandes perturbações que vinham transformando as raízes desta nação e a projectavam – talvez – para uma mutação demográfica e cultural de que poderia decorrer uma transformação espiritual e, com isso, uma regeneração capaz de fazer dela uma mais completa entidade.

> O povo da mó de baixo que se ocupa de tudo quanto há de mais elementar, indispensável e menosprezado para que a urbe não soçobre.

O livro, dividido em sete capítulos e 170 parágrafos, apresenta-se como um auto (de pura prosa), podendo isso remeter-nos, por sugestão, para Gil Vicente e as inerentes moralidades consubstanciais a este género literário. Com efeito, a personagem colectiva protagonista que vai sobressair na narrativa, dando-lhe uma dimensão extraordinária, são os referidos bárbaros. Estes constituem o povo graças ao qual a cidade consegue subsistir nas suas contraditórias condições, o povo da mó de baixo que se ocupa de tudo quanto há de mais elementar, indispensável e menosprezado para que a urbe não soçobre, limpezas, arranjos, obras, cuidados, manutenções de coisas e de pessoas. Mas são uma gente à parte, algo secreta, com outras culturas e outros cultos, que vive à sua maneira, sobretudo em terrenos baldios, em suas sanzalas e barracos improvisados; que tem o seu próprio modo de ser, milenar ou eterno, exterior às especulativas e estéreis formalizações da política, da história, da literatura ou da filosofia, um povo que se adapta ao mínimo, por saber que isso lhe basta – e querer que assim seja – como ser vivente num presente encarado como circular.

São poucas, neste romance, as personagens individualizadas (três, essenciais, são bárbaros, dois homens e uma mulher). Uma personagem lisboeta, Thomas, amigo e principal interlocutor do narrador, age na narrativa como contraponto ou informação contrária. À medida que o narrador vai travando conhecimento com o mundo paralelo dos bárbaros que habitam Lisboa e a sua empatia aumenta, a ponto de se sentir irmanado com as suas vivências e o seu pensamento, em Thomas, sempre a par disso, crescem os temores e as oposições perante as ideias e a acção do seu amigo. Porque para Thomas e as forças dominantes em Lisboa, os bárbaros, cuja população aumenta em função dos dramas que ocorrem além-mar, são vistos como representantes de perigos e iminentes ameaças, sendo-lhes atribuídos os surtos de criminalidade e violência que abalam a cidade-Estado, sempre em caótica e quase ingovernável expansão.

Thomas começa por admoestar o seu amigo, repreende-o, intimando-o depois a desligar-se por completo das suas relações com os bárbaros, a desdizer o que sobre eles tem escrito e até a desfazer-se desses documentos, que gravemente o incriminam. É inevitável, avisa-o, que a breve trecho as autoridades intervenham com violência, estando há muito planeada uma operação repressiva em que ele próprio será visado. O narrador, pela sua convivência com os bárbaros e o estudo dos seus costumes, não pode acreditar na visão policial que os criminaliza. E esse confronto leva a uma separação definitiva dos dois amigos, erguendo-se entre ambos duas opostas visões do mundo imediato. O narrador sente profundamente que a cidade-Estado de Lisboa é uma metrópole «prestes a ser engolida pelo oceano indomável que está às suas portas e que a purgará em ablução». E pensa que «precisamos dessas águas para renovarmos a nossa imaginação caduca e os nossos hábitos de sentir e pensar». Crê que «a hora está madura para que outros mitos mais antigos e primordiais tomem o lugar» dos «mitos históricos de progresso e emancipação há muito estéreis e gastos». São estas as águas do auto, as águas do «caudal subterrâneo que corre sob a cidade».

Esta obra, que apresenta uma visão de longo curso do que está agora a acontecer à nossa volta e à nossa vista, contrasta fortemente, pela sua qualidade expositiva e linguística (a língua portuguesa é uma das suas actuantes personagens), com a *«literatura comestível»* que parece ter tomado conta dos escaparates e conformado os imaginários. É significativo que lhe tenha sido atribuído o prémio evocador de Ferreira de Castro (ver MAPA nº 39, p. 39), o nosso escritor libertário e universal.

Tiago Mesquita Carvalho, activista, ficcionista e ensaísta, é autor de estudos sobre o impacto de tecnologias no trabalho e no emprego. Investigador do Instituto de Filosofia da Universidade do Porto, é licenciado em Engenharia do Ambiente, mestre em Filosofia da Natureza e do Ambiente e doutorado em Filosofia da Tecnologia.

Quinta dos 7 Nomes

Na margem da Ribeira de Colares, entre a Serra de Sintra e a Praia das Maçãs, está uma cooperativa ecológica «a semear a revolução desde 2007». Começaram 7 cooperantes. Hoje são 700. Aqui, promove-se o consumo e a produção de hortícolas e fruta biológicos, locais, sazonais. Semeia-se espaços onde as famílias podem interagir, dos netos aos avós. Partilha-se ferramentas para a autossustentabilidade da comunidade.

O que é que vos levou a criar a cooperativa em 2007 e continua a ser verdadeiro para vocês hoje?

A cooperativa nasceu de um projeto anterior de produção biológica extensiva, nascido em 1991. Mas tudo o que era produzido era exportado. É que quase não havia mercado para o biológico em Portugal. Era biológico, mas não era ecológico. Então, a Isabel pensou criar um ponto de venda diretamente do produtor. Aí nasceu uma pequena mercearia com sistema de honra, com caixa aberta. E foram esses primeiros clientes que se tornaram os sócios fundadores e em 2007 investiram com a sua joia na criação da cooperativa.

Mais de quinze anos de vida cooperativa significa também reinventar-se. O que foi ficando para trás e que coisas novas surgiram no caminho?

Foram ficando para trás os projetos ambiciosos de produção em massa, de necessidade de lucro e de crescimento desmesurado. Ficou a consciência de que pequeno é bonito, que mais importante do que produzir em massa é apoiar os pequenos produtores locais e capacitar os cooperantes à produção familiar, e que mais importante do que somar é multiplicar-nos – nós continuamos a mesma cooperativa, mas à nossa volta nasceram tantos novos projetos que temos orgulho de termos inspirado.

Quais são atualmente as atividades e os projetos que acontecem na Quinta?

Para além da mercearia, do laboratório de permacultura, onde os sócios têm os seus talhões, e das oficinas, que vão da carpintaria à saboaria, o espaço social para a comunidade é essencial desde que nascemos. E acolher a Boca da Mata, Cantina Social, foi um passo muito bonito nesse sentido.

Qual a importância dos jantares da cantina social, numa zona também ela tão gentrificada?

Mais do que uma cantina social, onde cada um faz parte da refeição de alguma forma, a Boca da Mata oferece uma oportunidade de trabalho com princípios muito éticos e transparentes – os ganhos são todos públicos, os ingredientes são sempre *vegan*, biológicos, locais e com o menor impacto possível para o planeta, e o melhor impacto possível para a comunidade. Por 6€, a cantina democratiza as refeições fora de casa com ingredientes frescos e de qualidade.

Se alguém quisesse levar um cabaz de começo da primavera, o que lhe aconselharias a incluir no cesto? (Para além do novo número do Mapa, claro!)

Há tanta coisa boa a sair na primavera! Para além das alfaces, das acelgas, da salsa e dos coentros, do pepino ou dos pimentos, chegam os morangos e as nêsperas. E são só um prenúncio do que vem no final da primavera. Quando aprendemos a comer local e de época, estamos de facto a investir numa agricultura mais resiliente e sustentável. E isso é revolucionário.

QUINTA DOS 7 NOMES
MORADA AVENIDA DO ATLÂNTICO 107 B,
BANZÃO 2705 - 287 COLARES

Livraria Snob

A Livraria Snob é uma ideia originariamente minhota, mas que acabou por assentar arraiais em Lisboa, onde, para além de ser local de venda de livros, é também editora.

Como surge a Snob em Lisboa? Dizem os mitos urbanos que foi transferida de Guimarães…

É um mito muito enraizado na verdade. A Snob é e será sempre uma livraria vimaranense que, durante uns anos, andou a experimentar outros formatos até cair na Travessa de Santa Quitéria, onde encontrámos um espaço que respondia ao que andávamos à procura. É em Lisboa mas poderia ser em qualquer outra cidade.

Porquê esse nome? Consideram-se uns «gandas snobs»?

O nome tem um misto de provocação e de brincadeira com a origem da palavra Snob, *sine nobilitate*, sem nobreza, sem estatuto.

Sempre que entro no vosso maravilhoso espaço encontro várias pilhas de livros por arrumar, embora já quase não sobre espaço nas estantes. A Snob é um refúgio de acumuladores compulsivos de livros, ou outra coisa qualquer?

Se nos estás a chamar a nós acumuladores compulsivos de livros, não podias estar mais certo. A Snob é um espaço vivo, caótico e sempre em movimento. Como não conseguimos controlar o caos, preferimos dizer que é propositado.

Se alguém entrasse e vos comprasse um MAPA, que livros recomendariam para complementar a leitura?

Dependeria da pessoa que comprava o MAPA. Não há dois leitores do MAPA iguais.

LIVRARIA SNOB
TV. DE SANTA QUITÉRIA 32A,
1250-220 LISBOA

ILUSTRAÇÃO: ALEXANDRE ESGAIO

MAPA: Jornal de Informação Crítica
Número 41
Abril-Junho 2024

Propriedade:
Associação Mapa Crítico
NIPC: 510789013
NIB: 0035 0774 00143959530 98

mapa
Jornal de Informação Crítica

Morada da redacção/editor
Rua principal de Algeruz, CCI 3320
2950-077 Palmela
Correspondência: enviar para morada da redação
Registo ERC: 126329
Diretora: Ana Guerra
m.lima@jornalmapa.pt
Editora: Sandra Faustino
Subdiretor: Pedro Mota
Director adjunto: António Cunha

CC BY

Estatutos editoriais do Jornal MAPA:
https://goo.gl/ZgkQxM

Colaboram no jornal MAPA com Artigos, Investigações, Ilustrações, Fotografias, Design, Paginação, Revisão e Site:
M. Lima*, Filipe Nunes*, Teófilo Fagundes*, Delfim Cadenas*, José Smith Vargas*, Guilherme Luz*, Cláudia Duque*, P.M*, Júlio Silvestre*, Ali Baba*, Inês Rodrigues*, Sandra Faustino*, José Carvalho*, Aurora Santos*, João Vinagre*, Filipe Olival*, Francisco Colaço Pedro*, Sara Moreira*, Catarina Leal*, Ana Farias*, Frederico Lobo*, Garras*, Inês Xavier*, Júlio Henriques, Os Ingovernáveis, Francisco Espada, Emma Andreetti, Vozes de Dentro, Teresa Mamede, Biblioteca/Livraria das Insurgentes, L. Silva, António Luís Catarino, Jorge Valadas, Luís Leitão, Tiago Gil, Pedro Augusto Almeida, Guilherme Malaquias, Margarida Mendes, M. Ricardo de Sousa, Phil Mailer, João Alves, Gastão de Liz, Eugenio Castro, Alexandre Esgaio, Carla Cavalete, André Lemos, Ana Queijo, Ana Afonso, Diana Dionísio, Ricardo Ventura, Pedro Cerejo, Susana Baeta, Mariana Vieira, Sónia Gabriel.
* Colaboradores permanentes / Pensamento, discussão e desenvolvimento do projecto editorial (colectivo editorial)

Periodicidade: trimestral
PVP: 2 euros
Tiragem: 3000 exemplares

Contacto: geral@jornalmapa.pt
Distribuição: distribuicao@jornalmapa.pt
Assinaturas: assinaturas@jornalmapa.pt
Site: www.jornalmapa.pt
Facebook: facebook.com/jornal.mapa
Instagram: @jornalmapa
Telegram: @jornal_mapa
Bandcamp: musicajornalomapa.bandcamp.com

Depósito legal: 357026/13
Tipografia: Funchalense-Empresa gráfica S.A.
Rua Capela Nossa Sra. da Conceição 50, 2715-311 Pêro Pinheiro

Os artigos não assinados são da responsabilidade do colectivo editorial do jornal MAPA. Os restantes, assinados em nome individual ou colectivo, são da exclusiva responsabilidade dos seus autores.

mapa : Jornal de Informação Crítica

ONDE POSSO ENCONTRAR O MAPA?
CONSULTA A LISTA DE DISTRIBUIÇÃO ACTUALIZADA EM:
WWW.JORNALMAPA.PT/DISTRIBUICAO/

NÚMERO 41
ABRIL-JUNHO 2024
3000 EXEMPLARES

O 25 de Abril nasceu em África

Aurora Negra, um colectivo que nasceu pela mão de Cleo Diára, Isabél Zuaa e Nádia Yracema, estreou três espectáculos até à data: *Aurora Negra*, *Cosmos* e *A Missão da Missão*. Neste último, reconstroem histórias sobre a participação das mulheres nas lutas de libertação e independência africanas, e foi esse o mote das nossas perguntas.

ILUSTRAÇÃO **CARLA CAVACALTE @ANIMADISSIMA.COLLAGES**

Quais são as razões para que as mulheres africanas envolvidas nas lutas de libertação permaneçam hoje invisibilizadas, no que diz respeito ao papel que desempenharam nessas lutas e na construção do 25 de Abril?

Se olharmos para a história impressa da humanidade e analisarmos os seus padrões não é só neste contexto que a presença da mulher é invisibilizada, o que nos leva mais uma vez a questões de raiz sobre a sociedade de hegemonia patriarcal em que vivemos até aos dias de hoje, onde esse apagamento é uma constante.

Parece sempre que todas as lutas e revoluções têm apenas o cunho do homem no seu impulsionamento, e que as mulheres são sempre nomeadas de passagem, como se não fossem igualmente fundamentais para qualquer movimento de revolução e emancipação.

É portanto fundamental reconhecer que elas foram parte central da revolução de variadíssimas formas dentro e fora dos campos de batalha.

Se umas espalhavam na clandestinidade a vontade de revolução, outras andavam quilómetros a pé garantindo que o armamento chegava aos lugares onde era preciso reforço logístico, misturando comida e armas numa mesma bacia.

Se umas escreviam relatando em diários a sua luta quotidiana para que houvesse realmente um registo no futuro, outras instruíram crianças e garantiam a alfabetização do país.

Se umas cuidavam dos feridos, outras lutavam activamente nos campos de batalha.

Se umas eram membros fulcrais dos partidos revolucionários recém-formados contribuindo com pensamento e tática para revolução, que muitas infelizmente não presenciaram em vida, outras eram a voz das rádios de difusão de informação...

As mulheres foram e são voz e corpo de toda e qualquer revolução. E quando se diz que o 25 de Abril nasceu em África, queremos dizer que a revolução nasceu dessas mulheres. Das que não são faladas nem lembradas mas que no anonimato tornaram o sonho possível.

É importante salientar que, felizmente, é cada vez maior o trabalho que tem sido efectuado de levantamento e tratamento de informações sobre essas mulheres.

Dessas pesquisas têm surgido teses, livros, entrevistas e histórias recolhidas de familiares e companheiras de luta ainda vivas, bem como fotografias que permitem a construção de um novo arquivo.

Em países como Angola, Moçambique, Cabo-verde, Guiné e São Tomé o dia da mulher está ligado à vida e morte precoce destas mulheres da revolução, coincidindo como forma de homenageá-las e honrá-las, para que jamais sejam invisibilizadas.

O 25 de Abril, por inerência, é uma evocação do anticolonialismo. Por que razão 50 anos não foi o suficiente para decolonizar a história política portuguesa e a sua relação com as pessoas racializadas?

É uma pergunta que deveria ser direcionada também a quem a redigiu.

Isto é: deve ser pensada em conjunto, em sociedade.

Deve ser uma pergunta feita às instituições e órgãos de poder que mesmo apesar da revolução mantiveram as suas estruturas essencialmente racistas num sistema de racismo estrutural encoberto sob um falso manto de liberdade e cravos.

Diz-se que foi uma revolução sem sangue, mas isso é uma grande falácia. De 1961 a 1974-1975 morreram milhares de pessoas, entre civis e soldados nas chamadas «guerras ultramarinas».

É impossível apagar a violência de actos cometidos de forma repetida durante séculos e séculos em 50 anos. Simplesmente não é possível.

A revolução não acontece e transforma o mundo, a revolução deve acontecer todos os dias e esse é o grande ponto.

Como nos desafiamos enquanto sociedade a escolher radicalmente a vivência em liberdade, equidade e justiça todos os dias?!

Como é que em sociedade reconhecemos que o racismo existe e agimos de acordo, desmantelando as redes de poder e opressão que continuam em ação?!

Como é que em sociedade temos a coragem de reconhecer que Portugal ainda é um país racista que tende a romantizar o seu passado sob o falso manto dos cravos da revolução?!

É uma pergunta para quem grita «25 de Abril sempre» mas se recusa a destruir a estrutura que protege os seus privilégios. É uma pergunta para a branquitude.

Da memória resgatada pelas Aurora Negra, em Dezembro passado, no palco do Teatro do Bairro Alto, em *A Missão da Missão*, que mensagem se poderá destacar para o quotidiano de hoje?

Sempre que sonhamos e criamos em conjunto, queremos de alguma forma contribuir para instigar o pensamento daquilo que somos enquanto sociedade. Cada corpo, cada história e subjectividade vai relacionar-se com o espetáculo de forma diferente e com isso se atravessar de mensagens diferentes.

Não existe propriamente uma mensagem específica que queiramos passar.

Os nossos espetáculos são partilhas de histórias, de sonhos e de utopias, sempre com a vontade de falar sobre nós na primeira pessoa e conhecer melhor a nossa própria história a cada processo que realizamos.

É sobre resgate do passado através da escuta, da homenagem, da aprendizagem e da celebração.

A provocação é sempre de que a acção de mudança deverá ser um movimento conjunto.

MAPA BORRADO

NÃO TREINAS?
JÁ' VOU...
DEIXA LÁ' DE LER DISTOPIAS, BORA...
QUERO FAMILIARIZAR-ME COM SITUAÇÕES FALHADAS
MAS QUE TU NÃO VAIS A LADO NENHUM JÁ' SABEMOS... NÃO TENS FUTURO...
...MAS ENTÃO CAGA TAMBÉM NO FOLCLORE DO PASSADO
BOM VAMOS LÁÁÁ'
VAI, TOCA A AQUECER...
QUANTAS VEZES VOS DISSEMOS QUE NÃO PODEM ESTAR AQUI
TÊM DE CIRCULAR
MAS NÓS ESTAMOS EM ESPAÇO PÚBLICO!
ISTO É O PASSEIO DO TRIBUNAL TEM UM REGULAMENTO PRÓPRIO
TÁ BEM, PARECE QUE CHEGOU O TEU HAMBURGER
SIENNOR
AGORA TEMOS DIR ALMOÇAR.. MAS ESTA CONVERSA NÃO FICA POR AQUI
E FICAM JÁ A SABER QUE ESSAS ARCADAS VÃO SER GRADEADAS
BOM, ONDE QUE NÓS ESTÁVAMOS
ESTÁVAMOS AGORA DE NOVO